



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Vinícius Ferreira Viana

**OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E A PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO NO SUBCENTRO DO BAIRRO DO JACINTINHO EM MACEIÓ - AL**

Maceió, Alagoas

2023

VINÍCIUS FERREIRA VIANA

**OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E A PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO NO SUBCENTRO DO BAIRRO DO JACINTINHO EM MACEIÓ - AL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia: Organização do Espaço Geográfico.

Área de Concentração: Organização do Espaço Geográfico

Orientadora: Profa. Dra. Luciane Maranha de Oliveira
Marisco

Co-orientador: Profº. Dr. Antonio Marcos Pontes de
Moura

Maceió, Alagoas

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

V614d Viana, Vinícius Ferreira.

Os dois circuitos da economia urbana e a precarização do trabalho no subcentro do bairro do Jacintinho em Maceió - AL / Vinícius Ferreira Viana. – 2023.

193 f. : il. color.

Orientadora: Luciane Maranha de Oliveira Marisco.

Coorientador: Antonio Marcos Pontes de Moura.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 179-185.

Apêndices: f. 187-193.

1. Precarização do trabalho. 2. Circuito inferior. 3. Economia urbana. 4. Subcentro – Maceió (AL). 5. Circuito superior. I. Título.

CDU: 911 : 332.1 (813.5)

Aos meus pais amados, guerreiros de uma vida
À minha amada esposa por não me deixar desistir
A toda população negra deste país, exemplo de luta e vitória
A todos autistas, que assim como eu, permanecem lutando por um espaço que é de direito
A todo povo brasileiro, exemplo de persistência e resistência

AGRADECIMENTOS

Antes que possa fazer os devidos agradecimentos, quero me apresentar:

*Sou um **geógrafo negro e autista**, e nisso que mal há?*

Vejo o mundo de uma forma diferente e isso não me torna menos competente para indagar e argumentar.

Falo sobre a fome, a miséria e o desengano do homem que vive a ser explorado.

Falo dos rejeitados que são maiorias,

Mal pagos e cheios de agonias,

Vivendo à revelia, desprezados, surrados.

Embora seja triste dizer,

Essa é a realidade do precariado que, aos poucos, tende a perecer.

“Entre os descasos e o pecado da existência”

Sigo dizendo:

O conhecimento é livre.

Não se prende a autores ou aos seus ditos fiéis.

Ele não tem religião,

O seu apego está em sua evolução proporcionada pela transformação da realidade.

E a bem da verdade, que possamos criar, teorizar.

Sermos exímios intelectuais.

Não como Barrabás “Salteador” e “Assassino”.

Mas como pensadores genuínos.

Não como aqueles que outrora se perderam no destino.

Mas como aqueles que lutarão pela transformação de um futuro que tem tudo para consolidar a perdição da humanidade.

Este é o meu manifesto.

Antes de tudo, quero agradecer a **Deus**, meu idealizador perfeito. O maior intelectual do Universo. Àquele que conhece o passado, o presente e o futuro. **Deus**, obrigado por tudo.

À minha amada mamãe, **Lúcia da Paz Viana**, mulher guerreira, que exclama para o mundo ouvir “Criei meus filhos através de lavagem de roupas de ganho, nunca deixei faltar o pão de cada dia”. Obrigado minha amada mãe, pois hoje sou o resultado do seu esforço em conjunto com meu pai.

Ao meu amado pai, **José Nilton Ferreira**, um homem que passou sua vida inteira trabalhando em condições análogas à escravidão, pois quebrava pedras graníticas para saneamento básico de ruas e alicerces de casas. Este homem é o grande responsável pelo meu interesse em estudar a precarização do trabalho. Obrigado meu pai amado.

À minha amada esposa, **Alice Danielle Gonçalves de Castro Ferreira** e a **Yasmim Sophia**, minha filha de coração. Vocês são a razão da minha existência. Dão-me coragem para que eu possa caminhar, amo vocês.

À minha amada irmã, **Viviane Ferreira Viana**, obrigado por ser minha mana nesses vinte e oito anos de vida, muitas risadas, choros, arengas, beijos; amo você minha irmã. À minha sobrinha **Maria Aparecida**, você representa tudo aquilo que eu fui e tenha certeza que realizará grandes feitos nessa vida.

Às minhas Avós, **Marinalva e Maria**, *In memoriam*. Mulheres que me ensinaram a ser quem sou, a respeitar as diferenças e saber que, mesmo o mundo sendo tão cruel, a esperança não pode morrer.

Ao meu Amigo, **Diogo Álvaro Correia**, um ser humano imensurável. Sou grato por todos os ensinamentos, pela amizade, por todos os momentos que pude aprender com você, pois sempre será um grande exemplo para mim.

Ao meu Amigo, **Wanderlan de Araújo**, um dos maiores geógrafos que tive o prazer de conhecer. Partilhamos de muitas histórias na Universidade. Tivemos o prazer de crescermos juntos nesse mundo acadêmico. Inclusive, foi o responsável pela correção do meu projeto de mestrado. Muito obrigado meu amigo. Essa vitória é nossa.

Um agradecimento especial a um grande amigo e meu co-orientador do mestrado, **Professor Antonio Marcos Pontes de Moura**. Palavras me faltam para representar a tamanha gratidão que tenho por tudo que tem feito. Desde a graduação até aqui esteve sempre à disposição para ajudar. Obrigado por ser esse Geógrafo espetacular, comprometido com a ciência, acima de tudo, comprometido com seus alunos, cuidando de nós como filhos.

À **Maria Joene Alves de Amorim Feitosa**, essa grande mulher e exemplo de mãe. Obrigado pelas oportunidades que me deu, pelos seus ensinamentos, pelas orações e carinho.

À **Josefa e Rildo**, queridos vizinhos e amigos. Toda ajuda que me concederam resultou em minha permanência em Maceió e, por conseguinte, a realização desse grande sonho.

Ao **Severino Castro e a Maria José**, pelo quartinho abençoado que me concederam para que eu pudesse ficar com a minha família. Vocês salvaram minha vida, meus grandes amigos. Sempre levarei vocês em meu coração.

Ao **Núcleo de Pesquisa e Extensão em Estudos Agrários e Regionais - NEAR**, pelo que representa na minha formação. Um espaço de encontro, aprendizados, amizades e crescimento.

À minha orientadora, **Luciane Maranha de Oliveira Marisco**, pela paciência e orientações que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor **Cícero Péricles de Oliveira Carvalho**, pelas grandes contribuições em minha qualificação de mestrado. Sinto-me imensamente honrado em ter tido essa oportunidade. A sua simplicidade e carinho no ensinar reflete sua grande genialidade e generosidade diante do que representa, por isso, meus eternos agradecimentos.

Ao professor **Roberto Silva de Souza**, um geógrafo excepcional que tive a oportunidade de conhecer e ter seu livro autografado. Sou eternamente grato por suas contribuições em minha trajetória acadêmica, assim como na qualificação. Sinto-me imensamente honrado em ver seu compromisso com a ciência e com seus alunos. Obrigado imensamente.

Ao professor **Dhiego Antonio de Medeiros**, pelas profundas e singulares discussões durante a graduação, sobretudo, o rico aprendizado que proporcionou a partir das obras do professor Milton Santos. Sempre serei muito grato.

À **Priscila Andreza dos Santos Buarque**, pelos lindos mapas que produziu para mim.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**, pois me proporcionou melhores condições para a realização deste trabalho.

Em especial, a todos **os trabalhadores** que atuam no bairro do Jacintinho. Este trabalho é dedicado a vocês.

À **Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL** e **Universidade Federal de Alagoas - UFAL**, espaços de transformação de vidas e oportunidades.

Agradecimento mais que especial:

*Desde criança, a vida sem grandes esperanças, um dia lhe fez despertar.
Entre noite mal dormida, logo cedo iniciava a partida, com aquela lombriga vadia
desesperada em anseio, mas logo lhe veio o segredo para matar a sua fome.
Com inteligência de poucos homens, astuta e sincera, logo pegara uma rapadura amarela
misturada com farinha e sem se esquecer da quartinha cheia de café, com muita fé, ali
rezara.
Com o bucho cheio de esperança, debaixo de um juazeiro, ainda criança, proclamara seu
sonho em segredo.
Pensara na cidade grande, onde encontraria um belo homem para um dia lhe dar um cheiro.
Acompanhada do velho escudeiro, o burro xique, de xique-xique, a todo tempo rinchava,
Parecia dar gargalhadas daquela situação.
Com seu olhar em espanto diante daquela proclamação, o burro só via uma rapadura e um
pão e assim pensara: aqui estar a herança do sertão, a sua sabedoria entalhou-se no chão e
nunca sumiu.
Mesmo eu, um velho burro cansado, não deixei de notar a esperança de Marinalva levada
pelo ar.
Sonhara em mudar de vida, dando início a sua triste partida em busca de boa nova, mas
como em toda boa obra, os filhos sempre a casa retornam em melhoras ou piores, quem dirá
é o destino...*

*Em memória de minha amada vovó: **Marinalva da Conceição Ferreira***

“Essa nova geografia presidida pelo interesse social deve levar em conta, entre outros parâmetros, o fato de que, de um lado, vivemos numa época de transição; de outro lado, a realidade do fato nacional que agora se impõe em toda parte. Pensando que a fase histórica atual é uma fase de transição, não nos devemos deixar aprisionar no presente como se ele fosse eterno e não podemos contentar-nos com a simples análise estrutural. Somos obrigados a levar em consideração a tendência. E considerando como fato fundamental o fato nacional, damos, ao mesmo tempo, um lugar de escol às relações internas”

Milton Santos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Elasticidade do desenvolvimento do trabalho no Brasil em 2014.....	73
Figura 2 – Rua do comércio em 1945 – 2022	105
Figura 3 – Grota Zé do Boi (Rua Santo Antônio no Bairro do Jacintinho).....	112
Figura 4 – Banca de Feirante no Bairro do Jacintinho.....	119
Figura 5 – Feirantes do Bairro do Jacintinho.....	122
Figura 6 – Exemplo da organização da feira livre do bairro do Jacintinho.....	123
Figura 7 – O mercado público do bairro do Jacintinho.....	125
Figura 8 – Ocupação das Calçadas e Rua.....	126
Figura 9 – Banca do Feirante 3.....	127
Figura 10 – Realidade do Precariado.....	129
Figura 11 – Caixotes de reposição de Mercadoria.....	135
Figura 12 – Atividades Comerciais da Rua Alcides Ramos de Lima.....	151
Figura 13 – Entregador “Nuvem” na espera da chamada.....	153
Figura 14 – Entregador “Nuvem” Esperando o Pedido.....	157
Figura 15 – Entregador “OL”	161
Figura 16 – Entregador Misto “A”	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nível Educacional dos Feirantes Entrevistados.....	133
Tabela 2 – Renda Mensal dos Feirantes Entrevistados.....	133
Tabela 3 – Aspectos de Funcionamento da Atividade.....	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana.....	29
Quadro 2 – O território na visão de Rogério Haesbaert.....	33
Quadro 3 – Principais Atividades do Subcentro do Jacintinho.....	36
Quadro 4 – As Cinco Principais Transformações do Fordismo segundo Gounet (2002)	52
Quadro 5 – A Organização do Toyotismo segundo Gounet (2002).....	58
Quadro 6 – Marcos históricos da organização do trabalho no Brasil de 1889 a 1930..	63
Quadro 7 – Marcos da organização do trabalho no Brasil de 1930 a 1945.....	65
Quadro 8 – O Sucateamento do Trabalho no Brasil.....	74
Quadro 9 – Fatores que Estimulam o Surgimento dos Subcentros Urbanos.....	94
Quadro 10 – Evolução da População Urbana no Brasil (1960 - 2010).....	97
Quadro 11 – Evolução Populacional de Maceió de 1970 a 2010.....	104
Quadro 12 – Comparativo Populacional do Bairro do Jacintinho com Municípios Alagoanos.....	113
Quadro 13 – Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana.....	118
Quadro 14 – Tipos de Plataformas Digitais Segundo International Labor Organization.	138

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Centro Tradicional de Maceió.....	105
Mapa 2 – Zonas de Atividades Múltiplas em Maceió (1985).....	107
Mapa 3 – Os Subcentros de Maceió.....	108
Mapa 4 – Localização do Bairro do Jacintinho.....	111
Mapa 5 – Tipos de usos do território no Subcentro do Jacintinho.....	115
Mapa 6 – Regiões Administrativas de Maceió.....	117
Mapa 7 – Área de Atuação dos Feirantes.....	122
Mapa 8 – Zona de Atuação dos Entregadores no Subcentro do Jacintinho.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MPC – Modo de Produção Capitalista
- MEI – Micro Empreendedor Individual
- OL – Operador Logístico
- PJ – Pessoa Jurídica
- SPF – Sistema de Produção Fordista
- TIC – Tecnologias de Comunicação e Informação

RESUMO

A precarização do trabalho é um dos pilares de sobrevivência do modo de produção capitalista. A cada nova reestruturação desse sistema econômico, os mecanismos de exploração do trabalho são aperfeiçoados, resultando em flexibilizações, terceirizações, subempregos, trabalhos temporários e sucateamentos, assim como em ataques diretos a legislações que objetivam a proteção ao trabalho. Esse atentado à dignidade do trabalhador fundamenta-se nos ditames de um neoliberalismo que tem colocado em dúvida a soberania de países como o Brasil. Um dos resultados dessa ação materializa-se no desemprego estrutural em expansão em todo território nacional, sobretudo, na expansão do circuito inferior da economia urbana das cidades brasileiras. Com base nessa perspectiva, buscou-se analisar o processo de precarização do trabalho dos feirantes e entregadores que atuam no subcentro do bairro do Jacintinho, localizado em Maceió – AL. Embora estas atividades sejam diferentes, sofrem direta ou indiretamente os efeitos de movimentos que são direcionados para flexibilização dos direitos trabalhistas; este fato pode ser comprovado na recente Reforma Trabalhista brasileira amparada na Lei 13.429 de 2017. Os entregadores ligados a plataformas digitais que atuam no subcentro do bairro do Jacintinho enfrentam os resultados desse processo de sucateamento do trabalho brasileiro, pois não contam com nenhum direito trabalhista assegurado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, embora exerçam atividades muito semelhantes ou idênticas aos modelos de trabalho protegidos por esta lei. O capitalismo de plataforma não só imprimiu novos mecanismos de trabalho, como também burlou ordenamentos jurídicos com o ideário de provimento de ocupações para a grande massa dos desempregados, criando um intenso processo de exploração e alienação destes trabalhadores. Em relação aos feirantes que atuam no subcentro citado, estes passam por um significativo processo de precarização do seu trabalho que se materializa desde a ocupação e uso do território até o movimento de perseguições e ameaças constantes por órgãos públicos, deste modo, deslegitimando não só o uso do território, mas também a importância dessa atividade para o desenvolvimento da economia popular que se desenvolve no bairro. A metodologia utilizada amparou-se em levantamentos bibliográficos, buscando assim um aprofundamento maior no tema de estudo, perpassando desde obras clássicas até atuais; trabalho de campo específico no subcentro do bairro do Jacintinho, o qual possibilitou o reconhecimento do lugar, assim como dos agentes que ali atuam; aplicação de questionários e entrevistas aos entregadores e feirantes; o método analítico utilizado foi o materialismo histórico-dialético.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; circuito inferior da economia, circuito superior da economia; subcentro.

ABSTRACT

The precariousness of work is one of the pillars of survival of the capitalist mode of production. With each new restructuring of this economic system, the mechanisms of labor exploitation are improved, resulting in flexibility, outsourcing, underemployment, temporary work and scrapping, as well as direct attacks on legislation that aims to protect labor. This attack on the dignity of the worker is based on the dictates of a neoliberalism that has called into question the sovereignty of countries like Brazil. One of the results of this action materializes in the expanding structural unemployment throughout the national territory, above all, in the expansion of the lower circuit of the urban economy of Brazilian cities. Based on this perspective, we sought to analyze the process of precarious work of stallholders and delivery men who work in the subcenter of the Jacintinho neighborhood, located in Maceió - AL. Although these activities are antagonistic, they directly or indirectly suffer the effects of movements that are aimed at making labor rights more flexible; this fact can be proven in the recent Brazilian Labor Reform supported by Law 13,429 of 2017. Delivery people linked to digital platforms that operate in the subcenter of the Jacintinho neighborhood face the results of this process of scrapping Brazilian labor, as they do not have any guaranteed labor rights by the Consolidation of Labor Laws – CLT, although they perform activities very similar or identical to the work models protected by this law. Platform capitalism not only printed new work mechanisms, but also circumvented legal systems with the idea of providing occupations for the great mass of the unemployed, creating an intense process of exploitation and alienation of these workers. In relation to the stallholders who work in the mentioned subcenter, they go through a significant process of precariousness of their work that materializes from the occupation and use of the territory to the movement of persecutions and constant threats by public agencies, in this way, delegitimizing not only the use of the territory, but also the importance of this activity for the development of the popular economy that develops in the neighborhood. The methodology used was based on bibliographic surveys, thus seeking a deeper understanding of the subject of study, ranging from classic to current works; specific field work in the Jacintinho neighborhood subcenter, which made it possible to recognize the place, as well as the agents who work there; application of questionnaires and interviews to couriers and marketers; the analytical method used was historical-dialectical materialism.

Keywords: Precariousness of work; lower circuit of economy, upper circuit of economy; subcentre.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais: o prisma de um pesquisador.....	19
PRIMEIRA SEÇÃO – Um caminho metodológico.....	24
▪ O trabalho enquanto categoria geográfica.....	25
▪ Do território aos seus usos: mas que usos?.....	30
▪ Procedimentos para análise da precarização do trabalho dos Feirantes e Entregadores que atuam no subcentro do bairro do Jacintinho.....	35
SEGUNDA SEÇÃO – O capitalismo em crise: a precarização do trabalho em meio à reestruturação produtiva do capital.....	39
▪ A “racionalização” produtiva: justificativa para a exploração desmedida?.....	46
▪ Sistema de produção fordista/taylorista.....	47
▪ Sistema de produção toyotista.....	54
▪ O processo de precarização do trabalho no Brasil: a derrocada da classe trabalhadora?.....	60
▪ A terceirização e a informalidade no Brasil: as novas vestes da miséria.....	70
TERCEIRA SEÇÃO – O paradigma do consumo e a realidade do trabalho no espaço urbano.....	76
▪ Formação dos subcentros urbanos e os dois circuitos da economia urbana: uma questão de método.....	86
▪ O tecido urbano em transformação: a formação dos subcentros urbanos.....	92
▪ A fragmentação do espaço: reflexos da expansão do setor terciário na dinâmica urbana de Maceió.....	102
QUARTA SEÇÃO – O subcentro do bairro do Jacintinho: as tradições e contradições do trabalho.....	109
▪ A feira livre e a formação do circuito inferior da economia urbana no bairro.....	117
▪ Da totalidade ao lugar: o precariado digital encapuzado de entregador.....	137
▪ O Lugar: a realidade dos entregadores no bairro do Jacintinho.....	148
Considerações Finais.....	169
Referências.....	178
Apêndices.....	186

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O prisma de um pesquisador

A capacidade de transformação e, conseqüentemente, de evolução humana, é imensurável, contudo, também é o seu aprisionamento, um paradoxo. Os espaços e tempos testemunham profundas modificações nos comportamentos e ações da humanidade, assim como desnudam o seu estado mais animalesco, feroz, avassalador; utilizando-se de uma “racionalidade” para justificar atos cada vez mais irracionais, sendo a subordinação e exploração do homem pelo homem a sua estação mais sombria.

As sucessivas metamorfoses das sociedades sustentam-se em significativos (re)arranjos espaciais ligados a um ciclo de descobertas e adaptações. As transições de um meio natural para um meio técnico e, a posteriori, um meio técnico-científico-informacional, tomam como seu “motor propulsor” o trabalho humano, que perpassa por vários âmbitos, variando em tempos e espaços distintos, a saber: cooperação, servidão, escravidão, assalariamento; alcançando, atualmente, estágios mais complexos, ou híbridos, que se mesclam em moldes do passado e transformam-se em novos, contudo, não menos arredios (SANTOS, [1996] 2014).

Buscar o entendimento da realidade do trabalho, sobretudo, no âmago de sua precariedade, em um determinado tempo e espaço, torna-se um esforço genuíno, tendo em vista a complexa natureza da atuação de uma globalização que tem se tornado cada vez mais “perversa”, subordinante, tirana (SANTOS, [2000] 2015). Cada espaço, por mais singular ou remoto que seja, tem experimentado dessa globalização que atua de maneiras distintas com base nos interesses do capital, criando, assim, territórios com usos diferentes, mas com algumas semelhanças, principalmente quando se analisa o desenvolvimento do trabalho humano.

O meio técnico-científico-informacional, enquanto período atual (SANTOS, [1994] 2008), tem se tornado base para o afloramento de todos os novos arranjos no mundo do trabalho. Aquilo que Antunes (2015) define como *subproletarização* que se manifesta no trabalho “parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado”¹ é um forte exemplo dessas “atualizações” que ocorrem e que se proliferam em ideários como o do falso empreendedorismo, ou, em minhas palavras, *empreendedorismo dos “miseráveis”*. Estas marcas são o resultado de um intenso processo de *desemprego estrutural* que assola todo planeta, sobretudo, em países que, cegamente, afrouxam as rédeas de sua soberania em detrimento do neoliberalismo enquanto provedor da fome.

¹ Antunes (2015, p. 49)

Tamanhas modernidades no mundo do trabalho originam-se dos processos de reestruturações do modo de produção capitalista, que têm criado um grande contingente de trabalhadores que são submetidos às mais variadas formas de exploração; como resultado, tem-se a deflagração do precariado² enquanto desfecho de políticas neoliberais assim como o arremate de gerenciamentos políticos e econômicos oriundos da estação moderna do capital (BRAGA, 2012, p. 02).

É importante que se conheça a verdadeira, ou verdadeiras realidades por trás do precariado emergente, que ultimamente, tem despertado profundos interesses e preocupações, sobretudo, em relação à possibilidade de sua libertação baseada na transformação de uma classe-para-si (STANDING, 2013, p. 7). Existem incontáveis meandros pelos quais escorrem as realidades de vivências e experiências dentro do mundo do trabalho precário, especialmente, quando se direciona um olhar para um determinado grupo ou grupos; caminhando-se assim entre negações e positavações do labor precário, seja do empregador ou do empregado, desta forma, carecendo uma preocupação analítica que possa ponderar e expressar a realidade como realmente é; a realidade do lado de cá.

Em uma tentativa de refinamento analítico, esta pesquisa direciona atenção para um precariado que não conhece seu empregador, mas apenas a plataforma que estabelece ligação; que não sabe quantos companheiros exercem a mesma função e que desconhecem, em muitos momentos, o significado de sindicato, de classe, de luta; falo da realidade de entregadores ligados a plataformas digitais. O segundo precariado, que tem atenção nesta pesquisa, é o feirante; realidade antiga, mas que necessita de atenção, tendo em vista à sua importância para a economia popular frente aos descasos e abusos de administrações cruéis.

Os feirantes e os entregadores, apesar de exercerem atividades distintas, vivenciam diariamente o impacto da desvalorização, desrespeito, insegurança, preconceito, ameaças e humilhações. A escolha desses dois grupos manifesta-se na importante dinâmica econômica que exercem no subcentro do Bairro do Jacintinho, em Maceió, Alagoas, ou seja, uma realidade antiga: “feirantes” coexistindo e utilizando o mesmo território com uma realidade atual de “entregadores”. Deste modo, pode-se, sucintamente, apontar o problema desta pesquisa na seguinte indagação: qual o impacto da precarização do trabalho diante das

² “Não se trata da “classe média oprimida” ou de uma “classe baixa”, tampouco da “classe trabalhadora mais baixa”. Ela tem um fardo distintivo de insegurança e terá, igualmente, um conjunto diferente de reivindicações. (STANDING, 2013, p. 7).

atividades dos feirantes e entregadores que atuam no subcentro do Bairro do Jacintinho em Maceió, Alagoas?

Embora pareça um problema simples de ser respondido, não se configura com uma das tarefas mais fáceis a ser solucionada, tendo em vista que cada realidade é repleta de singularidades e que nem sempre atendem a expectativa/resposta esperada, apesar da possibilidade de comparações em escalas gerais. Deste modo, em atenção à busca de solucionar a questão apresentada, assim como em atenção à proposta geral da pesquisa expressa no título: *Os Dois Circuitos da Economia Urbana e Precarização do Trabalho no Subcentro do Bairro do Jacintinho em Maceió – AL*, esta pesquisa foi dividida em quatro seções.

A primeira seção é destinada à apresentação dos caminhos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, deste modo, deixando claro toda trilha analítica, assim, permitindo reproduções posteriores que possam confrontar o estudo a partir do objeto estudado.

A segunda seção tem por título: *O capitalismo em crise: a precarização do trabalho em meio à reestruturação produtiva do capital*. Nela, traça-se uma análise da origem da precarização do trabalho tomando por referência o surgimento do Fordismo/taylorista tendo em vista o processo de burocratização do trabalho, deste modo, estabelecendo uma análise crítica a partir dos processos de reestruturações do modo de produção capitalista, assim como discussões a respeito do modelo *Toyotista*, pautado em um intenso processo de *flexibilização do trabalho e terceirização*. Por fim, afunilando a análise do impacto desses eventos no território brasileiro.

A terceira seção tem por título: *O paradigma do consumo e a realidade do trabalho no espaço urbano*. Nela, a abordagem foi direcionada para a discussão a respeito da teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana e sua ligação com a formação dos subcentros urbanos, sobretudo, enquanto possibilidade de uma elaboração de um caminho analítico muito importante para a abordagem da precarização do trabalho. Ainda nesta seção, discutiram-se os princípios do consumo e seu impacto na vida social, com atenção à realidade brasileira.

A quarta seção tem por título: *O subcentro do bairro do Jacintinho: contradições e tradições*. Nela, aprofunda-se a análise histórica e empírica a respeito da formação do subcentro do Bairro do Jacintinho, como também, emana o estudo da precarização do trabalho dos feirantes e entregadores que atuam neste território. Assim, apresentando a realidade destes

agentes que fazem parte de uma grande massa de trabalhadores submetidos a uma exploração desmedida e cada vez mais enraizada no chão deste país que nunca se libertou das amarras da servidão. Se o país não é liberto, então, de que modo o seu povo será? Esta pergunta será respondida ao final deste trabalho.

A escolha do tema alicerça-se na necessidade de um olhar geográfico para a materialidade da precarização do trabalho no território brasileiro. Embora a escala de análise desta pesquisa se restrinja ao Subcentro do Bairro do Jacintinho, localizado na cidade de Maceió, Alagoas, assim como estabeleça os feirantes e entregadores como objetos de estudo, evidencia também a urgência de trabalhos geográficos que se proponham a analisar *o motor construtor* do objeto de estudo dessa ciência: o trabalho. Haja vista que não existe Espaço Geográfico sem a existência e ação direta ou indireta do trabalho humano.

A partir dessa identificação, sobretudo, tomando como base analítica o trabalho em seu acontecer geográfico, estabelece-se, nesta pesquisa, alguns objetivos que são de fundamental importância para a sua realização.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Compreender a realidade da precarização do trabalho dos feirantes e entregadores que atuam no subcentro do bairro do Jacintinho, localizado na cidade de Maceió, Alagoas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Discutir a teoria dos dois circuitos da economia urbana, a precarização do trabalho e os usos do território;
- Abordar o espaço urbano a partir da análise do consumo e da realidade do trabalho;
- Analisar a formação do bairro do Jacintinho, a constituição e dinâmica do circuito inferior da economia e a precarização do trabalho no contexto da feira livre e dos entregadores.
- Entender o processo de precarização do trabalho e sua ligação com a formação do subcentro urbano com base na teoria dos dois circuitos da economia urbana.
- Destacar a realidade do precariado digital em atuação dialética com o circuito superior da economia urbana.

PRIMEIRA SEÇÃO

CAMINHOS METODOLÓGICOS

1.1 O trabalho enquanto categoria geográfica

Entre as categorias caras à geografia, o trabalho exerce centralidade ao possibilitar a compreensão do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório da sociedade ao longo dos tempos e espaços. A concepção de construção do espaço geográfico a partir de uma relação metabólica entre homem e meio, toma as relações de trabalho por força motriz, mostrando que o âmago dessa categoria está para além do interesse do homem em produzir objetos. Fundamenta-se, sobretudo, na construção de uma racionalidade complexa que se aperfeiçoa a cada transformação das formas e funções, das estruturas e dos processos que constituem o espaço do homem (SANTOS, 1985).

Quando nos pautamos ao entendimento do que viera a constituir esse espaço geográfico, encontramos uma importante trilha para sua compreensão sustentada na ideia de que o espaço geográfico é o resultado da interação entre homem e natureza. Sendo assim, por sua generalidade, esse tipo de percepção abre alas para uma grande quantidade de possibilidades analíticas, haja vista que os resultados dessas interações são infindáveis e, conseqüentemente, complexos, materializando a sinuosa e singular ação criadora da humanidade que se expande a cada passo histórico. Na interpretação de Milton Santos ([1996] 2014, p.63) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

A referência ao conceito pode parecer meramente ritualística por a vermos em muitos trabalhos geográficos, contudo, é base indispensável para a constituição analítica que se propôs para esta pesquisa. Ao partir-se do pressuposto de que o espaço geográfico se realiza a partir da interação entre homem e natureza, por consequência, constituindo um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e ações, encontra-se naturalmente a importância do seu elemento morto, precípuo, basilar: o trabalho, sendo este uma categoria central, dinâmica e indispensável para a compreensão da realidade social, econômica, política e cultural de qualquer sociedade.

Não são as cristalizações em si o ponto de partida analítico que deve interessar o estudo geográfico, pois elas não encontram resposta em si mesmas, mas sim, a conjunção metabólica entre as formas, funções, estruturas e processos, pois são estes que trazem a possibilidade da compreensão do evento em um determinado tempo e espaço sem desconsiderar a relevância do passado, sobretudo, para compreender o presente e idealizar o futuro.

Se nos colocássemos à disposição de analisar a ação humana desde a “pré-história até o momento atual”, ou seja, desde o paleolítico até a contemporaneidade, mesmo que superficialmente, veríamos que há uma abrangência ilustrativa que pode motivar nossa imaginação ao pensarmos a construção do espaço geográfico desde suas primeiras raízes até a complexidade que o caracteriza, desta forma, forçando-nos a compreender a ação e criação das primeiras técnicas ou conjunto de técnicas utilizadas pelos primeiros homens em nosso planeta, criando e ressignificando as coisas, proporcionando um acompanhamento histórico/espacial e apresentando o quão rico é esse materialismo histórico/geográfico em sua ação orgânica em evolução, ou seja, criando uma tríade dialética entre natureza, trabalho, homem, como resultado disso: deflagra-se o espaço geográfico.

Lembra-nos Santos ([1996] 2014, p.63) que:

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esse acréscimo, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Esse espaço artificializado, construído e recheado de intenções, traz consigo, ou melhor, é construído sobre o alicerce do trabalho forjado na ambição humana. Nas interpretações de Sócrates Menezes (2013), o trabalho é uma categoria central, sendo ela uma chave muito importante para a compreensão da sociedade moderna. Não se pode esquecer que ele é a base da exploração e riqueza do modo de produção capitalista, sobretudo no âmago de sua precarização enstratégica. Desde um Fordismo/keynesiano até o Toyotismo, temos visto constantes mudanças em sua estrutura, que, quando analisado do lado de cá, tende a revelar seu intenso processo de precarização que se alastra por todo o mundo, evidentemente de modo singular em cada subespaço.

Para Thomaz Júnior (2002, p.1) “Ontologicamente prisioneiro da sociedade, o trabalho, em todas as suas dimensões, é a base fundante do auto-desenvolvimento da vida material e espiritual”. Dentro de uma construção socioespacial, o trabalho tende a manifestar-se por diferentes meios: assalariado, autônomo, domiciliar, familiar, informal, terceirizado, dentre outros. Suas manifestações revelam singulares (re)arranjos e contradições que se ligam direta ou indiretamente ao ordenamento jurídico de um país.

O intenso processo de desemprego que assola todo território brasileiro tem se materializado, de modo exponencial, em toda a constituição socioespacial de Maceió. O

circuito inferior da economia urbana tem se expandido com ligação direta ao comércio e prestação de serviços. Esse fato é muito interessante, por mostrar que esse circuito constitui-se tanto de atividades formais quanto de atividades informais, refletindo sua importância para a economia popular e, ao mesmo tempo, o aprisionamento de uma grande massa da classe trabalhadora: um precariado desmedido e incompreendido que toma formas nas variadas funções que se alastram no território, promovendo vários usos do mesmo.

O processo de descentralização das atividades econômicas, que outrora esteve cristalizado no centro tradicional da cidade de Maceió, tem acompanhado sua expansão urbana, que sai da planície costeira e lagunar para as áreas do planalto sedimentar, conhecido como tabuleiro, deste modo, criando novas dinâmicas econômicas para a cidade através do surgimento de novas áreas comerciais (subcentros), que, diga-se de passagem, predominantemente, suas expansões ligam-se ao circuito inferior da economia urbana e, por conseguinte, ao significativo aumento de novas formas de trabalho que dão a esses novos subcentros o sentido de territórios do precariado.

Esses novos núcleos comerciais, denominados de subcentros urbanos, são epicentros do desenvolvimento da economia popular, ao mesmo tempo em que se apresentam como importantes redutos de um intenso processo de precarização do trabalho. Espaços como esses, naturalmente, apresentam o sinuoso desenvolvimento desigual e combinado atrelado a todo desenvolvimento técnico-científico-internacional. No caso do bairro do Jacintinho, o seu subcentro concentra-se na Rua Cleto Campelo que se liga à Rua São José e Rua Alcides Ramos de Lima, dispondo de uma grande variedade de atividades ligadas a vários segmentos como: vestuário, bares, restaurantes, lanchonetes, açougues, farmácias, feiras, entre outros.

Esse tipo de constituição socioeconômica tende a criar usos específicos do território, estabelecendo ligações diretas com a população residente no bairro, assim como fora dele. Isso pode ser constatado na forte polarização desenvolvida por esse bairro diante dos seus arredores.

Com base no acompanhamento e leituras de trabalhos geográficos contemporâneos, é possível perceber que, por muito tempo³, a geografia afastou-se de análises que tomassem a categoria trabalho como tema central. Como resultado tem-se uma grande lacuna analítica que

³ Essas são interpretações do autor. Também representam uma crítica ao produtivismo acadêmico que, em muitos momentos, inibe a exposição de pensamentos críticos em detrimento da necessidade de citações que referenciem autores renomados, buscando assim validade para os argumentos, quando, na verdade, é um processo claro de retardamento paradigmático e epistemológico que a geografia tem enfrentado. Diante disso, afirma-se que a validade da crítica não está na citação de autores renomados, mas, sim, em sua racionalidade que toma por base todo alicerce de conhecimentos construídos pelo autor (Manifesto).

precisa ser sanada, haja vista que discussões como essas não pertencem apenas à sociologia, à economia ou antropologia, mas, pertencem, sobretudo, à geografia. Diante disso, este trabalho justifica-se através desse compromisso, não de sanar esta lacuna por completo, mas de ajudar nesse processo, pois a geografia é uma ciência que, como disse Manoel Correia de Andrade (1987): estuda as relações entre sociedade e natureza; consequentemente, analisando a “forma como a sociedade se organiza o espaço terrestre”. Talvez seja importante dizer que a geografia estuda a relação entre a tríade Natureza, Homem e Trabalho, pois sem trabalho não é possível existir espaço geográfico.

Alguns apontamentos metodológicos

Desde o paleolítico até os dias atuais, a humanidade tem apresentado desenvolvimentos imensuráveis, aperfeiçoando seus modos de interações com o meio assim como com o próprio homem. Para que possamos entender o presente, é importante que tenhamos o cuidado de voltarmos ao passado, desta forma, possibilitando o afloramento de uma análise minuciosa do evento que nos propomos a estudar.

Definir uma metodologia é essencial para a realização de uma pesquisa, não sendo uma tarefa simples, mas necessária para a racionalidade da compreensão dos processos e resultados obtidos no futuro. Para Gil (1999), o método pode ser definido como um caminho escolhido com a intenção de se chegar ao fim determinado, ao passo que o método científico caracteriza-se como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos com a finalidade de ler e interpretar a realidade. Para esta pesquisa, trilhou-se um caminho metodológico esquemático que apresentaremos a seguir.

A partir da percepção de que as formas e funções, bem como as estruturas e processos são influenciados por um contexto e conteúdo histórico que lhes dá significado no presente, recorreremos ao materialismo histórico-dialético como método, pois permite compreender a realidade social de maneira dinâmica (SANTOS, 1985). Este método é baseado na ideia de que a história é feita pelas pessoas, através de suas relações sociais e do modo como se organizam para produzir e reproduzir sua vida. Assim, o materialismo histórico-dialético é uma ferramenta indispensável para compreendermos o mundo do trabalho, com ênfase em sua precarização. Para Gil (1999, p. 31 - 32):

O materialismo dialético pode, pois, ser entendido como um método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios: A)

Unidade de opostos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade. B) Quantidade e qualidade. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos. C) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz ao desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes.

Quanto à teoria geográfica utilizada para a compreensão do evento em seu acontecer, esta pesquisa se fundamenta na teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana, desenvolvida por Santos ([1979] 2008). Por isso, dedicamos parte da segunda seção desta pesquisa para explorá-la e destacamos sua importância para o entendimento crítico do espaço urbano de países como o Brasil, especificamente no tocante à materialização e gerenciamento de suas economias urbanas. Logo abaixo, estará disponível o (Quadro 1) que apresentará uma síntese das características destes circuitos.

Quadro 1 - Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade / fixo (em geral)	Pequena quantidade/ Submissão a negociações com compradores
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a Clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessário	Nulo
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead⁴ capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda Governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Santos ([1979] 2008)

⁴ Investimentos e custos ligados ao funcionamento e gerenciamento da atividade.

É essencial lembrar que os dois circuitos da economia urbana se interligam e interagem de forma dialética. Com base nisso, embora esta pesquisa se debruce na análise da precarização do trabalho no circuito inferior da economia, reconhece a existência de uma dialética entre ambos. Isso pode ser observado pela grande conjuntura de fatos que estão ocorrendo, como as novas formas de trabalho propostas pelas Plataformas Digitais, conectando diretamente o circuito inferior ao superior, utilizando o trabalho como o elo central.

Para que possamos relembrar, a temática da pesquisa funda-se na precarização do trabalho; o método: no materialismo histórico-dialético e a teoria: nos dois circuitos da economia urbana. Agora partiremos para a apresentação da escala de análise e a categoria. Embora pareça um pouco complexa toda essa construção, a priori, foi o melhor caminho escolhido para dar a este trabalho a sua identidade geográfica, evitando, assim, maiores discussões a respeito de que campo das ciências sociais ele realmente pertence.

Quando pensamos em escala de análise, logo a ligamos a uma delimitação de área para que seja possível o desenvolvimento da análise e compreensão do evento que se pretende estudar. Com base nessa perspectiva, para esta pesquisa, utiliza-se o processo de descentralização das atividades do comércio e prestações de serviços enquanto possibilidade de fornecimento dessa escala analítica. Esse processo de descentralização, naturalmente, cria pequenos núcleos de atividades econômicas nos bairros; desta forma, torna-se oportuna a caracterização e escolha do que se define como subcentro urbano enquanto possibilidade de delimitação de área, permitindo a análise da precarização do trabalho por intermédio da teoria escolhida.

A criação desta base metodológica foi de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Entretanto, escolhemos esse momento para apresentarmos especificamente a categoria de análise empregada para sua realização. Diante disso, apresentamos um sucinto estudo sobre a categoria território ao longo da história do pensamento geográfico e como essa categoria será utilizada nesta pesquisa.

1.2 Do território aos seus usos: mas que usos?

Ao longo da história do Pensamento Geográfico, muito se buscou definições e operacionalidades para as categorias de análises desta ciência, principalmente a partir da década de 1970, com o fortalecimento da Geografia Crítica. Importantes autores desenvolveram renomados estudos a respeito dessa temática, a exemplo de Raffestin (1993),

Sousa (1997), Haesbaert (2004), Gottmann (2012), Santos ([2001] 2005), assim como outros autores. É importante destacar que esse tipo de preocupação é de fundamental importância por trazer maior racionalidade à elaboração e desenvolvimento do estudo geográfico.

Neste momento, não se tem a intenção de se discutir a evolução e aplicabilidade de todas as categorias de análises da geografia, mas sim, uma em específico: o território, ou melhor, os usos do território. Ao final dessa análise, será proposto um pequeno ajuste metodológico na utilização de tal categoria, pois, acredita-se que exista um erro em muitos trabalhos a partir de utilização que precisa ser sanado, sobretudo, na impossibilidade de compreensão da totalidade, por mais reduzida que seja, pois, mais uma vez, acredita-se que as generalizações não dão conta de explicar as especificidades.

Iniciando-se com as interpretações de Raffestin (1993, p. 144) “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações”, isto pelo fato do espaço, em sua perspectiva, apresentar-se como o local preexistente a qualquer ação. Esclarece que toda atividade *prática*, mesmo que inicial, exercida no espaço através de ações e comportamentos é transformada em uma *produção territorial*. Diante dessa perspectiva, torna-se possível denotarmos que, desde as primeiras civilizações, temos a *produção territorial* representada pela interação homem e meio em uma construção operacional de organização baseada no *trabalho*.

O conceito de território, ao longo do tempo, tem despertado interesse de alguns intelectuais do campo da geografia, como é o caso de Marcelo Lopes de Souza em seu artigo: “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” de 1997. Ele propõe a possibilidade de entender o território como o “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (SOUZA, 1997, p. 78), deste modo, assemelhando-se ao que foi proposto por Raffestin em sua definição de território.

A discussão amparada por Souza a despeito do conceito vai além de características preliminares do território. Em contrapartida, busca entender as relações de domínio e de influência no âmbito concreto, assim como no abstrato, partindo dos agentes constituintes, ou seja, a partir da ação do homem, pois para ele, é a partir dessas relações que se pode conceber o conceito de território.

A noção de poder, para Souza (1997), coloca-se como elemento central para a construção do conceito. Uma de suas principais referências em relação à noção se ampara na interpretação de Hannah Arendt (1985).

O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um

indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no poder “estamos na verdade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, o seu poder” também desaparece. (ARENDT apud SOUZA, 2014, p. 80).

Além de buscar conceituar o território, aponta para a necessidade de desmistificá-lo, destacando que, por muito tempo, a noção de território esteve ligada ao Estado, tomados como indissociáveis. Para Souza (1997, p. 81) “A palavra território normalmente evoca ‘território nacional’ [...] faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional [...]”.

Entretanto, chama a atenção para o fato de que o território “não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à figura do Estado” (ibidem, p. 81). Souza (1997, p. 111) exclama que: “Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países-membros da OTAN”. Ou seja, existem variáveis significativas tanto em escala quanto em evento utilizado para sua caracterização.

Em outras leituras, como os trabalhos mais recentes de Rogério Haesbaert (Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade), de 2004, novas concepções a despeito do conceito de território surgiram, contudo, não substituem as concepções já apresentadas, contudo, complementa aquelas. Para o autor, o território nasce com duas conotações, “material e simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 01). Assim como nos dois últimos autores citados, a noção de poder também toma um importante papel na produção do conceito.

A noção de território aparece tanto em um sentido de dominação “mais concretos”, como também, em sentido simbólico, em vias de apropriação. Em decorrência deste raciocínio, é interessante observar que enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica (ibidem, p. 01).

O território, em sua construção, apresenta uma multiplicidade de poderes. Tais poderes são manifestados a partir dos interesses particulares dos seus agentes formadores. Diante deste fato, Haesbaert (2004) propõe distinguir o território de acordo com os elementos que o constrói, “sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como igrejas [...]” (ibidem, p. 02).

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O

território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista). (HAESBEART, 2004, p. 03).

Em sua análise, deixa claro que as duas noções, *funcional* e *simbólico*, se interligam em nível operacional, haja vista que “[...] todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território “simbólico” tem sempre um caráter funcional, por mais reduzido que ele seja” (idem, p. 04).

Quadro 2 – O território na visão de Rogério Haesbaert

Território Funcional	Território Simbólico
Processo de Dominação	Processo de Apropriação
“Território das Desigualdades”	“Territórios da Diferença”
Território sem Territorialidade (Empiricamente impossível)	Territorialidade sem território (ex.: “terra prometida” dos judeus)
Princípio de Exclusividade	Princípios de Multiplicidade (ex: múltiplas identidades)
Território como Recurso (valor de Troca) (controle físico, produção, lucro)	Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)

Fonte: Rogério Haesbaert (2004).

Em 2007, este mesmo autor publica um trabalho intitulado “O território em tempos de globalização”. Em sua abordagem, Haesbaert (2007, p. 42) esclarece que “sem dúvida o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com civilização”. A partir da tomada do reconhecimento do espaço habitado e de apropriação humana, este espaço passa a ser território. Haesbaert (2007, p. 42) acrescenta ainda que: “O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente construído)”.

Assim como Raffestin (1993) e Souza (1997); Haesbert (2007) assinala a preocupação com a diferenciação de território e espaço. Para o autor, território e espaço não são sinônimos. O território é sempre uma construção histórica, dando-se a partir da sociedade sob a base de relações de poder “concreto e simbólico” (ibidem, p. 42).

O território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica. (HAESBAERT, 2007, p. 42-43).

O autor deixa claro que o espaço torna-se território a partir da apropriação e de sua dominação social, ao mesmo tempo em que é constituído por “pontos e linhas *redes* e superfície ou áreas *zonas*” (ibidem, p. 43). Desta forma, aproximando-se do que já propõe Raffestin (1993), na exposição de elementos componentes do território como as malhas, linhas e pontos.

Outro autor que se deteve no âmbito desta discussão é Jean Gottmann, com destaque para o seu trabalho “Evolução do conceito de território”, de 2012. Em suas primeiras palavras, declara que o “Território é a porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo” (GOTTMANN, 2012, p. 523).

Salienta que seria “ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico” (idem, p. 523). Os elementos pelos quais fazem parte de um território são constantemente delimitados pela ação humana, desta forma, seus usos são dados por um número de pessoas sob base de relações e objetivos específicos. Para Gottmann (2012, p. 523) “Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos”.

Como é possível notar, o território, ao longo do tempo, tem recebido várias definições, com ênfase no campo da geografia. O autor citado acima faz uma crítica muito interessante a respeito da utilização e da preocupação dos cientistas políticos e geógrafos em pensar a noção, dizendo que os “cientistas políticos e geógrafos ainda despenderam pouco tempo analisando este conceito: o território foi presumido como um atributo por si só evidente das instituições governamentais estabelecidas” (GOTTMANN, 2012, p. 524).

Assim como tantos intelectuais que se preocuparam com a produção de um conceito, Gottmann (2012, p. 525) o faz dizendo que:

Como geógrafo, sinto que seja indispensável definir território como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos geógrafos na atualidade é a capacidade de operacionalizar o conceito ora debatido, seja qual for o autor que tome como

referência. Em busca de um maior aprofundamento a respeito do conceito e de sua operacionalização na análise geográfica é que é trazida a discussão das concepções de Milton Santos ([2001] 2005).

Em sua obra intitulada (O BRASIL: território e sociedade no início do século XXI), de 2001, Santos (p. 19) conceitua o território, dizendo que “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”. Entretanto, após a sua morte, em 2001, foi publicado o livro intitulado (Da totalidade ao lugar), em 2005, uma verdadeira reunião de textos e diálogos nos quais o autor chama a atenção para a operacionalização da categoria na análise geográfica dizendo que “é o uso do território, e não território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social” (SANTOS, 2005, p. 137).

Tomando por base a noção expressa na citação acima, é relevante lembrar que a geografia é uma ciência social e neste sentido, podemos entender que são os agentes constituintes do território, em comum acordo com seus usos, que fazem dele uma categoria de análise geográfica. Segundo Santos (2005, p. 138) “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Tomando por base as concepções de Milton Santos (2001 e 2005), o presente estudo terá como categoria analítica: *usos do território*, contudo, é válido lembrar que ***são usos específicos***, ou seja, usos do território pelos feirantes e entregadores, deste modo, não correndo o risco de utilizar o conceito em sua versão generalizante/totalizante (sem especificador), ou seja, é preciso que definamos de quais usos estamos falando.

1.3 Procedimentos para análise da precarização do trabalho dos Feirantes e Entregadores que atuam no subcentro do bairro do Jacintinho em Maceió - AL

A escolha do bairro do Jacintinho manifesta-se em sua significativa importância para a dinâmica econômica da cidade de Maceió, Alagoas. O processo de descentralização das atividades econômicas que, outrora, concentravam-se no centro tradicional, fez surgir nesse bairro um importante subcentro que polariza uma significativa fatia das atividades que se ligam, sobretudo, ao setor terciário. Criando assim, um território significativo para a instalação e desenvolvimento, principalmente, de atividades que se ligam ao circuito inferior da economia urbana.

Tendo em vista essa importante e complexa composição, esta pesquisa direcionou-se para a análise da precarização do trabalho focando dois agentes antagônicos, contudo, que

usam simultaneamente o território e que apresentam modos de atuação e exploração distintos: os feirantes e entregadores. Estes agentes representam forças⁵ antigas e novas que são submetidas às mais variadas formas de exploração. O feirante faz parte da constituição histórica deste país, passando por inúmeros processos de sucateamento e exploração, enquanto os entregadores representam uma nova modalidade de trabalho que, não tão diferentes dos feirantes, passam por novos modelos de exploração. Logo, o presente e o passado se confrontam em meio à materialidade regida por um ideário cada vez mais mesquinho.

Tratando-se da análise do evento em seu acontecer, a pesquisa estrutura-se na coleta de informações através da aplicação de questionários e entrevistas⁶ a alguns agentes que caracterizam esse uso singular do subcentro do bairro do Jacintinho, em específico, os feirantes e entregadores. A essência desta produção manifesta-se no esforço de apresentar a sociedade o intenso processo de precarização do trabalho em sua ação dialética entre os dois circuitos da economia urbana, com destaque para o capitalismo de plataforma que se materializa na subordinação de entregadores às plataformas digitais como: Ifood, Rappi e Uber entregador.

No primeiro momento, classificamos os principais segmentos econômicos atuantes no bairro. A priori, identificamos a presença de bares, restaurantes, açougues, vestuário, farmácias, pequenas lojas de eletrônicos, pequenos mercados, grandes mercados que se ligam ao circuito superior, assim como a importante presença da feira livre que mobiliza uma considerável fatia da dinâmica econômica do bairro, atraindo um grande contingente populacional.

Quadro 3 – Principais Atividades Econômicas do Subcentro do Jacintinho

1 - Açougues	8 - Escritórios de contabilidade	16 - Lotéricas
2 - Academia	9 - Escritórios de advocacia	17 - Lojas de Ferramentas
3 - Assistências técnicas	10 - Galerias de Lojas	18 - Óticas
4 - Bancos	11 - Lanchonetes	19 - Papelaria
5 - Clínicas Médicas	12 - Lojas de vestuário	20 - Postos de Combustível
6 - Clínicas Odontológicas	13 - Lojas de Calçados	21 - Relojoeiros
7 - Clínicas Veterinárias	14 - Lojas de eletrodomésticos	22 - Self services
8 - Concessionárias de Motos	15 - Lojas de móveis	23 - Supermercados

Fonte: Silva (2019). Adp. Vinícius Ferreira Viana.

⁵ O termo “forças” pode ser compreendido como modalidades de trabalho.

⁶ Os procedimentos para a aplicação dos questionários e entrevistas são detalhados na quarta seção, ao introduzir o estudo de cada caso em particular. Isto se motiva pelo fato da extensão do trabalho, assim como uma escolha metodológica do autor.

Em seu trabalho de conclusão de curso, Michele Silva (2019) identificou a presença dos segmentos apresentados no quadro acima. Deste modo, este estudo tem o compromisso de identificar possíveis atualizações, principalmente nos quesitos: quantidade, variedade, abrangência, modalidades de contrato de trabalho, assim como possíveis adesões às novas formas de prestações de serviços. É importante lembrar que, durante todo o período pandêmico⁷, várias medidas foram tomadas por estas atividades, principalmente com a inserção de novos modos de trabalho, com destaque para o *delivery*.

A primeira parte da coleta de dados fundamentou-se na seleção e mapeamento dos dois segmentos que foram escolhidos para análise: feirantes e entregadores, deste modo, possibilitando o desenvolvimento de uma análise qualitativa que melhor representasse a realidade vivida, com isso, reduzindo-se, significativamente, o campo amostral. Tem-se em vista apresentar à organização do trabalho a partir de cada segmento, buscando, assim, identificar a mobilidade e abrangência de sua atuação, assim como possíveis mudanças que se relacionam ao desenvolvimento técnico-científico-informacional que atinge as atividades ligadas ao circuito inferior da economia urbana.

Conforme dados apresentados pelo Ifood, muitos estabelecimentos têm aderido aos serviços de entrega oferecidos pelas plataformas digitais, aumentando sua capilaridade de atuação, por outro, aderindo outros valores aos seus produtos, encarecendo-os. Com base nas pesquisas realizadas, também é possível observar significativas mudanças na atuação dos feirantes, principalmente com a inserção de novas modalidades de negociações que, outrora, não existiam, como suas ligações a bancos e novas formas de pagamentos que os auxiliam no desenvolvimento de suas atividades.

A segunda parte da coleta destinou-se à aplicação de questionário e entrevistas aos entregadores que aderiram às plataformas digitais assim como aqueles que exercem a atividade da modalidade mista. O objetivo da aplicação dos questionários e desenvolvimentos de entrevistas foi à busca pela compreensão dos principais motivos que fizeram com que essas pessoas se vinculassem a essa nova modalidade de trabalho, assim como entender suas visões a respeito dessa atividade. Os principais temas abordados foram: instabilidade; falta de cobertura dos direitos trabalhistas, utilização de seus bens para o desenvolvimento de suas atividades e perigos da excussão.

⁷ O período pandêmico mencionado iniciou-se a partir do dia 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde caracteriza a disseminação do Covid-19 como pandemia. Ainda, no dia 30/03/2023, estamos vivenciando o período pandêmico, e não há, até o momento, uma data definitiva para o seu fim.

É importante destacarmos que esse tipo de serviço oferecido pelas plataformas digitais, como: Ifood, Rappi, Uber entregador utilizam-se de um intenso processo de precarização do trabalho. Essas empresas não dispõem de nenhum contrato de trabalho que assegure os direitos trabalhistas consolidados em nosso ordenamento jurídico, em referência à Constituição de 1988, assim como à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

O terceiro momento foi separado para análise e tratamento dos dados. Esse foi de extrema importância por possibilitar a operacionalização da teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana, da categoria território usado pelos entregadores e feirantes, assim como a finalização do estudo através da análise sintética alicerçada no materialismo histórico-dialético que vem sendo estabelecido e desenvolvido ao longo da produção deste trabalho.

SEGUNDA SEÇÃO

O CAPITALISMO EM CRISE: A PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO EM MEIO À REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA DO CAPITAL

Tendo em vista que cada realidade é a confluência material dos interesses do capital, é possível dizer que não existe casualidade no momento em que vivemos. Os sistemas de objetos e ações que se manifestam na contemporaneidade constituem-se de uma remodelagem do passado, criando novas roupagens para as coisas e lhes atribuindo novas funções. O sentimento do novo nunca foi tão antigo e por isso mesmo tão atual, fundamentando-se em uma confluência de tempos e movimentos, que, muitas vezes, nos leva a uma crise de identidade temporal e, conseqüentemente, existencial.

O tempo e espaço, enquanto instâncias maiores e inseparáveis, revelam as transições do comportamento humano. As cicatrizes histórico/materiais da relação homem e natureza têm seu fundamento no trabalho e essa circunstância o torna o seu primeiro estágio de análise, desse modo, proporcionando uma leitura singular do seu acontecer em cada realidade, revelando uma indissociabilidade com esse mundo operado por uma globalização cada vez mais perversa (SANTOS, [2000] 2015).

Este primeiro capítulo tem a finalidade de iniciar uma breve discussão a respeito do processo de precarização do trabalho tomando por referência os sistemas produtivos utilizados pelo capitalismo ao longo de sua construção histórica. Para que fosse possível o desenvolvimento dessa análise, tomaram-se por base alguns trabalhos que consideramos muito importantes, a exemplo: Alves (2007), Netto e Braz (2006), Gorender e Almeida (1961), Harvey (2009), Mészáros (2002), Wood Junior (1992), Vieites (2008), entre outros.

A propositura de se pensar o trabalho em seu estágio atual força-nos a voltar um pouco na história da humanidade para que seja possível, mesmo que sucintamente, compreender suas raízes e, por conseguinte, identificar as artérias que deram origem a um debate sem fim, mas necessário: à precarização do trabalho enquanto base indispensável para o processo de expansão da acumulação e desenvolvimento do capitalismo.

O trabalho precarizado e suas raízes

Algo que se alastra como vírus sobre os territórios, o desemprego estrutural é uma realidade que tem se intensificando por todo o mundo e alterado, de maneira significativa, as relações socioespaciais. O processo de precarização do trabalho é um fator que atinge todos os setores da economia, não obstante, seus reflexos têm tomado largas proporções no setor terciário. As suas marcas manifestam-se nas reduções salariais, na diminuição da jornada de

trabalho, na intensa flexibilização das legislações trabalhistas, assim como no fortalecimento do processo de terceirização, trazendo às claras a sua verdadeira face.

Além dessas realidades, cresce, de modo exponencial, o desenvolvimento de atividades informais que alteram a dialética entre os dois circuitos da economia urbana, principalmente o circuito inferior, que tem se expandido de modo exponencial no território brasileiro.

O labor assume novos significados na contemporaneidade, remodela perenemente as suas bases e é alvo de um futuro incerto, mas com toda certeza, cada vez mais exploratório. Nas observações de Alves (2007, p.129):

O processo de precarização do trabalho, que aparece sob o neologismo da flexibilização do trabalho, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretrabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital.

Neste trabalho, entende-se que as crises e reestruturações pelas quais o modo de produção capitalista tem passado servem de base analítica para a compreensão da realidade do trabalho em nosso momento, sobretudo, no território brasileiro, desta forma, revelando os principais mecanismos de sua exploração no passado e apresentando as suas mudanças no presente.

Já se sabe que o capitalismo se encontra em um processo perene de modificações de suas bases exploratórias, principalmente por não conseguir sustentar seus lucros por longos períodos, diante disso, forçando-se a se readaptar a partir de suas bases.

As contradições desenvolvidas ao longo da história estão no alicerce de um interminável processo de modificações que atingem diretamente a classe trabalhadora, gerando novos caminhos para a sua exploração; este novo ambiente propicia o surgimento de um cenário socioeconômico horrendo, pelo qual a fome, a miséria, a violência e a falta de esperança tomam parte da vida e, sobretudo, da alma humana.

Já nascemos com o selo de proletários, regidos pelos ditames de um sistema em que o rigor da exploração supera os sentidos humanos. Somos parte de uma engrenagem, perecíveis, altamente substituíveis, estamos em um constante processo de degradação que se combina ao lastro natural.

As ciências sociais contam com um elenco muito extenso de estudos que foram desenvolvidos com objetivo de tentar entender as crises e reestruturações pelas quais o modo de produção capitalista tem apresentado ao longo dos últimos séculos, dentre eles, a priori,

chama-nos a atenção a obra de José Paulo Netto e Marcelo Braz, intitulada “Economia Política: uma introdução crítica” publicada em 2006.

Em suas prévias observações a respeito das crises que acompanham o modo de produção capitalista, Netto e Braz (2006, p. 156) assinalam que:

A história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de crises econômicas – de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram *catorze vezes* acompanhadas por crises; a última explodiu em 1937/1938, mas foi interrompida pela guerra.

Dentro do recorte temporal apresentado, é possível constatar a profunda instabilidade na expansão desse sistema. Existem períodos de forte crescimento econômico que se intercalam com períodos de intensas depressões – criando ciclos, que em muitos momentos, são sobrecarregados por “falências, quebradeiras e, no que toca aos trabalhadores, desemprego e miséria” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 156).

As crises não se restringiram apenas a um território ou uma região, pelo contrário, expandiram as suas escalas de impacto, interligando nações através de uma geopolítica mundial que teve como base a expansão do intenso processo de mundialização do capital. Ao tomarmos como referência o século XX, por exemplo, é possível acompanhar o grande trauma causado pela crise de 1973, definida como crise do petróleo, atingindo direta ou indiretamente todos os países do mundo, desregulando economias mundiais e promovendo altos índices de desemprego.

No que toca ao século XX, temos a explosão da crise de 1929, que gerou consequências catastróficas para a economia mundial, sobretudo, revelando o quão interligadas estão as economias mundiais, deste modo, tornando-se o epicentro de preocupações e articulações geopolíticas a nível mundial (NETTO E BRAZ, 2006).

Apesar dessas providências, que sinalizam o redimensionamento do capitalismo, ao longo de toda a segunda metade do século XX e na entrada do século XXI, continuou alterando prosperidade e depressão (ou recessão, que designa uma depressão menos violenta) – o que para o caráter ineliminável das crises. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 157).

Os processos de ascensão e recessão do capitalismo encontram-se em um ciclo ⁸ – perdurando-se ao longo dos séculos, criando ou reestruturando novas formas de exploração do

⁸ Para Mészáros (2002, p. 01) “Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio *sistema do capital*. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado”.

trabalho. Esclarece-nos Netto e Braz (2006) que tanto a análise histórica quanto teórica desse modo de produção comprova que as crises não são acidentais, assim como aleatórias e independentes do movimento do capital. Afirmam ainda que “Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo [...] a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise**” *ibidem* (p. 156).

Parafraseando Gorender e Almeida (1961, p.73) observa-se que eles exclamam que: “as crises acompanham inevitavelmente o modo de produção capitalista. Elas não podem ser eliminadas enquanto existir o capitalismo”. Ao nos depararmos com tais perspectivas a respeito desse sistema, somos levados a compreender que essas crises e reestruturações produtivas surgem quase como uma força natural/orgânica que, por consequência, faz emergir novas conjunturas operacionais, ao mesmo tempo em que criam graves perturbações em todos os âmbitos das organizações sociais.

Embora a força das crises não seja exclusiva do capitalismo, promove grandes reflexos nele, dado a sua magnitude em atuação e sua engrenagem de renovação, com destaque para os últimos trezentos anos.

Uma das características das crises que atingem o capitalismo encontra-se no quesito produção, diferenciando-se das crises que assolaram o período pré-capitalista⁹. Dentro desse sistema de organização geoeconômica, ela é sustentada na redução de produção, ocasionando a diminuição da força de trabalho, dessa forma, tendo como resultado o aprofundamento do desemprego estrutural, tornando-se base para o aprofundamento da precarização social do trabalho.

Segundo os autores citados¹⁰, na crise atual do capitalismo não existe insuficiência na produção de bens, os valores de uso estão à disposição de quem pode adquiri-los “o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar pelo valor de troca” travando-se assim a produção; obviamente, se trava a produção, surge um grande volume de demissões, levando boa parte dos trabalhadores para a informalidade. Esta se expande em ritmo frenético, desde os tempos mais remotos, forçando a constituição material do espaço geográfico através de um acúmulo desigual de tempos, onde o que se define como altamente tecnológico convive com o tradicional que se manifesta em

⁹ Segundo Netto e Braz (2006): A crise pré-capitalista esteve embasada na diminuição da força de trabalho – uma epidemia ceifando vida de trabalhadores – ocasionando a diminuição da produção. “A crise do capitalismo aparece inversamente à crise pré-capitalista”.

¹⁰ Netto e Braz (2006).

elementos/forças/funções arcaicas, ao mesmo tempo em que são bases indispensáveis para a existência desse novo.

Segundo Giovanni Alves (2007, p.129):

A crise estrutural do capital é uma crise de desmedida, na medida em que o trabalho produtivo se descola de seu referente material, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias. A produção material exige cada vez mais menos tempo de trabalho direto, embora se amplie o tempo de trabalho indireto que se confunde com tempo de vida. Mas tempo de vida é absolutamente recalcitrante à quantificação inerente à lógica do valor. Enfim, estamos diante de transformações radicais do sistema do capital que alteram a dimensão objetiva e subjetiva da precariedade e da precarização do trabalho, exigindo novos campos de investigação social.

Dentro de um lastro temporal, Gorender e Almeida (1961)¹¹ argumentam que o século XIX apresenta algumas peculiaridades quando analisamos os seus impactos nas relações trabalhistas. É nesse século que se desenvolve a mecânica, o processo produtivo evolui, tornando-se mais rápido; contudo, esse processo é interrompido periodicamente através das ondas de recessão, tendo por principal característica a superprodução, causando um processo intenso de desempregos, alterando a dinâmica e organização dos países atingidos, modificando inclusive o mercado de ações que, por consequência, impactam diretamente na desregulação do mercado de trabalho.

As crises capitalistas são crises de superprodução. As crises manifestam-se, antes de tudo, em que as mercadorias não encontram saída porque foram produzidas em quantidade maior do que podem comprar os principais consumidores — as massas populares, cujo poder aquisitivo está limitado dentro de marcos muito estreitos. Os “excedentes” de mercadorias entulham os depósitos. Os capitalistas diminuem a produção e dispensam operários. (GORENDER; ALMEIDA, 1961, p. 78).

Os setores da economia são afetados diretamente, causando uma avalanche de demissões resultantes de falências de empresas ou reduções de empregos nas que resistem. Uma observação muito importante é feita por Gorender e Almeida (1961) ao afirmarem que a superprodução em meio à crise não é absoluta, ao contrário, ela é relativa. Essa relatividade é encontrada no fato de que “o excesso de mercadoria existe apenas em comparação com a procura solvente, mas não em comparação com as necessidades reais da sociedade” *ibidem* (1961, p. 76).

¹¹ Segundo Gorender e Almeida (1961, p.73) “A contradição fundamental do capitalismo manifesta-se exteriormente no antagonismo de classe entre o proletariado e a burguesia. O capitalismo se caracteriza pela ruptura entre duas importantes condições da produção: entre os meios de produção, que se concentram nas mãos dos capitalistas, e os produtores diretos, que estão privados dos meios de produção e possuem apenas sua força de trabalho. Esta ruptura se revela claramente nas crises de superprodução, quando de um lado surge um excesso de meios de produção e de produtos, um excedente de capital, e de outro lado um excesso de força de trabalho, as massas de desempregados, privadas dos meios de existência”

A acessibilidade aos produtos conduzidos pelos preços de mercado cria, dentro da organização socioespacial, diferenças qualitativas, quantitativas e, mais radicalmente, coloca em evidência uma massa populacional que já não tem condições de comprar os produtos mais “baratos” ou “acessíveis” por não encontrarem trabalho nem meios para se manter na informalidade – materializando o caos no espaço urbano – onde a fome, miséria, falta de políticas públicas eficazes andam juntas, caracterizando a natureza da atuação do capitalismo no espaço mundial. Essas catástrofes socioeconômicas não são exclusivas dos países pobres e/ou emergentes, estão também bem enraizados nos países desenvolvido/ricos.

Ainda de acordo com os autores citados, é em meio à crise que se aprofunda a privação das necessidades primárias da classe trabalhadora. Os períodos de crise criam margem para que o MPC se aperfeiçoe, criando novos modelos de produção através da inserção de novas técnicas, aumentando a sua capacidade produtiva. Criam novas metodologias/ “novas racionalidades” para a exploração do trabalho, fazendo surgir um novo tipo de exército de reserva, agora submetidos não apenas à concorrência humana, mas, acima de tudo, à “maquinaria”.

Nas observações de Harvey (2009, p. 8) “O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação”, disseminando-se de modo avassalador, reconstruindo os modos de vida para manter firmes seus interesses. Obviamente, que diante de seu histórico, esse fato não seria diferente, pois aprimora a visão holística da economia, tornando as contradições uma das suas principais armas de atuação, tendo seus tentáculos pautados no comércio, na indústria, nos bancos e, agora, com o auxílio da informação, tem se tornado, cada vez mais, voraz, sem limites, implacável. A verdade é que essa falta de limites realmente se encontra em uma natureza criada pelo homem que perpassa abstração e se materializa em toda estrutura orgânica criada pelo capitalismo.

A necessidade deste trabalho em buscar a compreensão das crises e reestruturações do MPC alicerça-se na elucidação da origem de um *vírus* que atinge todo o mundo, não se fala aqui do Covid-19, mas sim do capitalismo avassalador que inunda as relações de trabalho, normatizando os territórios, criando novas culturas e, por fim, desenvolvendo novos meios de exploração – homem x homem.

Entendemos que a compreensão das atuais relações de trabalho, que se proliferam pelos países do mundo, encontra passados históricos diretamente vinculados aos sistemas produtivos que revelam sua materialidade histórica, em meio às crises e reestruturações que seguem em aperfeiçoamento, a exemplo das “racionalizações” promovidas pelos modelos

fordista/taylorista e o toyotista. Dito isso, logo mais, em breves palavras, discutiremos um pouco sobre os sistemas produtivos e seus impactos nas relações trabalhistas.

2.1 A “racionalização” produtiva: justificativa para a exploração desmedida?

Associar palavras como racionalização e capitalismo causa um pouco de estranheza, pois estamos acostumados a pensar a racionalização como algo que além de construir uma linha coerente e coesa para explicar ou gerenciar atividades humanas, tem como essência o respeito aos limites de uma igualdade formal ou material, assim como a dignidade pessoal humana, sobretudo ética. Contudo, à luz da perspectiva do modo de produção capitalista, essa racionalização deixa de lado as bases humanísticas e alicerça-se nos meios mais viáveis para acelerar o processo de acumulação e expansão desse modo de produção. Como se pode notar, a natureza do capital parece mostrar sua verdadeira raiz diante dessa constituição, sobretudo, sanguinária.

Os sistemas produtivos compõem o processo de organização operacional da produção capitalista. Surgem ao longo de suas reestruturações, tornam-se parte vital em seu desenvolvimento sistêmico/“orgânico”. Interagem e normatizam de maneira direta a organização do trabalho com a finalidade de ampliar o processo de acumulação, ao passo que intensificam a precarização do trabalho a cada renovação, atingindo todos os âmbitos sociais, inclusive os sistemas legislativos. Como se pode ver, a classe trabalhadora nunca foge ao rigor da maximização da exploração.

Entender os modos de organização do trabalho na atualidade requer o conhecimento dos primórdios de sua sistematização. Dessa forma, iremos fazer uma sucinta análise dos sistemas produtivos: fordista/taylorista e toyotista, com vista a entender os mecanismos utilizados pelo capitalismo para tornar sua lucratividade fluida e, cada vez, maximizada.

Dentre os estudos esteados na análise histórica da ascensão e a derrocada do sistema de produção fordista, chama-nos atenção o trabalho de ¹²Thomaz Wood Jr. Em suas observações acerca da temática, traz à evidência a sinuosa transformação no mundo do trabalho, a partir da transição da produção manual para a produção em massa. Assim, dá-se início a uma série de discussões infundáveis pautadas na ruptura progressiva e impactante da

¹² Em seu trabalho intitulado “FORDISMO, TOYOTISMO e VOLVISMO: caminhos da indústria em busca do tempo perdido”, publicado em 1992, Thomaz Wood Junior faz uma importante análise do desenvolvimento dos sistemas de produção, dessa forma analisando a ascensão e queda da produção em massa *Fordista*; amplia a sua análise para o surgimento do *Toyotismo* assim como do que ele denomina de *Volvismo*.

organização do trabalho no mundo. Tais transformações foram o prenúncio de uma sucessão de metamorfoses estruturais que atingiria não apenas o continente asiático, europeu ou americano, mas todo o planeta.

2.1.1 Sistema de produção fordista/taylorista

O sistema de produção fordista/taylorista¹³ esteve alicerçado em um intensivo universo de processos que visaram à mecanização industrial esteeda em uma forte burocratização das relações trabalhistas que, conseqüentemente, espalhou-se por todas as relações dentro do processo produtivo. Como bem destaca Wood jr¹⁴ “[...] as organizações burocráticas são capazes de rotinizar e mecanizar cada aspecto da vida humana, minando a capacidade de uma ação criadora”. É bem verdade que as funções singulares e mecanicistas desenvolvidas pelo SPF¹⁵ “impuseram restrições”, especializando o trabalhador, na maioria das vezes, a uma única realização dentro do processo produtivo, chegando ao ponto, de este não se reconhecer como partícipe do resultado de um produto em sua versão final.

Segundo Wood jr (1992, p.9):

O início do ciclo de produção capitalista caracterizou-se fundamentalmente pela separação do trabalhador dos meios de produção. Mas foi o surgimento das grandes fábricas e das linhas contínuas que aceleraram as mudanças, alterando radicalmente os sistemas organizacionais. Na indústria automobilística, durante o período de produção manual, as organizações eram descentralizadas, ainda que localizadas numa única cidade.

O desenvolvimento do sistema de produção fordista traz em sua construção uma profunda carga histórica que revela as mudanças na organização do trabalho, bem como sua extensão a outros ramos econômicos. Para Wood Jr, durante o período de produção manual, na indústria automobilística, as organizações eram descentralizadas, (sem sistematizações operacionais complexas, focadas na produção em sua totalidade, constituindo uma organização de trabalho bem diferente do que viera a surgir a posteriori). Nesse modelo, o dono dos meios de produção exercia o papel de coordenação, relacionando-se diretamente com os clientes, com os operários e fornecedores.

¹³ Nas observações de Renato Guedes Vieites (2008, p. 142) “Sendo o fordismo um modelo de desenvolvimento, ele constituiu um arranjo particular de um paradigma ou modelo industrial, de um regime de acumulação e de um modo de regulação. O paradigma industrial fordista esteve assentado nos setores industriais de bens duráveis, particularmente o automobilístico, e no aprofundamento de uma série de princípios tayloristas bastante conhecidos”.

¹⁴ Wood Jr, Thomaz *op. Cit.*, p.8

¹⁵ SPF refere-se à contração das palavras *Sistema de Produção Fordista*.

O século XX é um importante divisor de águas quando pensamos o fordismo como modificador das relações produtivas, “quebrando” com boa tarde das tradições presentes em seu tempo.

No século XX, a reestruturação produtiva do capital foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas. Foi um longo processo de mutações sócio-organizacionais e tecnológicas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços. Fordismo e taylorismo foram as principais ideologias orgânicas da produção capitalista no século XX, tornando-se “modelos produtivos” do processo de racionalização do trabalho capitalista no século passado. (ALVES, 2007, p. 156)

O modelo fordista, desenvolvido por Henry Ford, surgiu como uma contraposição ao sistema de produção de veículos existentes no começo do século XX, que como já observado por Wood Jr (1992), tinha como característica um ritmo de trabalho lento. Além disso, a qualidade do produto não poderia ser comparada dentro do processo produtivo, dado a singularidade de cada produto, ou seja, havia uma intensa dependência das habilidades dos artesãos que atuavam à época. Contudo, para Henry Ford o desenvolvimento produtivo de alta rentabilidade não estava baseado no “arcaísmo produtivo”, mas, sim, em uma revolução nos métodos e técnicas utilizadas para sua realização.

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan. Mas o modo de implantação geral do fordismo foi muito mais complicado do que isso. (HARVEY, 1992, p. 115).

Em contribuição, Antunes (2006) caracteriza o SPF, a partir de alguns elementos constitutivos, destacando como principais: a produção em massa baseada na lógica da linha de montagem¹⁶ de produtos com características homogêneas; estabelecimento do controle de “tempos e movimentos” encontrado no taylorismo¹⁷ e desenvolvido no fordismo¹⁸; assim como a constituição de trabalho parcelar que se manifesta nas fragmentações de funções.

¹⁶ Segundo Wood Jr (1992, p. 9): “O conceito-chave da produção em massa não é a idéia de linha contínua, como muitos pensam, mas a completa e consistente intercambiabilidade de partes, e a simplicidade de montagem [...] As mudanças implantadas permitiram reduzir o esforço humano na montagem, aumentar a produtividade e diminuir os custos proporcionalmente à elevação do volume produzido. Além disso, os carros Ford foram projetados para uma facilidade de operação e manutenção sem precedentes na indústria”.

¹⁷ Para Harvey (1992, p. 115): “Os *Princípios da Administração Científica*, de F. W. Taylor- um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento -, tinham sido publicados, afinal, em 1911. E o pensamento de Taylor tinha uma longa ancestralidade, remontando, através dos

Esse novo sistema de produção traz uma nova lógica para o desenvolvimento e organização do trabalho, outrora o artesanato, altamente especializado/completo, enquanto trabalhador que participava de boa parte ou de todo processo de produção, até chegar ao resultado final, para a implantação de um modelo que estabelece uma logística altamente fragmentária, pelo qual cada trabalhador se especializa em uma determinada etapa de produção, desse modo, tornando mais rápido o processo produtivo.

Nas observações de Gounet (2002, p. 18):

[...] Ford choca-se com o antigo regime de trabalho. Nele, eram operários extremamente especializados, grandes mecânicos, que fabricavam artesanalmente os veículos de A a Z. No conjunto das operações que um trabalhador efetuava, tomava um tempo enorme: procurar a peça certa para colocar no lugar certo, e modificá-la, adaptá-la ao seu uso no automóvel. Como um carro tem dezenas de milhares de peças, pode-se compreender que a produção era lenta, e conseqüentemente, o veículo custava caro.

Para Harvey (1992, p. 121): “O Fordismo equivaleu ao maior esforço coletivo para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”.

Nas observações de Gounet (2002, p.14):

A indústria automobilística tem a particularidade de ser pioneira em matéria de organização do trabalho, seja ao nível de uma fábrica ou de todo um sistema de produção. Foi ela que criou o chamado Fordismo. Foi ela que elaborou e desenvolveu os chamados métodos flexíveis de produção. O que acontece no setor automobilístico se espalha depois pela maior parte da indústria.

Os novos métodos de trabalho desenvolvidos pelo SPF criaram laços inseparáveis com um modo específico de viver e pensar a vida. O fordismo, apesar de se inspirar no taylorismo, estabeleceu algumas características que o diferenciou deste.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 1992, p. 115).

experimentos de Gilbreth, na década de 1890, às obras de escritores da metade do século XIX como Ure e Babbage, que Marx considerara reveladoras.”

¹⁸ Nas observações de Lipietz e Leborgne (1998, p. 13): “Como modelo de industrialização, o fordismo marca a conclusão da revolução taylorista do começo do século. Seus princípios são conhecidos: uma padronização rigorosa dos gestos operativos e correlativamente uma rigorosa separação OeM e a fábrica, entre a concepção e a execução manual”.

O desenvolvimento desse sistema produtivo tomou para si um conjunto de princípios herdados do taylorismo¹⁹, aprofundando-os, imprimindo novas funcionalidades. Segundo as observações de Vieites (2008, p.142) temos como exemplo:

[...]rígida padronização dos gestos operativos (o one best way de se realizar uma tarefa), rigorosa separação entre o trabalho manual (trabalhadores de colarinho azul) e intelectual (trabalhadores de colarinho branco), entre a concepção e execução, controle de tempo de cada operação, subdivisão do trabalho em tarefas simples e interligadas, entre outras.

O reconhecimento de uma nova fase que moldaria todos os campos das relações socioespaciais ganhou peso significativo. O trabalho²⁰ passou a ser idealizado para atender um consumo em massa; a lógica de produção ganhou novas conotações e denotações, desta forma, todo processo produtivo ganhou planejamentos singulares. Como prova dessa organização, lembra-nos Wood Jr (1992, p. 10) que:

As mudanças implantadas permitiram reduzir o esforço humano na montagem, aumentar a produtividade e diminuir os custos proporcionalmente à elevação do volume produzido [...]. Além disso, os carros Ford foram projetados para uma facilidade de operação e manutenção sem precedentes na indústria. [...]. Ford também conseguiu reduzir drasticamente o tempo de preparação das máquinas fazendo com que elas executassem apenas uma tarefa por vez. Além disso, elas eram colocadas em seqüência lógica. O único problema era a falta de flexibilidade. Esta combinação de vantagens competitivas elevou a Ford à condição de maior indústria automobilística do mundo e virtualmente sepultou a produção manual.

A especialização produtiva é uma das grandes marcas do fordismo “vencendo” a produção manual. Esclarece Wood Jr (1992) que os trabalhadores já não tinham que se preocuparem com a inspeção de qualidade, limpeza, ou até mesmo reparação de equipamentos. Esse modo de organização do trabalho proporcionou uma produção acelerada, produzindo um grande volume de produtos em um curto espaço de tempo, por outro lado, impacta diretamente o mundo do trabalho de maneira negativa por trazer uma carga de precarização muito intensa.

¹⁹ Observa Vieites (2008, p. 143) que: “A maior parte das inovações tecnológicas e da organização da empresa introduzidas por Ford resultou do aperfeiçoamento de ideias anteriormente desenvolvidas especialmente por Taylor, sendo que uma das exceções mais notáveis foi o advento da linha de montagem”.

²⁰ Nas observações de Bonanno (1999, p.27): “O capitalismo Fordista combinou empresas com alta racionalização, centralização e integração vertical com sindicatos nacionais e com uma substancial expansão do Estado, além disso, usava-se a elevada especialização e mecanização da produção, a burocratização das empresas, o planejamento extensivo e o controle burocrático de “cima para baixo”. “Fordismo Alto” é o termo que define o capitalismo do pós-guerra, ou do tipo maduro e hiperracionalizado de Fordismo”

Em contribuição, Alves (2007, p.119), lembra-nos que:

As primeiras décadas do século XX são marcadas por uma onda longa de precarização social que anuncia a constituição de uma nova precariedade salarial nos países capitalistas industrializados. Um contingente de proletários pré-modernos, operários - artesãos despossuídos, incapazes de lidar com a lógica do trabalho taylorizado-fordizado e com a modernidade-máquina, eram “cuspidos” pelo “moinho satânico” do capital (expressão utilizada por Karl Polanyi em seu clássico livro intitulado “A Grande Transformação”).

A análise apresentada por Giovanni Alves (2007) nos permitiu testificar trilhas explicativas que evidenciam a evolução da precarização do trabalho durante a instalação do fordismo, apresentando-nos seus impactos desconcertantes para a produção manual assim como para o *operário massa*²¹. Além dos impactos gerados na produção artesã, outros também são constatados, por exemplo, em meio à produção fordista os operários não contavam com expectativa de evolução em carreiras, tendendo assim a uma “desabilitação total”, Wood Jr (1992). “Além disso, com o tempo, a tendência de super especialização e perda das habilidades genéricas passou a atingir também os demais níveis hierárquicos”²².

Entre os anos de 1914 a 1970 o modelo fordista influenciou de maneira direta grande parte da produção industrial mundial, contudo, seus anos gloriosos foram impactados diretamente por crises que o fizeram se reinventar mais uma vez. Para Wood Jr (1992): o processo de verticalização da produção, ou seja, produção de todos os elementos dentro da própria empresa, fez surgir variados problemas, principalmente no quesito gerencial, dessa forma, sendo um dos primeiros prenúncios para o seu declínio.

²¹ A definição de “operário massa” faz referência à divisão parcelar destinadas aos grupos de trabalhadores em meio ao processo de especialização, dessa forma, caracterizando profunda desqualificação da força de trabalho.

²² Wood Jr, Thomaz *op. Cit.*, p.9

Quadro 4 – As Cinco Principais Transformações do Fordismo segundo Gounet (2002)

1.	Para responder a um consumo amplo, Ford atira-se na produção. Significou racionalizar ao extremo as operações efetuadas pelos operários e combater os desperdícios, principalmente de tempo. Em sua visão, apenas a produção em massa poderia reduzir os custos de produção e, portanto, o preço das vendas.
2.	A primeira racionalização é o parcelamento das tarefas, na mais pura tradição taylorista. Em vez de fazer um veículo inteiro, um operário faz um número limitado de gestos, sempre os mesmos, repetindo ao infinito durante sua jornada de trabalho. O parcelamento significa que o trabalhador não precisa ser um artesão especialista em mecânica. Acontece a desqualificação dos operários
3.	Se o trabalho de cada um é regulado, a ligação entre os diferentes trabalhos ainda não o é. Cria-se para isso a linha. Uma esteira rolante desfila, permitindo aos operários, colocados um ao lado do outro, realizar as operações que lhes cabem. Além de ligar os trabalhos individuais sucessivos, a linha fixa uma cadência regular de trabalho, controlável pela direção da empresa. Permite uma produção fluida, limitando ao máximo os estoques e o transporte entre operações.
4.	Para reduzir o trabalho do operário a alguns gestos simples e evitar o desperdício de adaptação do componente ao automóvel, Ford tem a ideia de padronizar as peças. Assim, um mesmo elemento é montado em um mesmo modelo. Mas para obter esse resultado e ter os componentes exatos, adaptáveis aos seus carros, Ford precisa comprar às firmas que fabricam as peças. É dessa maneira que o empresário se atira à integração vertical. Ou seja, ao controle direto de um processo de produção, de cima a baixo.
5.	Depois dessas transformações, Ford pôde automatizar suas fábricas. Os resultados dessas transformações são, no mínimo, prodigiosos. A antiga organização da produção precisava de 12:30 horas para montar um veículo. Com o taylorismo, ou seja, apenas com o parcelamento das tarefas, a racionalização das operações sucessivas e a estandarização dos componentes, o tempo cai para 5:50 horas. Em seguida, graças ao treinamento, para 2:38 horas. Em Janeiro de 1914, Ford introduz as primeiras linhas automatizadas. O veículo é produzido em 1:30 horas, ou seja, pouco mais de oito vezes mais rápido que no esquema artesanal usado pelos concorrentes.

Fonte: Thomas Gounet (2002). Adap. Vinícius Ferreira Viana

Para materializar a sua produção em massa, segundo Gounet (2002), ele aumentou os salários dos operários para 5 dólares²³, com vistas ao desempenho de uma jornada de trabalho de oito horas. Vale salientar que suas concorrentes estavam pagando o valor de 2,5 dólares de diária. O fortalecimento do fordismo trouxe profundos reflexos que se prolongaram e foram focos de uma intensa precarização do trabalho em massa. O modelo fordista conseguiu alcançar uma boa fatia da economia do mercado mundial, até chegar ao seu domínio produtivo.

Para Vieites (2008, p. 150):

O fordismo se desenvolveu durante o período entre as duas guerras mundiais, quando ocorreu a constituição do seu modo de regulação,

²³ Segundo Gounet (2002, p. 20): “Graças à nova organização de produção e ao fluxo de operários, atraídos pela diária de 5 dólares, Ford conquista o mercado norte-americano e, em seguida, mundial. Apesar do aumento dos custos salariais, ele consegue baixar os preços dos veículos, seu objetivo para alcançar o consumo em massa. Aquilo que perde de produção de um veículo, recupera na massa de carros vendidos. Em 1921, pouco mais da metade dos automóveis do mundo (53%) vem das fábricas Ford”.

principalmente no que diz respeito ao Estado do Bem-Estar Social, seguindo os ditames keynesianos. A crise do modelo fordista, entretanto, ficou evidente no momento em que as contradições existentes entre o regime de acumulação e o modo de regulação se tornaram insustentáveis.

Seus anos dourados tiveram tempo curto. Um dos problemas, talvez não esperado por Ford, que impulsionou de maneira singular a “derrocada da predominância do modelo fordista na produção”, como bem nos lembra Guedes (2008), se deu na pressuposição que os gastos em sistemas em ritmo do consumo andariam de braços dados com produção em massa que se tinha na época de seu auge, ou seja, que sempre existiria uma grande massa de consumidores sempre à espera para consumir seus produtos.

Bonanno (1999, p.27), chama-nos atenção para o fato de que:

O Fordismo funcionou em níveis próximos ao ótimo, da metade da década de 50 até o final da década de 60. Entretanto, no começo dos anos 70 já estava enfraquecendo e expondo sérias contradições [...]. Nas sociedades ocidentais avançadas, o crescimento dos novos movimentos sociais, o protesto dos estudantes e as atividades contraculturais começaram a erodir a estabilidade do Fordismo.[...] A crise do petróleo, a severa recessão de 1973, o fim do acordo de Bretton Woods e a estagflação significaram uma decomposição possível dos Estados Unidos enquanto centro multinacional capitalista. [...] A elevada competição global e as crises políticas e econômicas mencionadas, trouxeram novas estratégias dirigidas para a redução da inflação, através de um crescimento mais lento, da redução do poder das organizações trabalhistas, da aceitação de níveis mais elevados de desemprego e dos cortes nos salários sociais.

David Harvey (1992, p. 140) faz uma importante observação a respeito da crise do fordismo ao esclarecer que:

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da "estagflação" (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político [...] No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.

Em contribuição, Lipietz e Leborgne (1998), afirmam que a crise do fordismo esteve alicerçada na estagnação dos mercados estabelecida pelas pressões do mercado internacional, expressando-se principalmente a partir da volatilidade crescente da estrutura de demanda, por fim, caracterizando-a como crise de subconsumo. Segundo os autores, a desaceleração da

produtividade assim como o crescimento da relação capital/produto conduziu uma queda da produtividade dos anos 60. “A relação dos empresários (via internacionalização da produção) e do Estado (generalização das políticas de alteridade) levou a uma crise do emprego e daí à crise do Estado-providência)”²⁴.

A internacionalização assim como a estagnação foram fatores determinantes para o aprofundamento de sua crise, principalmente na década de 1970. Essas fragilidades foram determinantes para o surgimento da flexibilização: tentativa de maximização econômica, redução de custos produtivos e, por consequência, ampliação da precarização das relações trabalhistas. Segundo Fonseca (2020), já nos anos de 1960, a persistente queda na lucratividade pela qual as empresas estadunidenses passaram, apresentou-se como importante indício de sua fragilidade e, a posteriori, do prenúncio da crise do sistema de produção fordista-keynesiano.

A rigidez organizacional/produtiva, base do modelo fordista, sustentado na ideia de um Estado regulador da relação entre trabalho e capital, trouxe às claras, a incapacidade de garantir a estabilidade ao processo de acumulação do capital.

Dito isso, e sobretudo, afastando a estranheza, o capitalismo mais uma vez se reinventa e traz mais uma carga de reorganização produtiva pautada, sobretudo, em uma intensa flexibilização e redução de custo, valendo salientar que não é uma transição absoluta do fordista-keynesiano para o modelo toyotista, mas alguns primeiros passos para a sua remodelagem.

2.2 Sistema de produção toyotista

A nova organização do trabalho apresentada pelo modelo toyotista foi implantada de maneira progressiva durante as décadas de 1950 e 1970 aprofundando-se em 1980²⁵. Suas origens encontram sustentáculos na necessidade de competitividade das empresas japonesas²⁶ frente às americanas que trabalhavam a todo vapor sob alicerces do fordismo (GOUNET, 2002).

²⁴ Lipietz e Leborgne, *op. Cit.*, p. 16.

²⁵ Nas observações de Vieites (2008, p. 146): “O modelo de desenvolvimento pós-fordista (também conhecido como toyotismo ou ainda, liberal-produtivista) refere-se ao paradigma societal surgido ao final da década de 1970, com a eclosão da III Revolução Industrial e, implementado com a chegada ao poder de Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha e Reagan, nos Estados Unidos”.

²⁶ Segundo Gounet (2002, p. 25): “Em 1945, logo após a derrocada japonesa e no momento de ocupação aliada, o presidente da Toyota Kiichiro Toyoda, declara que é vital “alcançar os norte-americanos em três anos, sem o que será o fim da indústria automobilística japonesa”

Diferentemente do contexto de atuação do sistema fordista/taylorista que esteve em meio a uma economia crescente sob alicerce de um mercado consumidor que se apresentava forte, tanto interna quanto externamente, o toyotismo “suruiu num contexto econômico lento”²⁷. Embora o mercado interno japonês estivesse em meio a um consumo intenso de bens e serviços, existia uma pequena expansão de demanda.

Segundo Pinto (2007), nas palavras de Taiichi Ohno, que foi engenheiro industrial da Toyota e criador do modelo, após a Segunda Guerra Mundial, surgiu um ambiente propício à busca de desenvolvimento de inovações, dessa forma, fortalecendo a competitividade das empresas japonesas.

A década de 1980 sediou um conjunto significativo de transformações nos processos de produção, assim como na organização do trabalho. Tem-se o desenvolvimento da “microeletrônica, robótica e automação”²⁸ que se inseriram com potencialidades na produção fabril estabelecendo novas relações de trabalho – dentre elas – um alto índice de flexibilização contratual que intensifica sua precarização, tendo como um dos resultados: o fortalecimento do desemprego estrutural.

Vê-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O Fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da “Terceira Itália”, na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado “kalmarianismo”, do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns casos até substituídos, com a experiência japonesa. (ANTUNES, 2002, p. 23-24).

O toyotismo sustenta-se em uma produção diversificada, esta, por sua vez, destaca-se através de sua alta qualidade e custos produtivos relativamente mais baixos. Diferentemente do modelo fordista, que esteve alicerçado na produção em massa sem propensão a grandes mudanças, o toyotismo, como observa Coriat (1994), tem por característica a plasticidade, ou seja, a capacidade de adaptação às condições mais adversas dentro do processo produtivo.

Esse modelo constitui-se de um novo tipo de racionalização produtiva; tem em seu bojo o olhar direcionado para o entendimento das mudanças de consumo assim como da volatilidade do mercado de trabalho. A demanda torna-se parte central da construção de uma logística de mercado, protegendo-se do que ocorreu no modelo fordista, ou seja, evitando desperdício, ociosidade da produção assim como uma superprodução desordenada. Além disso, fundamenta-se na redução do número de trabalhadores diretos, assim como a

²⁷ Augusto Pinto, Geraldo, *op. Cit.*, p. 54

²⁸ Antunes, Ricardo, *op. Cit.*, p. 23

flexibilização contratual – muitas vezes condicionada à demanda – assim como um alto índice de terceirização, fugindo da verticalização produtiva.

Sinalizamos aqui nosso posicionamento frente à compreensão teórica da acumulação flexível, assim como a análise de sua materialidade representada nos processos produtivos em aceleração no mundo. Dessa forma, coadunamos com o pensamento de Botelho (2000, p. 41) ao apontar que:

[...] o termo *produção flexível* deve ser entendido como as novas estratégias de produção e reprodução do valor em todas as escalas e níveis econômicos por parte dos agentes interessados frente à crise do capitalismo dos anos 70. Porém, deve ficar claro que desde já que o processo de transição do chamado *fordismo* para o que se entende por *produção flexível* varia de acordo com as sociedades, não havendo um modelo único e hegemônico.

Para David Harvey²⁹ a acumulação flexível³⁰ fundamenta-se em um confronto direto à atuação da rigidez do modelo fordista. Ela tem por característica a flexibilização dos processos trabalhistas, “dos mercados de trabalhos, dos produtos e padrões de consumo”³¹. Ricardo Antunes³², em contribuição, afirma que nos novos processos de trabalho alteram-se de maneira significativa: o cronômetro assim como a produção em série e de massa vão cedendo espaço para a flexibilização da produção, em muitos momentos sendo substituídas. As lógicas do mercado mudaram e, diante disso, os métodos de produção estão mudando em processo concomitante.

O processo de flexibilização segundo Harvey (1992, p.140):

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

Essa flexibilização produtiva impacta diretamente as relações que são desenvolvidas no mundo do trabalho. O processo de flexibilização produtiva exige, de forma massiva, a flexibilização do trabalho, assim como traz uma carga maior de exigências no processo

²⁹ Harvey, David, *op. Cit.*, p. 140

³⁰ Nas observações de Antunes e Druck (2013, p.14): “O padrão de acumulação flexível [...] se fundamenta num padrão de produtivo organizacional inspirado na experiência japonesa do pós-guerra e associa-se ao avanço tecnológico, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços”

³¹ Harvey, David, *op. Cit.*, p. 140

³² Antunes, Ricardo, *op. Cit.*, p. 24

produtivo quando comparado ao fordismo, principalmente quando o assunto é organização (GOUNET, 2002). Os novos modelos de organização do trabalho apresentados pela flexibilização permitem que os empregadores pressionem, de maneira mais acirrada, o controle do trabalho (HARVEY, 1992).

A produção flexível estabelece uma operacionalidade material que se estrutura na desconcentração produtiva sustentada em subcontratações, criando uma verdadeira rede de exploração trabalhista. Funda suas bases operacionais no trabalho em equipe, contudo, tendo por objetivo reduzir ao máximo o número de trabalhadores com vínculo em seu processo produtivo, forte flexibilização salarial, constituindo-se de um processo produtivo horizontal, interligando várias empresas distribuídas no espaço mundial, diferenciando-se da organização do trabalho do modelo fordista/taylorista alicerçado em uma produção vertical.

Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação dos postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, envolvimento, terceirização ampliada, tudo isso passa a pragmática da empresa flexível. Como paralelo, vale a referência: se no apogeu no taylorismo/fordismo mensurava-se a pujança de uma empresa pelo o número de operários que nela exerciam suas atividades laborativas [...] pode-se dizer que na era da acumulação flexível “empresa enxuta”, são merecedoras de destaque as empresas que mantêm menor contingente de trabalhadores e, apesar disso, aumentam seus índices de produtividade”. (ANTUNES; DRUCK, 2013, p.14).

Quadro 5 - A Organização do Toyotismo segundo Gounet (2002)³³

Logística de Produção
a) A produção é puxada pela demanda e o crescimento, pelo fluxo (No fordismo, o objetivo era produzir em série) b) A empresa só produz o que é vendido – o consumo condiciona a organização da produção (Criação de estoques mínimos)
Combate aos Custos de Produção e aos desperdícios
a) A empresa decompõe o trabalho de uma fábrica em quatro operações: transporte; produção propriamente dita, estocagem e controle de qualidade. b) Dentro do processo a agregação de valor está contida apenas na produção, embora toda organização seja de fundamental importância para seu funcionamento. c) Por representar custos, é necessário limitar ao máximo o tempo de transporte, estocagem e controle de qualidade. d) Objetivo central: maximizar a fluidez da produção e) Evitar que se formem estoques em qualquer ponto da cadeia (O único estoque realmente tolerado é a reserva por onde escoar o fluxo da cadeia).
Flexibilização do Aparato Produtivo
a) A flexibilização do aparato produtivo e sua adaptação às flutuações de produção acarretaram a flexibilização do trabalho. b) Na Toyota em 1955 o trabalhador operava em média de 5 máquinas – estabelecendo um processo produtivo oposto ao fordismo. c) O trabalhador não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho de equipe. d) O trabalhador deve se tornar polivalente para operar várias máquinas em seu cotidiano, diminuindo assim o número de trabalhadores em meio ao processo produtivo.
Organização da Produção Através do <i>kanban</i>
a) O <i>kanban</i> é uma espécie de máquina que indica muitas coisas, porém o mais importante é a peça ou elemento o qual está ligado b) Quando a equipe precisa de um painel para o carro que está montado, ao pegar o painel na reserva, retira-se o <i>kanban</i> da peça empregada que será reposta no momento oportuno. O estoque será reconstruído a partir das necessidades já constatadas. c) O <i>kanban</i> serve como senha de comando.
Objetivo da Toyota
a) Produzir vários modelos, contudo, cada um em série reduzida b) Produzir vários modelos é uma vantagem, contudo, leva tempo para a adaptação dos instrumentos para a produção. c) Em vez de aprofundar a integração vertical, como as empresas americanas, eles desenvolvem modelos de subcontratação com os fornecedores de autopeças. d) Aproveitando as condições mais penosas de trabalho: as subcontratadas, a montadora fixa as condições de preço, prazo e qualidade, com a finalidade de produzir o veículo a baixo custo, <i>Just-in-time</i> e qualidade impecável.
Resumo do Toyotismo em Cinco Zeros
a) Zero atraso: a demanda puxa a produção; o fluxo comanda o crescimento; um cliente não deve esperar para comprar um carro. b) Zero estoque: só são permitidas as reservas de base. c) Zero defeito: cada posto de trabalho controla a qualidade do trabalho do posto de trabalho precedente. d) Zero pane: as máquinas nunca são usadas com capacidade plena e são escolhidas não em relação ao seu valor técnico, mas de uma função na cadeia; para uma produção simples é

³³ Esse quadro foi construído com a finalidade de resumir e organizar, em modo sintético, as observações feitas por Gounet (2022). Nele existem citações diretas assim como adaptações no texto. Para maior aprofundamento ir ao texto original.

- preferível uma máquina simples.
- e) Zero papeis: o *kanban* reduz bastante as ordens administrativas e as papeladas em geral.

Fonte: Gounet (2002),

Elaboração: Adp. Vinícius Ferreira Viana

Analisando os efeitos da produção baseada na indústria automobilística, assim como nas novas atividades que vêm aderindo a esse modelo, notamos que isso acarreta na desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, especialmente em locais como o Brasil, onde tais conquistas ocorreram tardiamente e foram rapidamente desvalorizadas.

Nesse novo modelo, o processo de terceirização é acompanhado de uma forte repressão ao sindicalismo autônomo. Quanto a esse ponto, é importante lembrar que o enxugamento do quantitativo de trabalhadores, assim como a inserção de processos e serviços terceirizados contribui para essa realidade.

Segundo Antunes e Druck (2013, p. 16):

Uma fenomenologia preliminar dos *modos de ser* da precarização demonstra a ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quando não na condição de desempregados. Crescentemente, a busca da “racionalidade instrumental” do capital vem impulsionando as empresas à flexibilização das relações de trabalho, da fornada, da remuneração, introduzindo novas relações e formas de trabalho que frequentemente assumem feição informal.

Essa realidade apresentada pelos autores atua de modo dinâmico e universal em suas características gerais, assim como apresentam impactos singulares nos territórios que apresentam uma dinâmica econômica mais acentuada. O processo de substituição de contratos trabalhistas por atividades descontinuadas e sem garantias tem crescido desde os últimos decênios do século XX e se ampliado na atualidade. Esse cenário em ascensão tem propiciado o poder de influência (persuasão) de grandes multinacionais quanto à flexibilização das legislações trabalhistas, buscando o desmonte dos direitos e entraves que outrora poderiam atrapalhar, de alguma maneira, a sua atuação nos usos e abusos do território e principalmente do trabalho (ANTUNES; DRUCK, 2013).

Diante de toda a discussão apresentada, gostaríamos de reafirmar o compromisso e importância da análise geográfica frente a essa temática. Acreditamos que entender as relações de trabalho na contemporaneidade, suas relações com os dois circuitos da economia urbana, principalmente no território brasileiro, possibilita a compreensão da verdadeira realidade do trabalho, principalmente compreendendo as suas singularidades.

2.3 O processo de precarização do trabalho no Brasil: a derrocada da classe trabalhadora?

Esse é o segundo momento destinado à análise e compreensão do processo de precarização do trabalho no território brasileiro. Entendemos que o processo de flexibilização, que se espalha como vírus nos setores da economia brasileira, tem promovido profundas perturbações quanto ao desenvolvimento do trabalho no território, principalmente quando direcionamos a análise as suas estruturas e resultados que se materializam no: processo de terceirização, substituição de contratos, expansão da informalidade, sucateamento do ordenamento jurídico do país, expansão do desemprego estrutural, da fome e miséria.

Nas palavras de Pochmann (2020, p. 90):

O mundo do trabalho enquanto percepção do envolvimento distinto dos seres humanos com o conteúdo e relações laborais não se apresenta estável ao longo do tempo. Em geral, tende a sofrer impactos diretos e indiretos das possíveis trajetórias dos sistemas produtivos, bem como do formato pelo qual a regulação se estabelece sobre o funcionamento do mercado de trabalho.

A formação territorial, cultural, política, econômica e social brasileira revela profundas e complexas relações trabalhistas ao logo de sua construção. Para que seja possível a compreensão do processo de precarização do trabalho no território, torna-se importante recorrer aos seus pressupostos históricos, mesmo que de maneira sucinta.

Dentre as grandes obras brasileiras que tratam sobre a temática, destacamos o importante trabalho desenvolvido por Gilberto Paim “Industrialização e Economia Natural” publicado em 1957.

A organização do trabalho no Brasil passa por um conjunto sucessivo de reestruturações que se vinculam a sua organização social, cultural, política, econômica e *legislativa*. Aponta Gilberto Paim (1957), que até o final do século XIX a economia brasileira apresentou com clareza o que define como economia natural – caracterizada pela auto-suficiência das grandes fazendas sustentadas pelo trabalho escravo³⁴. Este tipo de trabalho foi um importante mecanismo utilizado para a promoção da economia colonial.

³⁴ Segundo Giovanni Alves (2007, p.37): “É claro que, antes do modo de produção capitalista, existia no modo de produção escravista, a cisão da relação natural homem-meio de produção. No trabalho escravo, o produtor, além de não ser dono dos meios de produção, *não* era dono de si próprio e de sua força de trabalho. Ou seja, o escravo *não* era sujeito de direitos. O que significava que o trabalho escravo possuía um estatuto sócio-histórico específico.

Nas observações de Sousa (2014, p.6):

A formação da economia brasileira está no bojo da expansão e sedimentação do capitalismo europeu no início do século XVI. Neste episódio da história do capitalismo, a economia brasileira surge, em seu conjunto, na condição de complemento da economia européia. A exploração agrícola de terras brasileiras foi o marco inicial da constituição da economia do país.

Ao analisar a estrutura econômica rural e, principalmente, a organização do trabalho nas fazendas – trabalho escravo – dentro de uma economia pré-capitalista, Paim (1957)³⁵ exclama que “a população negra fervilha na fazenda; além da existência de trabalhadores especializados em vários ramos”³⁶. O modelo escravocrata, desde sua inserção no território brasileiro, fundamentou-se como base para a o enriquecimento dos colonos europeus. A produção esteve vinculada ao seu exercício – altamente exploratório – criando margem para denotarmos que sem a presença da mão de obra escrava seria impossível a realização histórica, econômica e social deste país, assim como a manutenção do poder dos colonos (FURTADO, 2007).

Em contribuição, Sousa (2014, p. 12) afirma que:

O Brasil não só possui uma via de desenvolvimento capitalista própria, particular, como, inclusive, apresenta uma precarização estrutural específica, proveniente da sua formação colonial. A objetivação histórica do capitalismo no país determina a característica da precarização da força de trabalho brasileira. De acordo com o processo histórico, a constituição do mercado de trabalho no Brasil teve início com o surgimento do trabalho escravo, como parte constituinte da fase colonial-escravista do capitalismo neste país.

O período imperial estabeleceu um marco muito importante para a estrutura econômica, social e cultural, além de revelar os modos de evolução da organização do trabalho no território brasileiro (HAMBURGER, 1998). A predominância da estrutura agrária em expansão, principalmente da monocultura cafeeira, com grande representatividade no comércio internacional e acompanhada da decadência da produção açucareira, colocou a produção de café em evidência. Contudo, o estabelecimento de leis como a Eusébio de Queirós (lei n°. 581, de 4 de setembro de 1850) estabelecendo medidas com o objetivo de repressão ao tráfico de escravos no império, influenciou diretamente o processo de

³⁵ Nas observações de Gilberto Paim, a especialização produtiva nas fazendas assumia cada vez mais importância “cada senhor necessitava de um mestre de açúcar, um barqueiro e um contrabandeiro, um purgado, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho” (1957, p. 9). É possível notar um processo de divisão e especialização do trabalhador nas fazendas, principalmente do processo de produção açucareiro.

³⁶ Paim, Gilberto, *op. Cit.*, p. 19

substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, portanto, dando início à constituição das *primeiras levas* do proletariado dentro das novas lógicas do capital.

Surgem em 1830 as primeiras organizações operárias: as associações mutualistas, com o objetivo de ajuda mútua e auxílio aos necessitados. A partir dos anos 1870, começaram a surgir as ligas operárias, com o objetivo de organizar a resistência dos trabalhadores contra o patronato. Na verdade, tanto no caso das associações mutualistas, como das ligas operárias, tratava-se apenas de movimentos embrionários, de reduzidas proporções, mas, que trariam conseqüências para o período seguinte, pós-abolição. (HAMBURGER, 1998, p. 6)

O segundo momento³⁷ da organização do trabalho no território brasileiro surge a partir de 1888 com a abolição da escravatura e o surgimento do “trabalho livre”. Esse período histórico fundamentou-se em profundas contradições, pois o que surgiu no território brasileiro, após a abolição e a Proclamação da República foi uma modalidade de capitalismo subserviente às ordens do capitalismo imperialista que atuava a todo vapor (ALVES, 2007).

Ao analisarmos essa transição, percebemos forte impacto na ordem econômica do país, sobretudo, com maiores reflexos para aqueles que “deixaram de ser escravos” e passavam diretamente para uma cadeia de trabalho precário em meio aos novos arranjos econômicos.

As condições de vida e de trabalho dos primeiros proletários não eram melhores do que as de muitos escravos que com eles produziam nos mesmos locais. Os primeiros operários trabalhavam até 15 horas por dia, não tendo direito ao descanso remunerado semanal, nem direito a férias, não havia aposentadoria e, apesar dos acidentes de trabalho serem freqüentes, não havia nenhum amparo legal para o trabalhador que resultasse incapacitado. (HAMBURGER, 1998, p. 6).

A instalação do trabalho assalariado, que objetivou atender as novas lógicas do capital, fez surgir uma nova conjuntura para o trabalho. Embora fosse um estágio de transição, foi nascendo novos modelos de produção e consumo – principalmente para os “ex-escravos”³⁸. A constituição do ócio foi iminente – haja vista que o mercado de trabalho não teve margem para absorver a gama dos novos trabalhadores. O êxodo rural foi um marco importante à época, constituindo um novo e denso exército de reserva em novas e velhas atividades econômicas ressurgentes nas cidades que estavam em crescimento. As atividades artesanais

³⁷ Segundo Pochmann (2014, p. 91): “a massa de negros africanos trazida pelo tráfico de escravos, cujo conservadorismo imposto pela elite escravocrata na passagem para o trabalho livre resultou do projeto de branqueamento do final do século XIX, capaz de postergar a inclusão dos ex-escravos no mercado nacional de trabalho.”

³⁸ Segundo Souza (2014, p. 12): “a força de trabalho de imigrantes brancos foi que preencheu a necessidade de trabalhadores assalariados da moderna economia brasileira. Enquanto que os trabalhadores negros, outrora escravos e desde então livres, só tinham a “liberdade” de se inserirem em trabalhos precários e de baixa remuneração, além de não terem acesso à, praticamente, nenhum direito trabalhista”

de trabalho e a atividades mercantis fizeram-se presentes nas cidades, estabelecendo um novo caminho para a organização social (HAMBURGER, 1998).

Esse início de redefinições dos mecanismos de organização do trabalho no território brasileiro, principalmente através dessa reestruturação produtiva, criou um ambiente desconhecido para aqueles que não estavam familiarizados com essa nova estrutura “orgânica” pautada em um lastro feroz de um capitalismo imperial. Entre os anos de 1822 ao final da década de 1990, a evolução da legislação brasileira passou por três momentos que impactaram diretamente organização do trabalho (HAMBURGER, 1998). O primeiro período concentra-se entre os anos de 1822 a 1888, o segundo momento estende-se entre os anos de 1888 a 1930 e o terceiro estabelece-se entre os anos de 1930 a 1945. Interessa-nos aqui apresentar sua proposta a partir do segundo e terceiro momento.

Quadro 6 – Marcos históricos da organização do trabalho no Brasil entre 1889 a 1930

República Velha (1889 – 1930)
a) Abolição da escravatura – 1888. b) Proclamação da república – 1889 (surgimento de ideais de proteção e respeito ao trabalhador) c) Abertura para o surgimento do direito do trabalho. d) Substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (Em sua maior parte, realizado por imigrantes europeus). e) Pressões aos empregadores por melhores salários. f) Expansão da produção cafeeira (investimentos estrangeiros em infraestrutura). g) Greve de 1907 – reivindicações visando à redução da carga horária para 8 horas (as pequenas empresas foram as primeiras a conceder esse direito).
Principais Marcos Legais
Constituição Federal liberal-democrática de 1891: • Direito à reunião (liberdade de associação regulada pela lei nº 137, de 10/09/1893). • Liberdade de sindicalização (regulada pelo Decreto nº.979 de 06/01/1903 para os trabalhadores rurais). • Liberdade de sindicalização (regulada pelo Decreto nº.1673 de 05/01/1907 para os trabalhadores urbanos). Promulgação do Código Civil de 1916: • Regulamentação da prestação de serviços. • Remuneração devida ao trabalhador demitido sem justa causa.
Outras disposições
• Decreto nº.3.724 de 30/04/1923: Regulou o acidente no trabalho. • Decreto nº.1.869 de 10/10/1922: Determinou a criação de um Tribunal Rural em cada comarca.

• Decreto nº. 16.037 de 30/03/1923: Criou o Conselho Nacional do Trabalho.
• Decreto nº. 4. 682 de 24/01/1923: Regulamentação sobre a previdência social (instituiu Caixa de aposentadoria dos ferroviários).
• Decreto nº. 4. 982 de 24/10/1925: regulamentação de 15 dias de férias anuais
Decreto nº. 17.934 de 12/10/1927: estabeleceu o código de menores, estabelecendo idade mínima de 12 anos para admissão (14 anos para praça pública e noturno 18 anos)

Fonte: Hamburger (1998).

De acordo com Marcio Pochmann (2020, p. 90):

Nos últimos duzentos anos, o mundo do trabalho no Brasil percorreu três temporalidades completamente distintas, porém complementares e articuladas entre si. A sua breve recuperação histórica permite identificar o sentido geral das mudanças pelas quais a classe trabalhadora foi sendo submetida desde a consolidação do sistema capitalista na condição de país periférico e, por consequência, dependente do centro dinâmico mundial.

A transição do trabalho escravo para o assalariado relevou profundas mudanças nos modos operantes do capitalismo que atingiram toda estrutura econômica, política e social do país. Para Pochmann (2020, p 91) a “regulação de contratos de trabalhos aos estrangeiros” levou à formação de um mercado de trabalho mais complexo e passou a apresentar maiores diferenças regionais. Alguns fatores contribuíram de maneira direta para a morfologia da precarização do trabalho no Brasil, encontrando assim precedentes históricos durante essa transição. Para Sousa (2014, p. 12) alguns desses fatores podem ser:

1) a imposição de dificuldades de acesso dos trabalhadores rurais à posse da terra; 2) a exclusão, tanto desta parcela quanto do contingente da força de trabalho originária da mão-de-obra escrava, do mercado de trabalho que confere direitos sociais trabalhistas assegurados por lei; e 3) a dimensão autocrática da dominação burguesa, etc.

Durante a República Velha, o desenvolvimento do trabalho no Brasil formulou-se de maneira desumana. A sociedade agrária, nesse momento exercia grande influência em todos os campos sociais, podendo esse fato ser verificado nas principais relações de trabalho que foram estabelecidas à época, em que as suas remunerações e condições de execução poderiam ser caracterizadas como análogas à escravidão (POCHMANN, 2020).

Como é possível notar, a reestruturação do capitalismo no território brasileiro, principalmente na transição de um trabalho escravo para o “livre” apresentou profundas marcas que hoje, em muitos momentos, revelam novas vestimentas elegantes, travestidas em importantes momentos legais que tentam mascarar a sua verdadeira natureza.

No sétimo quadro é possível acompanhar alguns dos principais momentos dentro da produção legislativa brasileira frente às relações de trabalho. Contudo, apesar dessa construção ser um prenúncio de melhorias nas relações trabalhistas, não se pode esquecer que não foram tão eficazes quanto aparentes no texto legal. A transição da República Velha para a nova, demarca importante transição político-ideológica pautada em uma reestruturação econômica que atingira todos os âmbitos sociais, principalmente para as relações trabalhistas. Os movimentos ideológico-partidários, aliados a uma estrutura política, social e econômica, fundada em uma sequência de golpes e quebraadeiras misturam-se a um estado “democrático” de direito altamente contraditório.

Quadro 7 – Marcos da organização do trabalho no Brasil entre os anos de 1930 a 1945

República Nova (1930 -1945)
• Ampliaram-se os direitos dos trabalhadores • Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio pelo decreto nº. 19.433 de 26/11/1930 (Funções de elaboração, aplicação e fiscalização das novas leis do trabalho). • Entre os anos de 1931 e 1932 foi estabelecida regulamentação do trabalho feminino e dos menores. • Em 1932 foi estabelecida lei que normatizou o uso de carteira de trabalho de maneira obrigatória. • Em 1932 surge a Justiça do Trabalho, com a criação das Juntas de Conciliação e Julgamento de conflitos, tendo por finalidade diminuir conflitos trabalhistas. • Em 1932: estabeleceu-se a regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas, assim como a limitação do trabalho noturno e descanso semanal para aqueles que trabalhavam no comércio e na indústria. • A partir de 1933 surgiram grandes instituições de seguro social direcionadas, a priori, a trabalhadores, contudo, não incluía os trabalhadores rurais e domésticos. • Em 1935, os sindicatos passaram a ser dependentes do Estado (Política de controle), os dirigentes sindicais eram eleitos como base na anuência e fiscalização do Ministério do Trabalho

Outras disposições:

- Decreto nº.19.482 de 12/12/1930: Estabeleceu “nacionalização do trabalho”, as empresas foram obrigadas a manter em seu quadro de funcionário 2/3 de brasileiros natos. Além da substituição de importações, Getúlio Vargas, implantou medidas para “empregar” a massa trabalhadora brasileira em detrimento de medidas que, de certo modo, retraía o mercado de trabalho nacional para os estrangeiros.
- Decreto nº.19.487 de 17/12/191930: ampliação da legislação referente à aposentadoria e pensão – firmou o estatuto da estabilidade – atingindo positivamente a classe trabalhadora.
- Decreto nº. 19.770 19/03/1931: baixada a legislação sindical que possibilitou a organização sindical (um verdadeiro avanço, embora o governo sempre estivesse um passo à frente com o objetivo de inibir mobilizações que afetassem, de alguma maneira, a produção assim como a sua representatividade, desse modo, tentando achar um meio termo para atender os dois lados: operários e empregadores.
- Decreto nº. 20.131 de 23/11/1932: Estabeleceu a cobrança de multa para aqueles que descumprissem as normas de trabalho

Contornos legislativos muito importantes:

- Promulgada a Constituição social Democrática em 16/07/1934
- Instituição da lei nº. 62 05/01/1935: Primeira grande lei de caráter geral que regulou relações trabalhistas entre trabalhadores do comércio e da indústria. Além disso, estabeleceu algumas disposições muito importantes:
 - I. Rescisão do contrato de trabalho por tempo indeterminado (o empregador tinha que provar que a demissão se justificava, sendo as condições da demissão por justa causa definidas em lei)
 - II. Indenização proporcional à antiguidade (um mês de salário para cada ano de trabalho na firma para o trabalhador demitido sem justa causa, tomando-se por base o salário mais alto durante o contrato de trabalho)
 - III. Estabilidade (transcorridos 10 anos de trabalho na mesma empresa, a lei vedava a demissão)
- Lei n. 185 de 14/jan/1936: é instituído o salário-mínimo pelo Congresso Nacional.
- 10/nov/1937: Com o golpe de Estado, foi outorgada uma nova Carta Constitucional de cunho corporativista (Estado Novo).
- Decreto-lei n.1402 de 05/jul/1939: submeteu os sindicatos à tutela do Estado.

Fonte: Hamburger (1998)

Como podemos observar no quadro acima, durante o governo Getúlio Vargas, foram criadas conjunturas legislativas muito importantes por estabelecerem direitos e deveres direcionados aos trabalhadores e empregadores. É necessário mencionar que durante esse período, por mais que fossem criados regulamentos que legitimassem a respeito do direito ao sindicalismo, este sofreu fortes pressões, ora veladas e, em muitos momentos, direcionadas às claras, inibindo a mobilidade da classe – por muitas vezes “paralisando” direitos recém conquistados – uma postura contraditória do governo frente aos seus “ideais” de construção e legitimação dos direitos dos trabalhadores.

Nas palavras de Costa (2005, p. 112-113):

Embora a Constituição de 1934 assegurasse a autonomia e a pluralidade sindicais, o Estado restringia a atuação dos sindicatos não apenas pelo fato de que cabia a ele o reconhecimento das associações, mas também pela natureza de sua articulação política com as lideranças sindicais. Ainda que não fosse completa sua interferência na organização dos estatutos, na definição dos processos eletivos, no controle administrativo e financeiro, no controle político e ideológico, como o que iria acontecer quando Vargas fecha o Congresso, o Estado cerceava aos poucos o livre movimento dos sindicatos [...].

O Decreto-lei n.5.452 de 01/05/1943, que estabeleceu a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, foi um importante marco na evolução do direito do trabalho. O processo de assalariamento³⁹, principalmente com um novo conjunto de direitos e deveres constados na CLT, passou a ser pensado e desenvolvido de maneira diferente. Não obstante, essa inovação legislativa não foi totalizante, a priori, não alcançou todos os trabalhadores.

Nas primeiras décadas da CLT, ficaram de fora da regulação estatal os trabalhadores rurais e empregados domésticos, imprimindo ao mercado de trabalho brasileiro características como alta informalidade, expressiva participação do trabalho por conta própria, elevada rotatividade e baixa cobertura previdenciária (PELATIERI; MARCOLINO; HORIE; COSTA; CAMARGOS, 2017, p. 33).

Essas novas relações de trabalho, assim como o fortalecimento das atividades econômicas nacionais, com destaque para a indústria, influenciaram diretamente o desenvolvimento do tecido urbano nacional, principalmente nas zonas quentes dessas atividades, a exemplo dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em meio a essa expansão, temos o surgimento de áreas periféricas as quais tomaram proporções inimagináveis. Dentre os fatores que contribuíram para essa constituição temos o largo processo de migrações dentro do território nacional, assim como internacional. Embora houvesse melhorias nas relações trabalhistas, a caracterização da relação de trabalho continuará precária, estendendo-se até os dias atuais.

[...] um padrão de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda, riqueza e oportunidades, ensejou a constituição de um mercado de trabalho caracterizado pela existência de excedente estrutural de força de trabalho e de milhares de ocupações mal remuneradas e com baixa

³⁹ Segundo Pochmann (2020, p. 92): “Pela via da urbanização e industrialização, o emprego nas cidades foi o que mais cresceu, respondendo por quase 70% do total das ocupações abertas entre os anos de 1940 e 1980. O ritmo de expansão de todos os postos de trabalho equivaleu ao crescimento da própria PEA, o que permitiu tornar o funcionamento do mercado de trabalho próximo do pleno emprego da mão-de-obra, com baixo desemprego aberto”

qualificação formal e profissional. (PELATIERI; MARCOLINO; HORIE; COSTA; CAMARGOS, 2017, p. 34)

O terceiro momento da organização do trabalho no Brasil, conforme Pochmann⁴⁰ inicia-se a partir da transição de um governo com propósitos e medidas nacionalistas – governo Vargas – com destaque para a política de substituição de importação, transacionando para um governo alicerçado em receitas liberais.

A posse de Fernando Collor de Melo à presidência da República trouxe mudanças significativas às condições econômicas do Brasil. Neste momento temos o aprofundamento na política brasileira do receituário neoliberal altamente oposto à política econômica e governamental desenvolvida por Getúlio Vargas. Collor dá início ao processo de abertura comercial e privatizações, com objetivo de recuperar a economia nacional pós-crise de 1980, contudo, o que se pode notar é a tentativa de minimização do poder estatal frente à economia nacional, política esta que foi mais desenvolvida durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para Sousa (2014, p. 12):

A nova forma de organização de trabalho, a flexível, que se potencializa e se adéqua à lógica da acumulação capitalista, cujos pilares são as políticas neoliberais – liberalização comercial, desregulamentação do mercado financeiro e privatização – e a reestruturação produtiva – flexibilização da produção e das relações produtivas – assegura a consecução do desenvolvimento do capitalismo conforme suas reivindicações. Essa nova forma de exploração do trabalhador é executada sob as rédeas firmes do capitalista, em especial, na aparência da terceirização.

A crise de 1980 alterou de maneira exponencial a organização econômica brasileira, assim como a estrutura social trabalhista, trazendo forte impacto para o que vinha sendo construído durante do governo Vargas (POCHMANN, 2020). A transição em 1980 a 1990 trouxe uma carga histórica muito importante, principalmente pela inserção do que conhecemos como receituário neoliberal. Tem-se a inserção da globalização de maneira impactante, metamorfoseando as estruturas sociais, bem como o início de um processo que se expande no Brasil: a desindustrialização seguida de uma forte expansão do desemprego estrutural assim como da informalidade.

Os anos da década de 1980 são caracterizados como uma década perdida, devido à severa crise econômica que abalou a economia brasileira. Eventos como a redução brusca do

⁴⁰ Marcio Pochmann “Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil”, publicado em 2020.

Produto Interno Bruto – PIB, inflação nas alturas, a todo o momento, ultrapassando os limites do teto econômico, bem como a volatilidade no mercado, fizeram com que o país perdesse credibilidade no cenário internacional.

Não menos agressivo, mas sob a intensificação das políticas neoliberais no território, o Brasil, nos anos que se seguem, principalmente a partir da década de 1990, conhece um novo patamar quanto a sua organização política e econômica. O neoliberalismo, segundo Santos e Silveira (2011)⁴¹, proporciona maiores seletividades na distribuição de bens e serviços; aumenta-se a competitividade assim como se eleva a tendência à concentração econômica.

A política de abertura econômica acompanhada do programa de estabilização introduziu, mesmo que rapidamente, um processo de racionalização produtiva sob alicerce de uma conjuntura de transformações no cenário produtivo e econômico do país, como: “modernização tecnológica, transferências patrimoniais assim como uma crescente internacionalização e especialização da base produtiva”⁴².

Os elementos destacados influenciaram de maneira direta ou indiretamente os altos índices de desemprego e a expansão da informalidade no território brasileiro durante este período.

Segundo Alves (2007, p. 259):

Nos últimos trinta anos, e principalmente, no decorrer da “década neoliberal”, a década de 1990, “a década que não acabou”, a *precariedade estrutural* de amplos contingentes da PEA (População Economicamente Ativa), que envolve trabalhadores assalariados empregados e desempregados, assumiu novos contornos, muitos deles não visíveis através das estatísticas sociais.

O processo de globalização, intensificado durante os anos de 1990, trouxe um conjunto de transformações no quadro produtivo e competitivo no Brasil. Introduziu uma intensa quebra de muitas empresas de ordem nacional – isso por não conseguirem competir com as “novas multinacionais” que adentraram no território operando preços abaixo do mercado.

Fatores como esses contribuíram para o alargamento do desemprego no território, haja vista que boa parte dessas novas empresas instaladas no território brasileiro, além de apresentarem um alto grau de tecnologia na produção, enxugando o número de trabalhadores com vínculos diretos, pratica uma forte parceria como terceirizadas de ordem internacional e

⁴¹ Santos; Milton e Silveira; Maria Laura: “O Brasil: território e sociedade no século XXI” de 2011.

⁴² Dedecca, Claudio Salvadori, *op. Cit.*, p. 98-99.

também nacional, assim como necessitaram de mão de obra qualificada, algo ainda muito restrito à época.

Para Antunes e Druck (2013), nos últimos decênios, o modo de produção capitalista tem intensificado os seus mecanismos de preservação e expansão de suas atividades. Diante disso, a terceirização, precarização, informalidade, materialidade, assim como a imaterialidade têm se alargado, alcançando proporções imensuráveis dentro da vida social. Esses mecanismos se alastraram no Brasil durante os anos de 1990 e avançam nos dias atuais. A busca de redução de políticas públicas e os rearranjos na legislação trabalhista são importantes exemplos de um processo perene, pautado na flexibilização do trabalho, assim como no fortalecimento das privatizações.

Conforme destaca Costa (2003), milhares de empregos foram perdidos, configurando um resultado direto do emaranhado estratégico neoliberal que, a todo o momento, buscou e anda buscando a estabilização econômica no Brasil. Isso seria uma utopia? O setor terciário, durante os anos de 1990, alargou-se, apresentando inúmeras formas de contratação, subjugando o trabalho e resultando em uma forte expansão do setor informal.

A partir desse momento, discutiremos sobre dois pontos muito importantes para a compreensão da realidade do desenvolvimento do trabalho no território brasileiro, são eles: terceirização e a informalidade. Entender a materialidade desses eventos cria uma trilha explicativa que almeja a compreensão do real momento em que vivemos.

Todo esse interesse analítico fundamenta-se no desejo de denúncia da realidade que nos cerca, que nos aprisiona, que nos deixa sem saídas. A exploração é uma realidade que se emaranha na projeção de nascimento e desenvolvimento do ser humano. Não deveria ser assim, mas o fato é que já nascemos operários!

2.3.1 A terceirização e a informalidade no Brasil: as novas vestes da miséria

Nas últimas três décadas, a precarização social do trabalho tem adquirido novas formas de usos e abusos do labor humano utilizando como meio o processo de terceirização com reflexos na informalidade. Seja no cenário mundial ou nacional, é impactante o modo como esse processo de terceirizações se mistura à informalidade ao potencializar a expansão dos subempregos que, por natureza, são idealizados a partir do alto grau de exploração.

O intenso desmonte dos direitos trabalhistas se fundamenta na (in)segurança previdenciária, na elasticidade das horas de trabalho, nos acordos trabalhistas, na

instabilidade, férias, descanso remunerado ou qualquer outro instrumento normativo que garanta o mínimo de dignidade humana.

Salienta Antunes e Druck (2013, p. 17):

[...] a terceirização assume centralidade na estratégia patronal, já que suas diversas modalidades (tais como cooperativas, *pejotização*, organizações não governamentais, além das redes de subcontratação) concretizam “contratos”, ou formas de compra e venda da força de trabalho, em que as relações sociais entre capital e trabalho são disfarçadas ou travestidas de relações interempresas/instituições, além de estabelecer contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes e as quase sempre imprevisíveis oscilações de mercado que desestruturam o trabalho, seu tempo e até mesmo sua sobrevivência.

A onda do terror nunca foi tão contrastante como a “evolução social contemporânea”. Pensando bem, que evolução? Ou mesmo, quem ou o que evoluiu? O afrouxamento legislativo, o imperativo das receitas neoliberais enraizadas no território brasileiro e o surgimento de novas formas de contrato tomam como modelo a operação *Just In Time*. Deste modo, mostra a corrosividade que o mundo do trabalho tem enfrentado nesses últimos anos.

O processo de terceirização⁴³ apresenta-se como um fenômeno generalizante, que atinge tanto países industrializados como países subdesenvolvidos (SANTOS [1980] 2010). Não é raro pensar que o surgimento de trabalhos cada vez mais análogos à escravidão tem tomado largas proporções travestidas de legalidades, isso com base nas condições de execução, assim como pela destituição da dignidade humana. Sem sombra de dúvida, o novo *Delivery*, pautado em um capitalismo de plataformas digitais, expressa muito bem isso.

Quando pensamos no caso brasileiro – especificamente no seu ordenamento jurídico, com destaque para o seu caráter protecionista, frente à exploração laboral pelo modo de produção capitalista – vemos que cresce um conjunto de falhas e desvios da proteção dos direitos trabalhistas. Giovanne Alves (2017) apresenta alguns apontamentos acerca do aprofundamento da precarização social do trabalho no Brasil, a partir da aprovação do projeto de lei (PL) 4.302/1998 que institui a terceirização para as atividades empresariais no território nacional afirmando que – “Fechou-se da precarização as relações de trabalho no Brasil”⁴⁴ – realidade construída através dos imperativos do capital.

⁴³ Segundo Antunes e Druck (2013, p.18): “No que se refere ao coletivo de trabalhadores, a terceirização fragmenta, divide, aparta, desmembra as identidades coletivas, individualiza e cria concorrências entre os que trabalham muitas vezes no mesmo local, nas mesmas funções, mas estão separados de fato e simbolicamente pelo crachá diferente e pelos diferentes uniformes, que identificam os de primeira e segunda categoria”

⁴⁴ Alves, Giovanne, *op. Cit.*, p. 337

Em 31 de março de 2017, durante o governo Michel Temer, foi sancionada a Lei nº 13.429 destinada a normatizar o desenvolvimento de trabalhos temporários, assim como a prestação de serviços terceirizados por empresas especializadas. Mais uma vez vemos, dentro das relações materiais, a tentativa do governo, junto aos interesses dos empregadores, em estreitar ao máximo o rol de direito destinado à classe trabalhadora.

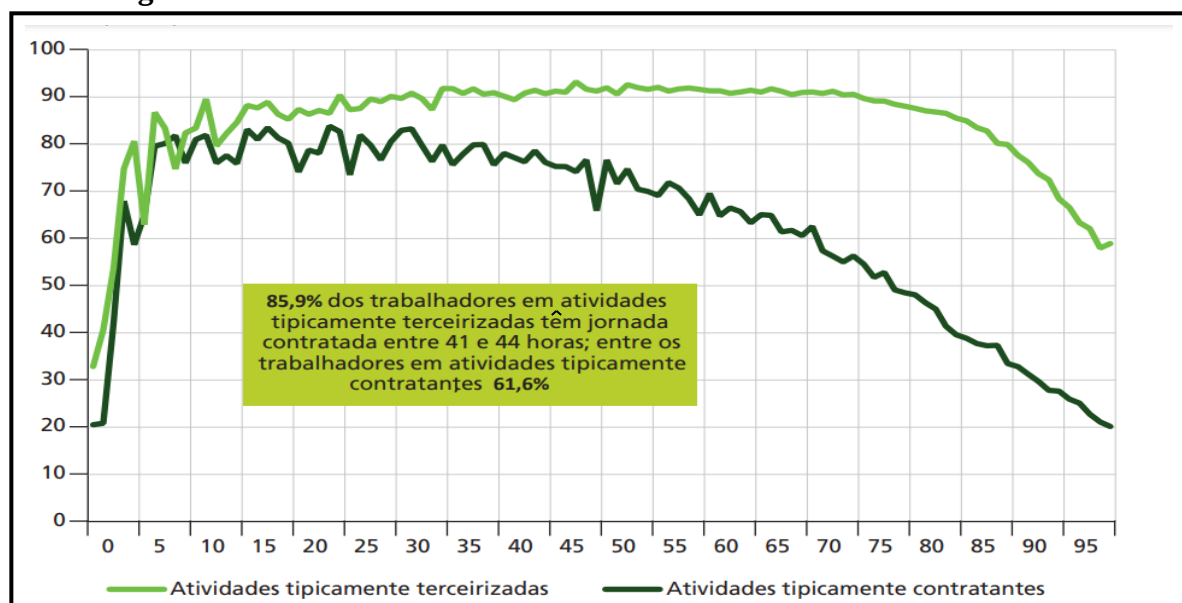
O que vemos, em verdade, é uma desarticulação sistemática dos sindicatos, uma verdadeira fragmentação de forças – tendo, como uma de suas principais marcas, a contratação por tempo indeterminado – trazendo uma verdadeira fragilidade e subordinação da classe trabalhadora aos mandos e desmandos abusivos dentro da constituição do trabalho – um verdadeiro aprisionamento com alicerces legais – uma contradição ainda pouco discutida dentro das análises geográficas.

A realidade do trabalho no Brasil tem sido alvo de profundas preocupações. Sem sombra de dúvidas, do ponto de vista do empregador, o trabalho terceirizado constrói uma conjuntura de benefícios, diga-se de passagem, “imensuráveis”. Algo muito notável é a inserção desse modelo dentro do setor público, tornando-se uma prática comum (principalmente nos últimos anos através de métodos de seleções simplificadas, constando, na maioria dos editais, que a desvinculação do trabalhador pode ocorrer a qualquer momento ao interesse da administração).

Nas palavras de Conceição & Lima (2009)⁴⁵ o processo de terceirização estabeleceu estreita relação com a abertura comercial, como também com todas as evoluções do meio técnico-científico-informacional que engendrou profundas modificações na organização do trabalho.

Para a economia de mercado, a terceirização apresenta-se como a “galinha dos ovos dourados”, isso por estabelecer, dentre os benefícios, reduções salariais, uma maior elasticidade quanto à jornada de trabalho com custos reduzidos ao máximo, assim como uma desarticulação sindical – retirando boa parte de sua força de representatividade em face do desmembramento operacional, reflexos de uma divisão social do trabalho.

⁴⁵ Conceição & Lima (2009. p.29): “A terceirização, que foi adotada e difundida em praticamente todos os setores da atividade econômica (indústria, agricultura, comércio, serviços, sistema financeiro, administração pública, entre outros), guardou estreita relação com a abertura de mercados, a globalização, os sistemas de comunicação e os meios de transporte”

Figura 1 – Elasticidade do desenvolvimento do trabalho no Brasil em 2014.

Fonte: Rais/MTB (2017)

Como é possível notar, o processo exploratório desenvolvido nas práticas de terceirizações tem se tornado crônico e desmedido. Esclarece-nos Antunes e Druck (2013) que dentro da visão de boa parte dos sindicatos, o processo de terceirização não gera emprego, mas, na verdade, subordina o trabalhador a condições de trabalho degradante, subempregados, time de segunda divisão pagando para jogar – em analogia, assim como não significa uma desconcentração ou realocação do trabalho especializado.

O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado por forte heterogeneidade, a despeito da existência de uma regulação estatal que estabelece uma base única e importante de proteção ao trabalhador. Entretanto, desde que o Estado passou a regulá-lo, no início dos anos 1930, sempre houve ampla margem para que as condições de contratação da mão de obra se adaptassem às conveniências empresariais e se mantivessem à margem da regulação de certos segmentos da classe trabalhadora. (PELATIERI; MARCOLINO; HORIE; COSTA; CAMARGOS, 2017, p. 33).

As reestruturações do MPC têm levado muitos países emergentes a aderirem os novos mecanismos de atuação, principalmente através de alterações legislativas em vista de melhores flexibilizações, visando ao aperfeiçoamento das relações econômicas, principalmente no âmbito do trabalho. O Brasil não foge à regra; sua desconstrução legislativa mostra bem o cenário de desmonte do Estado. Vejamos no quadro abaixo a materialização dessa realidade.

Quadro – 8 O Sucateamento do Trabalho no Brasil

Legislação	Disposições
Súmula 256 do TST	Contratação de trabalhadores por empresas interpostas.
Artigo 443 da CLT –	Contratação de mão de obra por tempo determinado.
Artigo 455 da CLT –	Contrato de subemprego.
Lei 6.019 de 03/01/1974 –	Legitima o trabalho temporário em empresas urbanas.
Código Civil, artigos 610 a 626	Legitima contrato de subemprego.
Lei nº 8.863 de 1995 (alterou a lei 7.102, de 20/06/1983)	A terceirização de vigilância foi ampliada para toda a área de vigilância patrimonial, pública ou privada, inclusive para pessoa física.
Lei 9.472 de 1997	Organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº8, de 1995 (especialmente o artigo 94).
Enunciado 256 do TST, de 1986	Consolida a jurisprudência sobre mão de obra temporária.
Lei 9.601, de 1998	Sobre o contrato de trabalho por prazo determinado.
Alguns instrumentos normativos que legitimaram a terceirização do serviço público no Brasil	
Decreto-Lei 200, de 25/02/1967 (especialmente o art.10)	Sobre a organização da Administração Federal; estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa.
Lei 5.645, de 1970	Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do serviço civil da União e das autarquias federais.
Lei 8.666 de 21/06/1993	Regulamenta o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Fonte: Conceição & Lima (2009)

Antunes e Druck (2013, p.24), apontam bem esse tipo de pregação quase religiosa das políticas neoliberais:

Seus falácias – a “terceirização cria emprego”, os “terceirizados percebem salários” e são “providos de direitos”, a “terceirização é positiva”, pois permite a “especialização e qualificação das empresas” – escondem o fundamental: a terceirização tem como objetivos centrais a redução dos salários, a retração crescente dos direitos do trabalho e – o que é também de enorme relevância – o aumento da fragmentação, procurando desorganizar ainda mais a classe trabalhadora tanto na esfera sindical como nas distintas formas de solidariedade coletiva que florescem no espaço produtivo”

Desde os anos de 1990 até a atualidade, tem-se visto um forte processo de desmonte do Estado com impacto direto nas atividades laborais. As reformulações jurídicas têm posto “em cheque” as conquistas trabalhistas – configurando um verdadeiro retrocesso. O forte discurso amplamente divulgado pelos meios informacionais tende a apresentar a terceirização como algo muito positivo para a economia nacional, assim como para o próprio trabalhador – ou seja, constitui um caminho ideológico de convencimento de que “viver em condições

análogas à escravidão, ou em condições em que a dignidade humana é relativa aos olhos de quem a ver” é algo positivo⁴⁶.

⁴⁶ Nas observações de Pelatieri; Marcolino; Horie; Costa; Camargo (2017, p. 33) “As condições de trabalho dos terceirizados são marcadas por menores salários, menor tempo de emprego, maiores jornadas, maior rotatividade e maiores índices de acidentalidade e de adoecimentos ocasionados pela ocupação. Além das desvantagens nas condições de trabalho e salários, os trabalhadores terceirizados ficam frequentemente desprotegidos no encerramento dos contratos, principalmente nos setores de vigilância e asseio e conservação, nos quais a falta de pagamento é constante”

TERCEIRA SEÇÃO

O PARADIGMA DO CONSUMO E A REALIDADE DO
TRABALHO NO ESPAÇO URBANO

As relações que se estabelecem entre os sistemas de objetos e sistemas de ações, segundo Santos (2007), como nunca antes, têm se aprofundado e tornado-se, cada vez mais complexas, metamorfoseando-se através do imperativo das novas e insaciáveis necessidades de consumo que, conseqüentemente, tomam como alicerce o meio *técnico-científico-informacional*⁴⁷. Os usos do território, principalmente, quando analisados em um recorte espacial que, neste trabalho, manifesta-se através da formação dos subcentros urbanos, tendem a revelar profundas e complexas relações socioeconômicas. Destacamos aqui a importância exercida pelo comércio e prestação de serviços, atividades indispensáveis para a economia brasileira.

Antes que se possa prosseguir à discussão proposta, é importante trazer-se à memória uma reflexão basilar apresentada por Santos ([2002], 2014, p. 64), ao nos convidar para que:

Voltemos, porém, à classificação mais intuitiva entre objetos e coisas, para lembrar que, hoje, e cada vez mais, os objetos tomam o lugar das coisas. No princípio, tudo era coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objetos, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam também a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor.

A partir do entendimento de Marx (1996, p. 186):

É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante, a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa.

A racionalização espacial inclina-se a demonstrar, dentro de um movimento constante, histórico e dialético, reincidentes transformações nas formas e funções, nos usos e normatizações dos territórios, nos planejamentos dos espaços urbanos, que, por sua vez, apresentam emaranhados de relações, fluxos e usos complexos por serem complexamente

⁴⁷ Segundo Milton Santos (2001, p. 102) “O uso do território é marcado, de um lado, por uma maior fluidez, com menos fricções e rugosidades, de outro, pela flexidez, dada por objetos maciços e grandes e também pelos micro-objetos da eletrônica da informática, cujas localizações devem ser adequadas e precisas. A expansão desse meio técnico-científico-informacional é seletiva, com o reforço de algumas regiões e o enfraquecimento relativo de outras.”.

concebidos e singularizados mesmo em meio a uma ordem econômica global, seletiva e articulada.

As formas de organizações pelas quais os espaços urbanos se moldam remontam muito bem o impacto das sucessivas modernizações⁴⁸, que se fundamentam nos interesses e articulações que se estabelecem entre as esferas: políticas, econômicas, sociais, culturais, assim como através das articulações que se manifestam entre o público e o privado (SANTOS, [2002] 2014).

A constituição do espaço de convivência e de realizações traz à tona uma forte conjuntura de contradições, principalmente quando as analisamos em países “em desenvolvimento”, a exemplo do Brasil. Antes de tudo, é válido salientar que entendemos o espaço urbano como um “organismo” em um processo perene e metabólico de transformações. Diante disso, não é algo estático, pronto, acabado.

A (re)produção humana e a sua capacidade de se adaptar assim como adaptar coisas as suas necessidades faz com que tudo se transforme e ressignifique a todo momento, principalmente quando pensamos a humanidade no estágio atual em que: ideologias, culturas, modos de produção e modos de vida influenciam diretamente esse processo.

É válido destacar que, desde seu surgimento enquanto ser, manifestadamente materializado e intelectualmente concebido, racional, fazendo às vezes de um ser social, “maleável”, o ser humano tendeu a desenvolver atividades e comportamentos que impulsionaram a transformação da natureza, estabelecendo funções as suas partes e, a posteriori, criando os primeiros vestígios de um valor de uso assim como valor de troca. Esse tipo de percepção primária abre uma janela ampla para o desenvolvimento de uma conjuntura analítica que direcione o “Norte” para a compreensão do que representa o comércio, serviços e, principalmente, o consumo, em meio ao estágio atual da globalização, em sua natureza mais perversa.

Adentrando pelo desenvolvimento e intensificação do meio técnico-científico-informacional⁴⁹, o consumo tem adquirido novos significados, tornando-se alicerce central para o capitalismo em seu estado hegemônico. Lembra-nos Silva (2014), que é através do

⁴⁸ Segundo Santos ([2002], 2014, p. 42): “Num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas”.

⁴⁹ Segundo Santos ([2002], 2014, p. 238): “[...] os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais do meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional*”.

consumo que o processo de acumulação do modo de produção capitalista se efetua, realizando-se principalmente por intermédio das trocas de mercadorias por *dinheiro*.

A disseminação de aparatos ideológicos pautados em discursos, como, por exemplo: “*Por um mundo unificado e sem barreiras*”, ou: “*Esse é o caminho para o desenvolvimento*”, forjam o rigor discursivo do receituário neoliberal, fazendo parte do repertório basilar do fundamentalismo capitalista, esse que conhecemos, em seu estágio atual, fundamentado, cada vez mais, em um capitalismo informacional.

Em uma breve reflexão histórica, podemos acompanhar alguns dos grandes marcos da evolução do capitalismo, ou seja, grandes momentos de passagem, transacionais, pelos quais esse modo de produção tem “navegado” ao longo dos últimos seis séculos. Desde os primeiros passos do processo de mundialização do capital, tem-se visto uma grande importância do comércio como base sólida para sua fundamentação e dinâmica.

Em sua primeira fase, o capitalismo encontrou-se ligado ao Estado nacional absolutista, que se diga de passagem, esteve arraigado no fundamentalismo protecionista. A busca pelo fortalecimento do Estado e, principalmente, pelo incessante acúmulo de metais lhe concedeu importantes características inesquecíveis, traçadas como verdadeiras “cicatrices” na história da humanidade.

Ao analisarmos um pouco dos traços históricos desse período, depara-se com relações de comércio e de consumo que se desenvolviam em vários âmbitos sociais, contudo, o mais chocante estabeleceu-se na visão e materialização do homem enquanto mercadoria, produto comercializável; vemos isso no forte comércio de escravos que se tornou um dos grandes meios lucrativos dessa primeira fase capitalista. O funcionamento desse modo de produção sempre esteve ligado à mudança de posturas, posicionamentos, modos de fazer, ou seja, meios para se manter ativo e predominando, quiçá “absoluto”.

A mudança de postura mostra bem as transições consecutivas pelas quais os países, de maneira direta ou indiretamente, têm passado. A transição do capitalismo comercial mercantilista para o capitalismo industrial, o qual apresenta novos ritmos, principalmente com o abandono das práticas tradicionais como o comércio de escravos, mostrou muito bem o quanto flexível e metamórfico é. Temos aí uma nova fase áurea fundamentada no Liberalismo Econômico com seus grandes representantes: Adam Smith e David Ricardo.

É impressionante vermos como os aparatos ideológicos impactam diretamente o funcionamento desse modo de produção. Esse tipo de “alteração comportamental” muda a sua percepção, principalmente no quesito produção, alterando organização do comércio/local assim como do comércio/mundo.

A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado refletiu muito bem o ideário disseminado na seguinte afirmativa: “o trabalho assalariado é bem mais produtivo que o escravo” (VITA, 2002), dessa forma, criando terreno fértil para a instalação de um novo momento do capitalismo, agora imperialista, ancorando-se em uma nova visão a respeito do consumo.

Tem-se o surgimento de um novo momento de mundialização do capital, assim como o estabelecimento de um novo tipo de divisão internacional do trabalho⁵⁰. Surgem novas conquistas, assim como se intensifica a exploração e domínio direto entre países desenvolvidos e suas colônias. O comércio ganha novas conotações, principalmente ao acompanharmos a eclosão de grandes corporações industriais, grandes oligopólios que se imbricaram por todos os âmbitos da economia, criando novas formas de operacionalização de capitais e trabalho, a exemplo do surgimento das primeiras instituições financeiras – grandes bancos – que tinham como características, quase que “naturais”, transformar mais uma vez os *modos operantes* desse modo de produção, metamorfoseando a percepção da importância e funcionalidade das relações comerciais e prestações de serviços em escala planetária.

Essa pequena reflexão torna-se indispensável para que seja possível a compreensão da realidade do consumo na contemporaneidade, principalmente, por estar diretamente relacionada ao capitalismo informacional, esse que se diferencia dos seus antecessores, pois já não se utiliza de meios de dominação em suas relações entre países utilizando como suporte estratégico a força e ordem em sentido lato.

Neste momento, temos conjunturas de dominação que se fundamentam através da globalização, ou seja, por meio desse período caracterizado pelos estreitamentos de relações entre países, regiões, cidades e lugares. Temos a fase hegemônica da dominação pela qual a informação, tecnologia, novos conhecimentos, disseminações de ideologias, estratégias de mercado, tornam-se as verdadeiras “armas” utilizadas; essa é a realidade que nos cerca, um *ciberespaço* que domina o mundo, que domina as nossas relações por completo.

Lembra-nos Santos ([2002], 2014, p. 239) que:

Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental

⁵⁰ Segundo Santos ([2002], 2014, p. 129): “A categoria divisão do trabalho pode ser mais largamente explorada nos estudos geográficos. Trata-se de combiná-la, mais sistematicamente, às noções de totalidade e de tempo, associando a ideia de distribuição de recursos à própria noção de evento. A divisão do trabalho constituiu um motor da vida social e da diferenciação espacial”.

do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação. Pode-se falar, como S. Gertel (1993), de inevitabilidade do “nexo informacional”.

Constituída por complexas conjunturas relacionais, a globalização manifesta-se por meio de profundas contradições (SANTOS, 2002). Durante seu desenvolvimento, o imperativo do poder econômico é um determinante que separa, de maneira clara, aqueles que podem consumir produtos de alto grau tecnológico, com alto valor agregado, assim como revela aqueles que vivem à margem desse “mundo globalizado”, contudo, sendo base insubstituível para o seu sustento.

Em analogia, podemos dizer que existem *dois mundos justapostos em um só*⁵¹; realidades paralelas e indissociáveis, pelas quais a segunda, constituída pela massa trabalhadora, serve como alicerce para a existência e manutenção desse mundo tão avançado para poucos e tão inacessível e desigual para muitos. Nas palavras de Leonard (2011, p. 169), podemos observar que:

O surgimento da sociedade de consumo não foi inevitável nem acidental. Pelo contrário, resultou da convergência de quatro forças; um conjunto de ideias que afirmam que a Terra existe para o nosso usufruto; a ascensão do capitalismo moderno; a aptidão tecnológica; e o extraordinário acúmulo de riquezas da América do Norte, onde o modelo de consumo massificado lançou raízes pela primeira vez. Mais diretamente, nosso comportamento consumista é resultado da propaganda sedutora, aprisionamento pelo crédito fácil, ignorância sobre as substâncias perigosas de muito do que consumimos, desintegração da comunidade, indiferença pelo futuro, corrupção política e atrofia dos meios alternativos de subsistência.

Diante do que temos acompanhado, podemos inferir que é incontestável a coexistência de um desenvolvimento desigual e combinado (TROTSKI, 2007), tendendo a revelar as profundas distorções existentes no mundo do consumo, tornando cada vez mais “desnuda” a crescente exploração do trabalho. Desta forma, acentuando a seguinte máxima: *o quanto você tem compra a sua “fixa de acesso” aos melhores ou piores bens*. O mais grave de tudo isso, é manifesto nos vários modos sofisticados de subordinação e exploração do homem pelo homem, agora em matrizes rebuscadas, com auxílio de aparatos ideológicos e tecnológicos que se amparam numa fictícia e fatídica ideologia de igualdade entre os povos, fim das desigualdades, fim da exploração humana, talvez a mais irônica e desproporcional de toda seja encontrada no ideário do exercício da dignidade da pessoa humana, princípio tão defendido por instrumentos legais internacionais como: Carta das Nações Unidas, Pacto São José da Costa Rica e entre outros nos quais o Brasil estabeleceu aderência.

⁵¹ Interpretação nossa.

Essa é a era da realidade das ilusões, que por serem facilmente disseminadas, são ligeiramente consumidas, materializando-se nos fixos e fluxos (SANTOS, 2008), nas horizontalidades e nas verticalidades, com destaque para as abstrações, principalmente na formação do ser, “um utópico ser global”, reconhecendo-se agora por “partícipe” desse novo momento, desse novo e imperativo mundo – o consumir como determinante dos movimentos. Nunca antes o campo das abstrações se tornou tão materializado quanto na contemporaneidade.

(...) o consumo muda de figura ao longo do tempo. Falava-se, antes, de autonomia da produção, para significar que uma empresa, ao assegurar uma produção, buscava também manipular a opinião pela via da publicidade. Nesse caso, o fato gerador do consumo seria a produção. Mas, atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede à produção dos bens e dos serviços. Então, na cadeia casual, a chamada autonomia da produção cede lugar ao despotismo do consumo. Daí, o império da informação e da publicidade. (SANTOS, 2002, p. 24)

As mídias sociais, em um mundo regido pelo império da informação, exercem papel determinante na formação de modelos de consumidores. O ciberespaço, como nunca antes, tem se tornado o “palco” onde o “*show*” do *fetichismo* acontece, agora de modo avassalador, porque não só uma cidade, uma região ou um país conhece ou tem acesso às informações, ao vislumbres do mundo moderno, mas todo o planeta, ou pelo menos boa parte dele toma conhecimento e se seduz sucessivamente pelos encantos do novo em constante renovação e sustentado na utopia da satisfação imediata, que na verdade, ligeiramente torna-se insatisfação, a primeira jamais será realmente atendida enquanto que a segunda sempre servirá de instrumento indispensável para o “aprisionamento” dessa sociedade mundial altamente tecnológica.

Diante disso, pensamos que é importante que nos direcionemos para algumas indispensáveis reflexões interpostas por Karl Marx (1996). Dentre uma grande conjuntura de análises desenvolvidas por este, põe-se ao debate, mesmo que breve, a discussão a respeito do *fetichismo da mercadoria*, reflexão muito atual diante do momento em que vivemos.

Ao partir de pilares religiosos para a compreensão do papel da mercadoria em meio à sociedade moderna, Marx busca compreender seu impacto em meio à construção do motor do consumo, tendo em vista a sua verdadeira materialidade na construção de um campo de significações que perpassa por impressões primárias e adentram num campo mais profundo da psique humana.

Segundo Marx (1996, p. 154):

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.

A possibilidade de qualificar as coisas é algo inerente à natureza humana, principalmente quando estamos diante do rigor do modo de produção capitalista, com a qual tudo ganha valores e significados diferentes. Por exemplo, uma motocicleta pode ser um meio de extrema necessidade para o desenvolvimento do trabalho de alguém, assim como pode ser um artigo de luxo para outro, deste modo, assumindo funcionalidades e valores diferentes a partir do que é produzido e para quem se produz, permeando entre o fetichismo do ter e a necessidade do consumir ao assumir papéis preponderantes.

Nas observações de Marx (1996), ao nos depararmos, a primeiro momento, com a mercadoria, ela parece ser algo sem mistérios, apresentando-se como algo evidente; no entanto, o autor esclarece que ao prestarmos um pouco mais de atenção, poderemos chegar à conclusão que ela é “uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas”⁵².

O valor da mercadoria não provém do valor de uso assim como do valor de troca. Em contrapartida, esse valor “misterioso” manifesta-se diretamente da própria forma da mercadoria (MARX, 1996). Pelas interpretações de Silva (2011, p. 29), a partir da obra de Marx (2003), entende-se que “O *fetichismo da mercadoria* consiste no ocultamento da relação social que passa a ser mediada pelas mercadorias e não mais diretamente entre os produtores. É dessa forma que o vínculo social entre os produtores é estabelecido, via produtos do trabalho humano”.

Um olhar para o consumo brasileiro

Nas observações de Santos e Silveira (2001), desde os últimos decênios do século passado, o território brasileiro vem experimentando uma larga expansão do consumo, seja em sua estrutura material ou imaterial, tendo como um dos seus principais responsáveis o processo de “cooperação de crédito”. A disseminação e aperfeiçoamento do capital financeiro têm criado novas relações socioespaciais em toda base econômica dos países; no território

⁵² Marx, K. *op. Cit.*, p. 197.

brasileiro, esse fato não é diferente. A proliferação do crédito, seja bancário, ou direcionado por variados ramos empresariais, a exemplo do varejista, tem alterado, de maneira significativa, a vida social, e estabelecido novas formas de consumo, principalmente quando direcionamos nossos olhares para o espaço urbano.

A passagem do século XX para o século XXI trouxe profundas mudanças na organização da economia brasileira. A última década do século XX, por exemplo, revelou o aprofundamento de políticas neoliberais nesse território, promovendo uma maior abertura econômica ao capital estrangeiro. Nas observações de Singer (2000), o sistema bancário surgiu com o objetivo prévio de atender as necessidades apresentadas pelos governos, assim como pelos grandes grupos de redes empresariais. No entanto, na atualidade, temos acompanhado o seu processo de expansão atrelado ao maior acesso pelas camadas mais pobres da sociedade.

Segundo Santos e Silveira (2001, p. 223):

Em 1999, havia 24 milhões de cartões de crédito no Brasil, detidos por pessoas que recebem mais de cinco salários-mínimos. Amplas camadas da população abaixo desse umbral e não tendo acesso a cheques constituem um alvo novo para um grupo de bancos, financeiras e supermercados que decidiram financeirizar essas faixas da população. Criou-se cartão de crédito popular, que funcionava como crédito pré-aprovado, proporcional à renda e que pode ser usado numa rede comercial credenciada. Em 1997 havia 15 redes de supermercados que, em parceria com a Fininvest, emitiram 140 mil cartões. Além de conseguir clientes cativos, essas empresas lucravam com juros decorrentes de parcelamento das compras.

As novas formas de capitalização desenvolvidas pelos bancos, assim como por agências de crédito e, principalmente, pelas grandes redes de mercado forjaram um complexo mecanismo de extração e aprisionamento dessa nova camada de consumidores, que agora utiliza o cartão de crédito para atividades recorrentes de consumo do dia a dia. Embora os novos modos de consumo estabeleçam uma nova realidade, os mesmos têm apresentado duas faces de uma mesma moeda; a primeira delas acontece no maior acesso e mobilidade a crédito pelas classes mais pobres; a outra face é encontrada no grande endividamento dessas camadas por, em muitos casos, não conseguirem pagar os valores que foram utilizados através da utilização de créditos pré-estabelecidos.

Nos últimos anos, tem-se visto uma crescente onda de novos métodos de capitalização e rendimento por parte, principalmente, de empresas privadas fundadas na disseminação de microcréditos. A disseminação do microcrédito, através da concessão de pequenos empréstimos a empreendedores formais, informais, com destaque para aqueles que não

conseguem outros mecanismos de empréstimo de forma “convencional”, assim como empréstimos destinados a pessoas jurídicas e aos microempreendedores individuais, tem modificado os modos de consumo, principalmente através da inserção de pequenos empreendedores no mercado econômico. Essas formas de flexibilizações, dentro do capitalismo financeiro, têm gerado muitas discussões no cenário econômico, principalmente quando é posto em pauta temas como: mobilidade e expansão econômica do circuito inferior da economia urbana.

Como bem esclarece Diniz (2010), assim como o desenvolvimento e expansão dos microcréditos, o território brasileiro apresentou um grande crescimento de correspondentes bancários, ampliando, de forma significativa, o atendimento à população de baixa renda. O acesso das populações mais carentes a esse tipo de realidade tem aberto novos modos de consumo, dessa forma, atribuindo novas características à dinâmica apresentada por cada realidade dos dois circuitos econômicos, principalmente, o circuito inferior que, no caso brasileiro, tem estado em expansão, principalmente pelo fortalecimento do processo de urbanização.

Dados do Banco Central, reportados por Alves e Soares (2006), dão conta de que o total de municípios brasileiros desassistidos de atendimento bancário caiu para zero com a implantação do modelo de correspondentes. O mesmo é válido para as áreas periféricas, bairros pobres e mesmo favelas nos centros urbanos, cujas populações, mediante o uso de correspondentes, têm ganhado acesso local a serviços bancários. Graças a essa capilaridade, o uso de correspondentes se revela um fator indiscutível para a democratização do acesso a serviços financeiros, com implicações diretas para o crescimento da atividade microfinanceira e do microcrédito. (DINIZ, 2010, p. 7)

O estabelecimento de prestações de serviço como atividades transacionais tem sido ponto de interesse de muitos bancos. A disseminação de pontos de recebimento de pagamentos de contas, presentes em variados estabelecimentos comerciais como farmácias, mercados, lanchonetes e outros, tem transformado esses locais em pontos de arrecadação, contudo, em meio a todo desenvolvimento que se tem acompanhado, que nos leva nas corredoiras dessas “multiformas de capitalização e consumo”, acompanhamos a renovação desse processo de capitalização que hoje se apresenta na utilização dos novos *Smartphones*, que possibilitam toda operação bancária através da utilização de aplicativos disponibilizados por suas agências.

Segundo Santos ([2012], 2014, p. 256):

O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem

a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnosfera e psicosfera são dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contrarracionalidade, no próprio conteúdo do território.

Continuando seus ensinamentos, Santos ([2012] 2014) aponta que o espaço global, por apresentar conjunturas confusas de relações que, por sua vez, aponta complexamente relações distintas de interesse, “apresenta cargas diferentes de conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional” (SANTOS, [2012] 2014, p. 247). Embora essas diferenças tendam a diminuir com o passar do tempo, ainda são acentuadas, podendo ser verificadas principalmente no padrão de consumo.

Pensando um pouco a respeito da dinâmica e importância do setor terciário para o território brasileiro, Sene e Moreira (2016) lembram que as atividades de comércio e prestação de serviços sempre foram importantes para a economia brasileira. Como referência, podemos notar que, desde os últimos decênios do século XIX até os dias atuais, o setor terciário vem comandando a maior participação no produto interno bruto – PIB, deste modo, apresentado-se como o setor que mais emprega, contudo, também concentrando a maior carga de trabalhos informais.

3.1 Formação dos Subcentros Urbanos e os dois Circuitos da Economia Urbana: uma questão de método

Para Santos (2005, p.59) “cada nova divisão do trabalho ou a cada novo momento decisivo seu, a sociedade conhece um movimento importante, assinalado pela aparição de um novo elenco de funções e, paralelamente, pela alteração quantitativa e qualitativa das funções”. As novas funções redefinem as ações assim como as formas que constituem o espaço urbano, elas o (re)constroem, fazendo surgir novos objetos, novos pontos de interesse, alterando, de modo significativo, toda dinâmica social.

Em concordância com a noção de que “o espaço é a acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 2012), depara-se com algumas indagações a respeito do que viera a constituir o espaço urbano, por conseguinte, as metrópoles. Os acúmulos desiguais de tempos expressos nas materialidades, que resistem ou tomam para si ressignificações, apresentam bem a evolução e as redefinições de práticas que são criadas, ao longo do tempo, nos territórios. Essas redefinições interagem diretamente com as formas, assim como com os processos que

constituem o espaço urbano, criando características importantes, despertando curiosidades analíticas.

Entender a formação e o desenvolvimento do espaço urbano não é tarefa fácil, embora, nas últimas décadas, tenha se tornado ponto de interesse de muitos geógrafos no Brasil. Não é raro se deparar com um grande volume de pesquisas calcadas em variados caminhos metodológicos, assim como em eventos específicos de análise. No entanto, a pretensão deste trabalho é aprofundar, a priori, a análise da formação dos subcentros urbanos, buscando a compreensão de sua operacionalidade analítica em conjunto com a teoria dos dois circuitos da economia urbana. Parece-nos muito oportuno a junção de tais proposições por compartilharem de pontos analíticos comuns, dessa forma, complementando-se.

A cidade, dentre suas características, impulsiona o desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas (SANTOS, 2014), ensejando sua análise enquanto realidade material (CARLOS, 2007), revelando-se por meio de seus conteúdos produzidos a partir das práticas sociais. Desta forma, “a cidade é uma totalidade una e fragmentada” (SILVEIRA, 2010, p.2), uma grande estrutura, articulada e que apresenta linguagens singulares representadas nas relações entre formas e funções, estruturas e processos.

Em uma contribuição muito importante, Flávio Villaça (2001) esclarece bem o que caracteriza o espaço intraurbano ao diferenciá-lo da estruturação do espaço regional, elucidando que:

O espaço intra-urbano, [...] é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. (VILLAÇA, 2001, p.19)

Existe uma relação embrionária entre as atividades socioeconômicas – mobilidade – e a construção do espaço urbano. Eixos concentradores, como exemplo: prestação de serviços e comércio desempenham, em muitos momentos, o papel de colunas vertebrais, das quais surgem ramificações, criando morfologias, logísticas e especificidades nessa construção. A partir dessa perspectiva, consegue-se vislumbrar as primeiras impressões a despeito do que viera a constituí-lo, assim como traz a possibilidade do entendimento das suas novas formas de (re)construção e expansão.

Nas impressões de Corrêa (1995), o espaço urbano, enquanto sinônimo de cidade, constitui-se em uma grande conjuntura de diferentes usos do solo dando forma a esse

complexo e metabólico organismo. Tais usos possibilitam a definição de áreas distintas, a exemplo do centro da cidade, áreas de lazer, esporte, industriais etc. Essas áreas distintas, muitas vezes fragmentadas, estabelecem interconexões entre si, formando um verdadeiro sistema.

O processo de construção do espaço urbano tende a revelar relações tradicionais – a exemplo da que se estabelece entre centro e periferia, assim como novas, estabelecidas pelas multicentralidades que se desenvolvem acompanhando a expansão do manto ⁵³urbano. É importante enfatizar que essas relações, sejam antigas ou novas, não se excluem, na verdade, coexistem nesse espaço, complementando-se e influenciando diretamente as modificações no tecido urbano. Os sistemas de objetos e ações, novos e velhos, estabelecem relações dialéticas nessa construção. Interferem diretamente na noção de valor em toda sua abrangência.

O espaço e o tempo traduzem importantes memórias que se materializam na cidade, possibilitam acompanhar as definições e redefinições de funções impressas nos conjuntos de objetos e ações, aderindo aos territórios usos singulares, contudo, altamente interligados a todo organismo funcional, estabelecendo redes complexas de comunicações. A vida urbana, apesar das suas singularidades, revela alguns traços comuns e importantes em sua constituição, a exemplo do que conhecemos como centro da cidade.

O surgimento das cidades tem relações diretas com o nascimento das trocas comerciais (SPOSITO, 1988). As localidades onde se concentravam as primeiras atividades comerciais influenciaram diretamente o desenvolvimento dos tecidos urbanos.

Em modos de produção pretéritos, tanto quanto em boa parte do desenvolvimento do modo capitalista de produção, as cidades tiveram suas estruturas espaciais articuladas em torno de um centro principal. Na maior parte das vezes era o único, desempenhando todos os papéis de centralidade, tanto na escala da cidade, quanto na interurbana, quando tratamos dos espaços urbanos de maior importância nas redes urbanas. (SPOSITO, 2013, p. 72.)

Notadamente, no processo de construção do espaço urbano, seja na formação dos centros tradicionais ou multicentralidades, o trabalho é elemento indispensável para compreender suas formações. A maneira como se insere no território revela sua importância assim como as suas contradições, principalmente com o desenvolvimento que o meio técnico-científico-informacional estabelece, alterando diretamente suas características. Para Santos (2014, p. 125) “A cada divisão do trabalho, muda o uso do território em virtude dos tipos de

⁵³ A palavra “Manto” no contexto a que foi empregada, faz referência a todas as construções que caracterizam o espaço urbano.

produção”. A construção das áreas centrais, assim como as novas centralidades estão ligadas diretamente a essas (re)definições, promovendo metamorfoses perenes na vida urbana/cidade.

Ao se analisar o surgimento e importância dos centros urbanos, lembra-nos Lefebvre (2001, p. 20) que “A noção e a imagem do centro comercial datam de fato da Idade Média. Correspondem à pequena e média cidade medieval”. Para o autor, em tempos atuais, pensar o centro assim como a centralidade traz a necessidade de interpretação em plano dialético, as combinações entre as funções e formas modelam diretamente o tecido urbano, as (re)construções e (re)definições estão atreladas às necessidades que surgem a todo momento impostas pela vida urbana irradiando-se por todos os seus âmbitos.

Em uma perspectiva feliz, Sposito (2002, p.49) esclarece que “A centralidade pode ser medida pela atração que uma área exerce sobre os espaços que lhe são adjacentes”. Diante disso, surge uma grande conjuntura de possibilidades analíticas, sejam externas ou internas. Isso possibilita a análise de relações entre cidades distintas, assim como revelam o entendimento dos fluxos que se estabelecem entre o centro e os demais espaços que compõem o tecido urbano. A construção material/histórica de uma sociedade revela-se nas construções, nos modos de vida e nas atrações inspiradas pelas necessidades que surgem.

As cidades, ao concentrarem a produção, o consumo e a gestão de bens e serviços, ensejam especializações funcionais de determinadas áreas. Essa concentração promove coesões entre formas e funções espaciais que configuram a centralidade intraurbana. Desse modo, entender a produção espacial urbana a partir da constituição e da dinâmica do fenômeno da centralidade permite análises consistentes sobre as lógicas das espacializações e distribuições das atividades humanas no tecido citadino e dos processos de reestruturação urbana por que passa a cidade.” (BUENO, 2016, p.3)

A centralidade traz, em sua construção, a noção de que “cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho” (SANTOS, 2014, p.106). Suas singularidades se revelam a partir da combinação entre o velho e o novo, entre as conjunturas de estruturas aliadas às funções, ou seja, a noção de complementaridade é ponto chave para o desenvolvimento de interrelações entre cidades. “O centro urbano, preenchido até saturar, supõe e propõe a concentração de tudo o que existe no mundo e na natureza: a indústria e seus produtos, os objetos e instrumentos, os atos e situações, os signos e símbolos” (BUENO, 2016, p.4). Cada elemento que o compõe exerce, em um determinado tempo, funções que se agrupam, desmembrando-se para novas

localidades a partir do crescimento do tecido urbano e nesse momento estabelecem novas interações.

Por características naturais, o centro urbano surge como coluna vertebral, que dela originam-se os demais ossos e movimentos. A concentração de atividades é sua principal marca aliada aos novos vetores de expansão que surgem com ela, a exemplo da operacionalização de valor de uso e troca no território. Para Corrêa (1995), as grandes cidades apresentam-se como lugares privilegiados por construírem-se de uma considerável conjuntura de relações socioespaciais, onde apresentam um processo acentuado de acúmulo de capital. Afirma que “estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana” (CORRÊA, 1995, p.37).

Existe uma relação embrionária entre o centro urbano e a centralidade. O primeiro constitui-se de uma base material, ou seja, sua criação é fruto das ações materializadas no espaço; já o segundo, estabelece-se a partir de uma ação geradora de força atrativa. Enquanto materialidade, o centro é lugar onde é possível ver a realidade da divisão territorial do trabalho acontecer em suas múltiplas complexidades, criando consequentemente perfis diferentes de usos do território.

No interior da cidade, o centro da cidade não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes um ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo. (SPOSITO, 1991, p. 6).

Em seu processo de integração, o centro provê uma imensa conjuntura de possibilidades de criações. Concentra inúmeras atividades comerciais assim como prestações de serviços, ao mesmo tempo em que tais atividades diferenciam-se em quantidade e qualidade, embora coexistam e em muitos momentos dependam uma das outras, em uma relação dialética. Ele se reconstrói a todo o momento, modelando-se às novas necessidades impostas pelo modo de produção, assim como se expande para novas áreas, criando novos sistemas de objetos e ações.

Para Santos (2008b) o centro desempenha função de extrema importância por se caracterizar como a área mais dinâmica da cidade; nele, é possível encontrar as principais atividades comerciais e de trabalho, sendo construído a partir da combinação de atividades

econômicas presentes nos dois circuitos da economia urbana. Para Castells (1983, p. 313): “[...] o centro urbano, como a cidade, é produto: por conseguinte, ele exprime as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna”.

A soma de forças que se estabelecem a partir das funções cria a centralidade – que tem como grande característica (SILVA, 2015) uma capacidade de polarização constituindo-se de uma natureza imaterial, atuando como força motriz em todas as atividades desencadeadas nos centros.

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade. Mas na centralidade considerada como o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça. Não importa qual ponto possa se tornar central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja o conteúdo. (SILVA, apud LEFEBVRE, 1998, p. 108)

A análise e compreensão do centro não podem ser feitas dissociadas da centralidade (VILLAÇA, 1998). Essa relação permite a compreensão da atuação das formas e das funções a partir das relações socioespaciais. O movimento gerado pelo modo de produção aliado ao nível de desenvolvimento técnico-científico-informacional promove uma conjuntura de ações que tomam forma na materialidade. A relação entre centro e centralidade caracteriza bem a criação de sistemas de objetos e ações – fixos e fluxos, reunião do material e do imaterial atuando em um movimento dialético, construindo, reconstruindo, criando significado e ressignificando tudo ao mesmo tempo.

A problemática da centralidade coroa as utopias urbanísticas e teorias da cidade. Ela conota a questão-chave das relações e articulações entre os elementos de estrutura urbana, mas, investida inteiramente pela ideologia, ela tende a tornar-se o revelador mais seguro da concepção das relações cidade/sociedade subjacente à análise. (CASTELLS, 1983, p. 311)

Em seu livro intitulado “O Centro da Cidade de Salvador: Estudo de Geografia Urbana” já em seu prefácio, Milton Santos (2008b) nos chama a atenção para o fato que as transformações na estrutura econômica das sociedades, com destaque para os setores secundário e terciário, causam uma forte modificação na distribuição demográfica, criando, em muitos casos, um adensamento urbano, uma forte concentração de fixos e fluxos. Os novos modos de vida empregados pelas atividades industriais assim como pelo comércio e a prestação de serviços revolucionam a noção do que é a vida na cidade – criaram novos

conceitos que se materializaram de forma muito rápida e imponente, expandido o manto urbano, criando novas formas de trabalho, talvez um novo meio.

Esse adensamento urbano cria novos espaços, em meio à expansão no tecido urbano, fazendo surgir, assim, o que conhecemos novas centralidades. Segundo Santos (2008b) o centro urbano é constituído de características próprias, ao mesmo tempo compondo uma síntese por refletir formas atuais da vida da cidade e região, juntamente com a presença do passado. Segundo o mesmo autor, o centro abriga boa parte das atividades comerciais da cidade. Para Silva (2015, p.18):

Os centros podem variar quanto a sua morfologia: podemos ter centros em eixo, ao longo de grandes vias de transporte, ou centros distribuídos em áreas. Os centros também podem variar em relação à forma de sua produção: podemos ter centros “não-planejados”, produzidos pelas ações de inúmeros agentes ao longo de um período longo de tempo ou podemos ter centros planejados, produzido pela ação de um único agente, ao longo de período de tempo mais curto. Sejam quais forem as características de um centro, a existência deste é uma condição fundamental para que a centralidade se manifeste (SILVA, 2015, p.18)

Por conseguinte, o centro da cidade apresenta-se como ponto crucial no desenvolvimento e crescimento das cidades. Apresenta-se com marco inicial que tem se proliferado pelo espaço urbano criando novas centralidades – aqui denominadas como subcentros urbanos que não substituem o primeiro, contudo promovem uma maior dinâmica econômica urbana, criando pontos de comércio e consumo constituídos pelas atividades que também podem estar presentes no centro principal/tradicional. Nesse momento, iremos discutir um pouco sobre o seu surgimento e importância para a dinâmica urbana da cidade, assim como dos seus bairros onde se inserem.

3.2 O tecido urbano em transformação: a formação dos subcentros urbanos

Nas duas últimas décadas, a discussão a respeito do surgimento de novas centralidades no espaço urbano, principalmente das metrópoles brasileiras, tem tomado largas proporções, principalmente nas análises geográficas. Tais discussões têm acompanhado estudos sobre o processo de expansão do tecido urbano através das suas relações com as atividades econômicas que têm influenciado no surgimento de pequenos redutos comerciais – aqui definidos como subcentros urbanos.

São várias as discussões que tentam explicar o surgimento de novas centralidades no espaço urbano. Contudo, este estudo toma por base, a priori, alguns questionamentos a partir da abordagem de Manuel Castells (1975). O autor traz, em seu arcabouço teórico, algumas observações que nos parecem muito valiosas sobre a questão urbana. A ocupação e uso de novas porções no espaço urbano é um pressuposto importante para a explicação do surgimento de novas centralidades, analisando, assim, as interligações entre mobilidade urbana - a necessidade de oportunidade - prestação de serviços - consumo rápido. Para Castells (1975, p.321), “A desconcentração da função comercial conduz à criação de *centros-de-troca periféricos*, servindo às áreas urbanas determinadas, ou aproveitando-se de uma situação na rede dos fluxos cotidianos da metrópole”.

Outra contribuição muito importante para a compreensão do que constitui a formação dos subcentros urbanos é encontrada em Flávio Villaça (1998). Ele traz uma análise mais aprofundada a respeito dos mecanismos metodológicos para identificação e análise da formação dos subcentros urbanos – destacando, assim, a importância da análise histórica e atual das formas e funções que constituem esses espaços. Enfatiza que “a investigação histórica dos subcentros é importante para que seja possível interpretá-los e entender seu papel no espaço metropolitano” (VILLAÇA, 1998, p. 291).

Esse mesmo autor nos chama a atenção para o fato da conceituação do subcentro, enfatiza que ela é formulada empiricamente, contudo, compreendendo elementos analíticos, toma-se por base em sua formulação a identificação de atividades constituintes desses novos espaços, buscando, assim, entender se também estão ou estiveram presentes no centro tradicional, haja vista que os subcentros urbanos são concentrações menores do comércio e serviços desenvolvidos em bairros. Em alguns casos a explicação para o surgimento dos subcentros urbanos é a própria segregação socioespacial que cria demandas de consumo nos bairros. Cabe aqui salientar que boa parte das atividades presentes nos subcentros urbanos situam-se no circuito inferior da economia urbana.

O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso [...] A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro tradicional cumpre-os para toda a cidade (VILLAÇA, 1998, p.293)

Os subcentros urbanos não substituem o centro tradicional pondo fim a sua importância para a dinâmica econômica da cidade. Na verdade, as atividades constituintes dessas novas centralidades desempenham a função de complementaridade, buscando assim atender as novas demandas e logísticas de mobilidade urbana a partir do crescimento do

tecido urbano – com destaque para a criação de novos bairros. Corrêa (2005, p. 46) ressalta que:

A descentralização está também associada ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais, ampliando as dinâmicas entre a Área Central e as novas áreas residenciais: a competição pelo mercado consumidor, por exemplo, leva as firmas comerciais a descentralizarem seus pontos de venda através da criação de filiais nos bairros.

Esse tipo de descentralização apresentado pelo autor constitui-se como um exemplo dentre inúmeros que hoje influenciam o processo de formação e consolidação dos subcentros. Assim como há a criação de filiais nessas novas localidades, surgem concomitantemente novas atividades que não estavam presentes no centro tradicional. Essa constatação é muito importante por relevar o fato de que cada subcentro nasce e se adéqua às características das necessidades de seu público, dessa forma criando morfologias e dinâmicas em seu acontecer que se diferenciam das demais.

Para Corrêa (2005) existem alguns fatores que influenciam diretamente o processo de descentralização. Esses fatores apresentados no quadro abaixo são exemplos do que ainda podemos notar como elementos determinantes para a formação dos subcentros urbanos.

Quando 9 - Fatores que Estimulam o Surgimento dos Subcentros Urbanos

FATORES DE REPULSÃO DA ÁREA CENTRAL	FATORES DE ATRAÇÃO EM ÁREAS NÃO CENTRAIS
Aumento constante do preço da terra, impostos e aluguéis.	Terras não ocupadas, a baixos preços e impostos.
Congestionamento e alto custo do sistema de transporte e comunicação, que dificulta e onera as interações entre firmas.	Infraestrutura implantada.
Dificuldade de obtenção de espaço para a expansão, que afeta particularmente as indústrias em crescimento.	Facilidades de transporte.
Restrições legais implicando a ausência de controle do espaço, limitando, portanto, a ação das firmas.	Qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem.
Ausência ou perda de amenidades.	Possibilidades de controle do uso das terras.
	Amenidades.

Fonte: CORRÊA, R L, 2005.

Como podemos ver no quadro acima, são vários os fatores que contribuem para o surgimento de núcleos secundários em meio ao tecido urbano. Esse processo de descentralização foi influenciado diretamente pelo desenvolvimento de transportes mais flexíveis, já não mais presos aos trilhos, como bem destaca esse autor. Todo esse mecanismo de repulsa e atração atua diretamente no crescimento e desenvolvimento do tecido urbano,

além de criar na cidade policentralidades ou (Múltiplos Subcentros), estabelecendo fluxos, ações e interações que mobilizam toda cidade. Outra definição interessante é tecida por Maraschin (2013, p. 3) ao afirmar que:

Por descentralização do comércio entende-se aqui o processo de formação de novas áreas comerciais fora do Centro tradicional da cidade, acompanhado ou não da saída do comércio do Centro histórico. As inúmeras transformações verificadas no ambiente do comércio a partir da revolução industrial induziram ao surgimento de novas tipologias varejistas, formas de aglomeração e localização das áreas comerciais. O centro tradicional das cidades passou a concorrer com novas áreas comerciais, muitas vezes mais eficientes no atendimento às necessidades dos consumidores.

As atividades que surgem nos bairros também exercem força seletiva no consumo, haja vista que se tem a presença dos dois circuitos da economia urbana em boa parte dessas atividades. É importante salientar que o público presente/que frequenta os bairros detém diferentes capacidades de consumo.

A análise da formação dos subcentros urbanos somada à teoria dos dois circuitos da economia urbana formam um importante caminho analítico para a compreensão da realidade urbana na contemporaneidade. Isso pelo fato de revelar o desenvolvimento desigual e combinado que se materializa no tecido urbano, seja nas formas assim como nas funções. Com o surgimento de novas formas de organização do espaço urbano, assim como de suas atividades econômicas a relação dialética entre os agentes constituintes toma novas dimensões que carecem de análises.

Já se encontra enraizado em nosso entendimento que os espaços urbanos dos países subdesenvolvidos apresentam organizações socioespaciais singulares, principalmente quando consideramos esse entendimento tomando o território brasileiro como exemplo. Essas especificidades organizacionais se ampliam, à medida que reduzimos a escala de análise, dessa forma, conduzindo-nos ao contato com realidades diferentes em cada lugar, haja vista que o impacto da modernização se insere nos espaços de modo seletivo, desigual e combinado. Essa realidade tem-se intensificado principalmente nas metrópoles brasileiras, criando distorções acentuadas no mundo do trabalho.

Conforme o entendimento de Montenegro (2011, p. 01):

No período atual, as metrópoles brasileiras sediam crescentemente atividades modernas ligadas à divisão social do trabalho do mundo das informações e das finanças. Contudo, nestas grandes cidades, multiplicam-se também as formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos, dependentes dos próprios conteúdos dos lugares onde estão inseridas. Desse modo, as metrópoles abrigam diferentes divisões do trabalho que coexistem e que estabelecem, por sua vez, relações diferenciadas com seu meio construído.

O desenvolvimento promovido pelo considerável avanço científico, segundo Santos (2008), tem gerado grandes transformações no mundo do trabalho. Para Santos (2014, p. 121): “O trabalho se torna cada vez mais científico e se dá, também, em paralelo a uma informatização do território. Pode-se mesmo dizer que o território se informatiza mais, e mais depressa, que a economia ou que a sociedade”. Os objetos geográficos representam bem essa informatização, são construídos ou reconstruindo com a finalidade de satisfazer novas necessidades/realidades. A relação entre sociedade e natureza mais uma vez ganha novas conotações e revela denotações que também tomam novos significados em um processo perpétuo.

Estamos diante de um novo patamar quanto à divisão territorial do trabalho. Esta se dá de forma mais profunda e esse aprofundamento leva a mais circulação e mais movimento em função da complementaridade necessária. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e isso cria, por sua vez, mais especialização do território. O círculo, nesse caso virtuoso (ou será vicioso?), amplia-se.” (SANTOS, 2014, p. 123)

As formas de trabalho nas cidades latino-americanas, segundo Silveira (2010), apresentam características diferentes ao levarmos em conta a participação de cada região da divisão territorial do trabalho hegemônica. Essa observação aplica-se diretamente aos dois circuitos da economia urbana que serão discutidos a posteriori. É fato que a maneira de inserção e aprofundamento da tecnologia nos territórios se dá de acordo com o interesse do capitalismo que rege atualmente, direta ou indiretamente, todas as relações socioespaciais que se desenvolvem no território brasileiro. Isso promove, de maneira singular, regiões mais desenvolvidas em detrimento de outras.

A base material constitui o meio de trabalho e de existência para a maior parte da população e, malgrado sua apropriação crescentemente seletiva, permite a socialização da produção, uma vez que o trabalho se divide e se unifica num tecido produtivo complexo e preenche de complementaridades. (SILVEIRA, 2010, p.03)

O século XX marca um processo muito importante quando pensamos a urbanização brasileira, haja vista que é nesse momento que se intensifica seu desenvolvimento através de métodos de produção que trazem consigo um conjunto de peculiaridades, principalmente para o campo através de uma intensa modernização. Como bem nos lembra Santos (1979), o processo de urbanização dos países subdesenvolvidos, em muitos aspectos, se diferencia dos países ditos países desenvolvidos, principalmente pelos papéis que são dirigidos a cada um em um cenário global.

Esse mesmo autor nos chama a atenção para a necessidade do desenvolvimento de métodos, técnicas e teorias que realmente venham atender as peculiaridades analíticas aqui criadas, que muito se diferenciam de outros países, pois, por mais que as relações e desenvolvimento de um dado evento no território brasileiro se assemelhem a de países ditos desenvolvidos, com toda certeza não será possível a aplicação do mesmo método analítico em ambos, isso porque cada evento criará singularidades diante da interação com sistemas de objetos e ações.

A partir de meados do século XX, a intensificação do processo de urbanização dos países subdesenvolvidos, caracterizou-se, dentre outros fatores, pelas grandes limitações na capacidade empregatícia por parte de setores intensivos em capital e pela proliferação da pobreza e de uma gama de atividades urbanas de baixa produtividade que acolhiam grande parte da força de trabalho que se multiplicava nas cidades desses países. (MONTENEGRO, 2012, p.148)

O Brasil tem apresentado intensas mudanças em relação ao modo de vida das pessoas, principalmente a partir desse processo de saída de um Brasil rural para urbano. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE traçou alguns dados dessa transição tão decisiva para a formação do seu contexto atual. Seus dados apresentam a evolução progressiva dessa transição, possibilitando a análise por região.

Quadro 10 - Evolução da População Urbana no Brasil (1960 -2010)

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	32.004.817	52.904.744	82.013.375	110.875.826	137.755.550	160.925.792
Norte	1.041.213	1.784.223	3.398.897	5.931.567	9.002.962	11.664.509
Nordeste	7.680.681	11.980.937	17.959.640	25.753.355	32.929.318	38.821.246
Sudeste	17.818.649	29.347.170	43.550.664	55.149.437	65.441.516	74.696.178
Sul	4.469.103	7.434.196	12.153.971	16.392.710	20.306.542	23.260.896
Centro-Oeste	995.171	2.358.218	4.950.203	7.648.757	10.075.212	12.482.963

Fonte: IBGE, 2010.

O processo de ocupação e expansão do espaço urbano acompanha uma grande conjuntura de problemas sociais que, nas últimas décadas, têm tomado proporções cada vez maiores. Dentre elas, o fortalecimento de subempregos, tendo por características uma alta precariedade. Cresce, conjuntamente a essas novas realidades, o desenvolvimento de atividades comerciais e de prestação de serviços que tem como características uma organização familiar, com pequeno ou nenhum capital investido, moldando, cada vez mais, as relações quantitativas e qualitativas no quesito produção e consumo no espaço urbano.

A tentativa de compreensão e explicação desse importante processo de urbanização brasileira perpassa pela necessidade de análise e entendimento dos novos usos impressos no território em expansão. A existência de conjunturas complexas de interações entre os novos e velhos sistemas de objetos e ações traz a necessidade da utilização de caminhos que possam servir como base para suas possíveis compreensões. Diante disso, discutiremos um pouco a respeito da teoria dos dois circuitos da economia urbana e sua importância para os estudos geográficos.

Ainda que não o façamos, não é menos evidente que a combinação de impactos das diversas modernizações é responsável por situações econômicas e sociais atuais, assim como pela organização atual do espaço. Visto que o impacto modernizador é seletivo, isso é válido tanto no nível nacional quanto no nível regional e local. (SANTOS, 2008, p. 35)

A interdependência entre a unicidade das técnicas proporcionada pela convergência dos momentos e pela unicidade da mais valia global cria a globalização como ela é (SANTOS, 2000). Essas inter-relações são responsáveis pelo que podemos acompanhar da evolução da divisão territorial do trabalho, assim como suas atualizações, aprimorando as produções de um lado e precarizando o trabalho do outro.

En el período de la globalización los territorios nacionales reciben sucesivas modernizaciones, cuyo impacto selectivo es bastante evidente en las diversas escalas de análisis y, particularmente, en la escala urbana. En una perspectiva dinámica, cada territorio usado (SANTOS, 1994; SANTOS y SILVEIRA, 2001) revela la superposición de divisiones del trabajo, no sin la hegemonía de los sistemas técnicos y organizacionales constitutivos de la modernización más reciente. Procesos semejantes se pueden observar en la metrópoli a pesar de que, a menudo, su espacio sea entendido como producto unívoco y homogéneo de una división del trabajo dominante. (SILVEIRA, 2014, p.2)

Esse processo de aprofundamento da globalização cria uma maior interdependência entre os lugares (CATAIA; SILVA, 2013). É responsável pelo aprofundamento das desigualdades territoriais, haja vista que é conduzido a partir do interesse do modo de produção capitalista, criando seletividades no espaço, imprimindo funções, aperfeiçoando métodos produtivos cada vez mais tecnificados. Temos um espaço cada vez mais fracionado e, por conseguinte, frações espaciais com valores distintos. Essas qualificações são atribuídas à importância das atividades que cada espaço desenvolve, criando um ciclo vicioso de valorização e desvalorização constante.

[...] o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem ao nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor. (SANTOS, 1979, p. 15).

Ao longo dos últimos decênios, foram vários os modelos utilizados para a compreensão da urbanização nos países periféricos, gerando diferentes análises e interpretações teóricas. Lembra-nos Montenegro (2013) que durante esse processo de busca de explicações sobre a organização dos espaços urbanos latino-americanos, temáticas como a modernização estiveram presentes nas pautas, interpretadas a partir de vários olhares e métodos geográficos.

As abordagens relacionadas a esse processo de modernização, a priori, trouxeram o entendimento da existência de dois setores que se diferenciavam em tecnologia, consumo, capilaridade, assim como em relações trabalhistas. Pensou-se na existência de um setor moderno e um setor tradicional, montando assim uma perspectiva dualista e evoluindo nas abordagens a respeito da urbanização.

Esse tipo de perspectiva trouxe uma carga paradigmática profunda, despertou olhares e, com eles, muitos debates, convencendo intelectuais, principalmente geógrafos, diante das novas descobertas, gerando profundas discussões a respeito de sua aplicabilidade na realidade material em análise. Em contraposição, a teoria dos dois circuitos da economia urbana apresentou-se como uma nova forma de compreender esse processo de urbanização, não a entendendo como dualista, mas sim como um sistema contido por dois circuitos: o inferior e o superior, que trabalham de maneira dialética. Essa teoria teve o professor Milton Santos como seu formulador.

As preocupações em entender o processo acelerado da urbanização brasileira, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970 tomaram por pauta alguns eventos marcantes como o grande crescimento demográfico, expansão urbana, surgimentos de atividades econômicas nas cidades, assim como o processo de metropolização. A modernização de algumas atividades nascentes no espaço urbano esteve vinculada ao surgimento de atividades industriais, assim como de atividades comerciais de grande proporção (SANTOS, 2008).

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito

elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (SANTOS, 1979, p. 29).

O início da década de 1970 é um período importante para as proposições feitas por Milton Santos. É neste período que desenvolveu suas principais proposições teóricas a respeito da urbanização dos países subdesenvolvidos. Como destaca Montenegro (2013), Milton Santos em *Les Villes Du Tiers Monde* (1971) apresentou, em seu último capítulo, a teoria dos dois circuitos da economia urbana, pela primeira vez.

[...] aí o autor já distingue a co-existência de dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos resultantes da penetração das inovações nesses países: de um lado, um circuito superior composto por atividades tecnologicamente modernas; e, de outro lado, um circuito inferior composto pelas atividades que adotam soluções tecnológicas não modernas, recentes ou passadas (SANTOS, 1971). (MONTENEGRO, 2013, p. 154)

De acordo com Montenegro, é em *L'Espace Partagé* (1975) que Milton Santos dará um aprofundamento às discussões acerca da teoria dos dois circuitos da economia urbana. Para Santos (2008), os dois circuitos da economia urbana originam-se diretamente da modernização tecnológica.

[...] a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço ou, dito de outro modo, como um bloco. Ao contrário, no interior do sistema urbano, em si mesmo depende de outros sistemas de nível superior, pode-se reconhecer a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos. (SANTOS, 2008, p. 38)

A metrópole não pode ser compreendida apenas através da economia moderna ou de uma única divisão territorial do trabalho (SILVEIRA, 2014). Ela é constituída de uma justaposição de divisões territoriais do trabalho, de técnicas e normas, de áreas construídas modernas e degradadas, constituídas de circuitos econômicos. Essas constituições revelam a existência dos dois circuitos da economia urbana trabalhando em uma relação dialética e constante.

Os dois circuitos da economia urbana apresentam uma interação constante interferindo diretamente no desenvolvimento dos arranjos urbanos. Segundo Santos (2008), os circuitos apresentam anatomias distintas, assim como funções e elementos que os constituem, contudo, coexistem e interagem em seu acontecer. Os dois circuitos estão em constante processo de

readaptação, principalmente o circuito inferior, que, de modo progressivo e ainda muito tímido, iniciou a inserção de alguns aparatos tecnológicos importantes para seu desenvolvimento, principalmente no alcance aos consumidores.

Milton Santos em sua obra “O Espaço Dividido” de ([1979] 2008) aprofunda de maneira detalhada a teoria, fazendo uma distinção muito importante a respeito de cada subsistema, tornando, assim, a compreensão mais clara acerca dos seus elementos constitutivos.

O Circuito Superior, por apresentar em sua constituição um alto grau de tecnologia e capital, é constituído de atividades que fazem jus a essas características. Segundo Santos (2008), as atividades econômicas que o constitui circundam em torno dos bancos, indústrias urbanas modernas, comércio e indústria de exportação, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Além dessa constatação, o autor também fez classificações que têm por objetivo definir suas interações e pertencimento em relação ao circuito inferior.

Existem alguns elementos específicos que definem cada circuito, dentre eles, destacam-se os conjuntos das atividades realizadas em dado momento e contexto – somando-se à análise do setor da população que está ligada a esse circuito, a partir da atividade de consumo. Esses dois êxitos são de extrema importância por revelarem quais as atividades presentes e quem está consumindo-as. Vale ressaltar que essa análise não determina o rigor de consumo, pois a população poderá consumir dos dois circuitos; na verdade, esse tipo de análise apresenta a realidade de determinadas camadas da sociedade no acesso a esse consumo.

Não se poderia caracterizar os dois circuitos da economia urbana através de variáveis isoladas. Antes é necessário considerar o conjunto de atividades. Mas pode-se dizer, desde já, que a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças tecnológicas e de organização. [...] O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo” enquanto no circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável. (SANTOS, 2008, p. 43)

O circuito inferior da economia urbana apresenta algumas características que muito se diferem do circuito superior. A sua forma de produção é caracterizada como não capital intensivo, mas sim: trabalho intensivo. Santos (2008, p. 44) chama atenção para um fator muito importante quanto ao crédito utilizado nesse circuito, afirmando que: “As atividades do circuito inferior são baseadas simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido. Mas o crédito aqui é de outra natureza, com uma larga porcentagem de crédito pessoal direto, indispensável

para as pessoas sem possibilidade de acumular”. Esse mecanismo de realização de sua produção traz para seu desenvolvimento características singulares.

Frente a la consolidación del circuito superior, en condiciones de crecimiento económico y desigualdad, nuevas formas de trabajo creativas o imitativas surgen en el circuito inferior, con el propósito de asegurar la supervivencia y satisfacer demandas menos solventes. (SILVEIRA, 2014, p. 87)

Essas novas demandas crescentes, destacadas por Silveira (2014), desenvolvem-se de maneira muito rápida no circuito inferior. As necessidades de consumo surgem para toda a sociedade, contudo, em uma realidade de consumo, a sociedade não consegue saciar-se de uma mesma maneira e com os mesmos objetos.

Segundo Montenegro (2012, p. 154):

O circuito inferior, por sua vez, compreende o resultado indireto da modernização e constitui-se de formas de fabricação não-capital intensivo, serviços não modernos fornecidos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo dos mais pobres.

Outro fato muito importante destacado por Santos (2008) a respeito do circuito inferior é que esse encontra elementos para o desenvolvimento das suas articulações na cidade ou região onde está inserido diferenciando-se assim do circuito superior, pois este, por sua vez, busca articulações fora da cidade ou região, geralmente no país ou fora dele, enquanto que o circuito inferior estabelece capilaridade de atuação reduzida, restringindo-se a um bairro, ou mesmo à cidade.

3.3 A fragmentação do espaço: reflexos da expansão do setor terciário na dinâmica urbana de Maceió

O setor terciário, que se reflete basicamente nas atividades comerciais e de prestações de serviços, guarda consigo um importante histórico na construção do desenvolvimento da economia brasileira. É válido salientar que além do Brasil contar com um território com dimensões continentais, conta também com complexas conjunturas econômicas, isso pelo fato de ser composto por cinco regiões que apresentam perfis e dinâmicas econômicas, predominantemente, diferentes. Essa constatação fica mais complexa ao reduzir a escala de análise e vemos que dentro de cada região, o modo como, por exemplo, o setor terciário atual é singular, imprimindo perfis econômicos totalmente diferentes para cada subespaço, por conseguinte, possibilitando uma gama muito grande de análises a esse respeito.

Segundo o Atlas Nacional de Comércio e Serviços do IBGE (2013), entre os anos 2000 a 2009, o setor terciário apresentou taxas de crescimento superior ao PIB brasileiro. A expansão do comércio e serviços em todas as regiões do Brasil revela a sua importância para o fortalecimento e desenvolvimento da economia nacional⁵⁴. Dentro de um desenvolvimento desigual e combinado, é possível acompanhar regiões brasileiras que apresentam uma maior dinâmica desse setor frente a outras. Prova disso, é a distorção existente entre a região Sudeste e Norte. Contudo, esse fato não elimina o avanço dessas atividades nesta última região. Ao direcionarmos a análise para Alagoas e, especificamente, à cidade de Maceió, a importância do setor terciário não foge à regra quando comparada ao cenário nacional.

Analisar a formação territorial, cultural, política e social de Maceió, através de um olhar geográfico possibilita a identificação de uma constituição contraditória, pela qual os parâmetros materiais de segregação socioespacial tornam-se cada vez mais explícitos. As funções que são atribuídas a determinado espaço estabelecem valores, principalmente um valor financeiro, distinguindo usos e apropriações desse território, desta forma, estabelecendo uma nítida separação medida pelo poder econômico de cada cidadão. Esse fato pode ser comprovado através do desenvolvimento histórico e, principalmente, urbanístico dessa cidade.

O setor terciário em Maceió tem passado por profundas alterações que se intensificaram, a partir das duas últimas décadas do século XX, período de maior inserção do meio técnico-científico-informacional que tem influenciado, desde então, novos arranjos em seu tecido urbano. Esta cidade tem suas bases firmadas nas atividades terciárias tendo em vista que os setores primário e secundário ainda não desempenham grande expressividade, isso porque a maior parte de sua população vincula-se às atividades do comércio e serviços (LINS, 2018).

Assim como em muitas cidades brasileiras, seus primeiros conglomerados urbanos desenvolveram-se em torno da área comercial. Não diferente do que ocorreu em território nacional, essa cidade também experimentou, a partir da década de 1970, um considerável processo de urbanização.

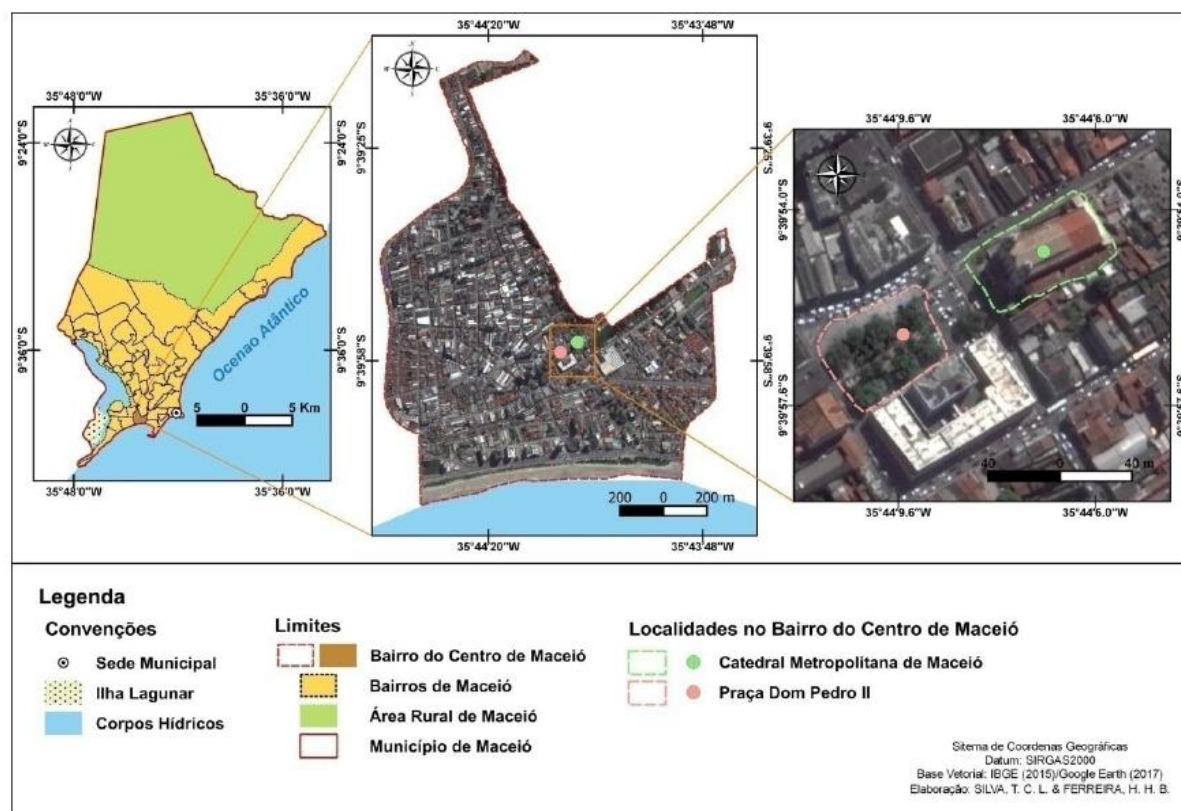
⁵⁴ Atlas Nacional de Comércio e Serviços do IBGE (2013, p. 19): “A economia brasileira desenvolveu-se recentemente com inclusão e expansão do consumo de massa. Algumas características recentes podem ser observadas na disseminação do consumo de determinados bens e serviços. Ainda assim, a concentração do consumo e de acesso a compras ou ao crédito são elementos que moldam as relações de consumo existentes”.

Quadro 11- Evolução Populacional de Maceió de 1970 a 2010

População	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Urbana	251.713	95,5	392.265	98,2	583.343	92,7	795.804	99,8	932.129	99,9
Rural	11.957	4,5	7.035	1,8	5.698	7,3	1.955	0,2	619	0,1
Total	263.670	100	399.300	100	629.041	100	797.759	100	932.748	100

Forte: IBGE (2010)

A constituição da dinâmica terciária em Maceió, a priori, esteve concentrada de modo predominante no setor comercial da cidade, contudo, a partir do processo de expansão urbana, influenciada por um processo de migração, surgiram novos centros comerciais de porte menor, que, segundo Corrêa (2005), oferece atividades econômicas que, outrora, estiveram enraizadas apenas no centro tradicional.

Mapa 1 – Centro Tradicional de Maceió

Forte: Lins, 2018.

Elaboração: Ferreira; Silva (2018).

Durante a segunda metade do século XIX, a cidade ocupava apenas a região de planície, tanto lagunar quanto litorânea. Esta ocupação era regida principalmente pelo fator econômico, visto que a atividade comercial estava concentrada em três pontos estratégicos: lagunar (pela possibilidade de ligação com o interior e pela atividade extrativista), no Centro (no povoado)

e no mar (atraído pelo porto, localizado na enseada do Jaraguá). (COSTA, 2008, p.28, grifo nosso)

Embora haja uma crescente descentralização das atividades econômicas para outras áreas, no perímetro urbano de Maceió, estes três pontos estratégicos, citados pelo autor, na economia desse território, ainda exercem significativa importância ao dispor de variedade de atividades ligadas ao comércio e serviços. O centro de Maceió tem origem anterior a sua constituição enquanto cidade; seu surgimento esteve ligado ao entorno da Praça Pedro II e nas proximidades da Catedral Metropolitana, desta forma, mobilizando a economia e assim exercendo forte centralização em seus arredores (COSTA, 1981).

As primeiras ruas surgiram nessas imediações, sendo uma das primeiras: Rua do Comércio (era a via principal da vila), a Rua da Rosa (atual Rua do Livramento) entre outras. Pela falta da execução de um plano de urbanização elaborado por Melo e Póvoas, a cidade cresceu desordenadamente com ruas estreitas e traçados mal definidos. Em 1839 é elevada a capital do estado de Alagoas, como consequência do desenvolvimento econômico e demográfico que alcançara a cidade. (LINS, 2018, p. 76)

Figura 2 – Rua do comércio em 1945 – 2022



Fonte: históriadealagoas.com.br, (2022)

No tocante ao processo de descentralização das atividades econômicas atreladas ao desenvolvimento do tecido urbano de Maceió, neste estudo, toma-se como principal referencial o trabalho: “Corredores de Atividades Múltiplas: Uma Nova Definição para o Espaço Terciário?”, de Viviane Reina Costa (2008). Nele, a autora traz uma grande contribuição ao entendimento dos fatores que influenciaram o processo de expansão do tecido

urbano dessa cidade, com destaque para a influência exercida pelas principais avenidas, por exercerem papel primordial para o processo de descentralização das atividades econômicas, assim como a ocupação de novas áreas para habitação.

A transformação da dinâmica econômica de Maceió é recente, principalmente em seu processo de transição de sua estrutura urbana caracterizada como mononuclear para polinuclear, intensificando-se a partir da década de 1980 (COSTA, 2008). Em seu estudo, faz alguns apontamentos de possíveis hipóteses que podem subsidiar as causas que influenciaram esse processo, a exemplo do estabelecimento de Zonas de Atividades Múltiplas – ZAM's – fundamentadas no zoneamento apresentado pelo Código de Urbanismo Municipal (Lei N°. 3.536 de 23/12/1985), assim como nos Corredores de Atividades Múltiplas – CAM's (Lei complementar N°. 3.943 de 09/11/1989). Além disso, houve a construção de novos espaços como supermercados e shoppings ao impulsionarem esse processo de descentralização e expansão do tecido urbano.

A instituição do zoneamento de áreas com funções específicas, a exemplo das comerciais e de prestação de serviços, assim como de usos múltiplos: residencial, comércio, indústria e serviço, teve como ponto de partida estabelecer uma organização quanto à distribuição e dinâmica do processo de expansão urbana de Maceió. Na interpretação de Costa (2008), o Plano de Desenvolvimento de Maceió, de 1981, a priori, identificou 11 corredores de expansão das atividades terciárias, caracterizando a formação de subcentros que se irradiavam para fora do centro tradicional, desta forma, promovendo uma maior mobilidade no acesso ao consumo, descentralizando boa parte do comércio e serviço assim como despertando interesse para novos empreendimentos habitacionais.

A partir das mudanças sofridas na caracterização das áreas terciárias destacadas pelo Código de Urbanismo Municipal de 1985, foi proposto por esse último um novo zoneamento pelo qual se dividiu a área urbana em quatro Zonas de Atividade Múltiplas – ZAM.

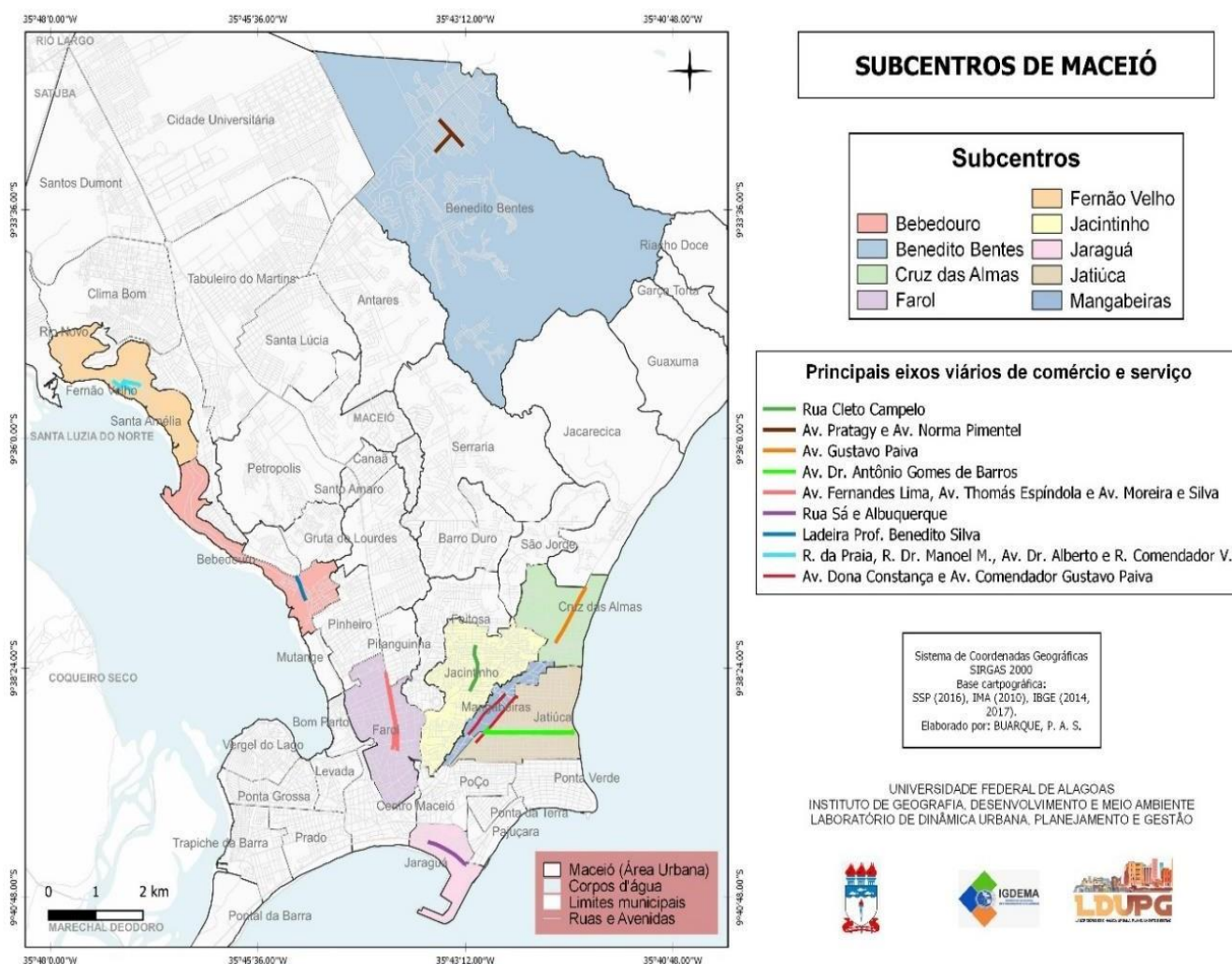
Mapa 2 – Zonas de Atividades Múltiplas em Maceió (1985)



Elaboração: Priscila Andreza dos Santos Buarque, 2021.

Atualmente, estes corredores têm assumido importante função na sociabilidade cidadina uma vez que assumem função polarizadora nas áreas urbanas, atraindo atividades e pessoas, constituindo-se como novos “calçadões de comércio e serviços”. Este papel centralizador por muito tempo era exercido de modo dominante pela Área Central de comércio e serviços de Maceió, no bairro do Centro (COSTA, 2008, p. 16)

A expansão do espaço urbano de Maceió tem forte ligação com o desenvolvimento dos seus principais eixos viários, a exemplo da Av. Fernandes Lima, que influenciou o processo de ocupação e expansão urbana em seus arredores, descentralizando moradias, comércio, serviços e posto de trabalho para a porção do planalto sedimentar desse território, de certa maneira, “desinchando” a porção da planície lagunar e litorânea (COSTA, 2008). Desde a década de 1960, essa avenida apresentou grande potencial para a expansão do tecido urbano de Maceió. Dentre os fatores que justificam essa importância, podem ser apresentados o valor do solo, que, quando comparado à parte litorânea, apresentava custos menores e, por isso, maior possibilidade de aquisição de porções maiores, assim como a capacidade de expansão da cidade, haja vista que a região dos tabuleiros apresenta grandes dimensões, em relação às planícies que em parte já estiveram ocupadas.

Mapa 3 – Subcentros de Maceió

Fonte: Buarque, 2020.

Elaboração: Priscila Andreza dos Santos Buarque, 2020.

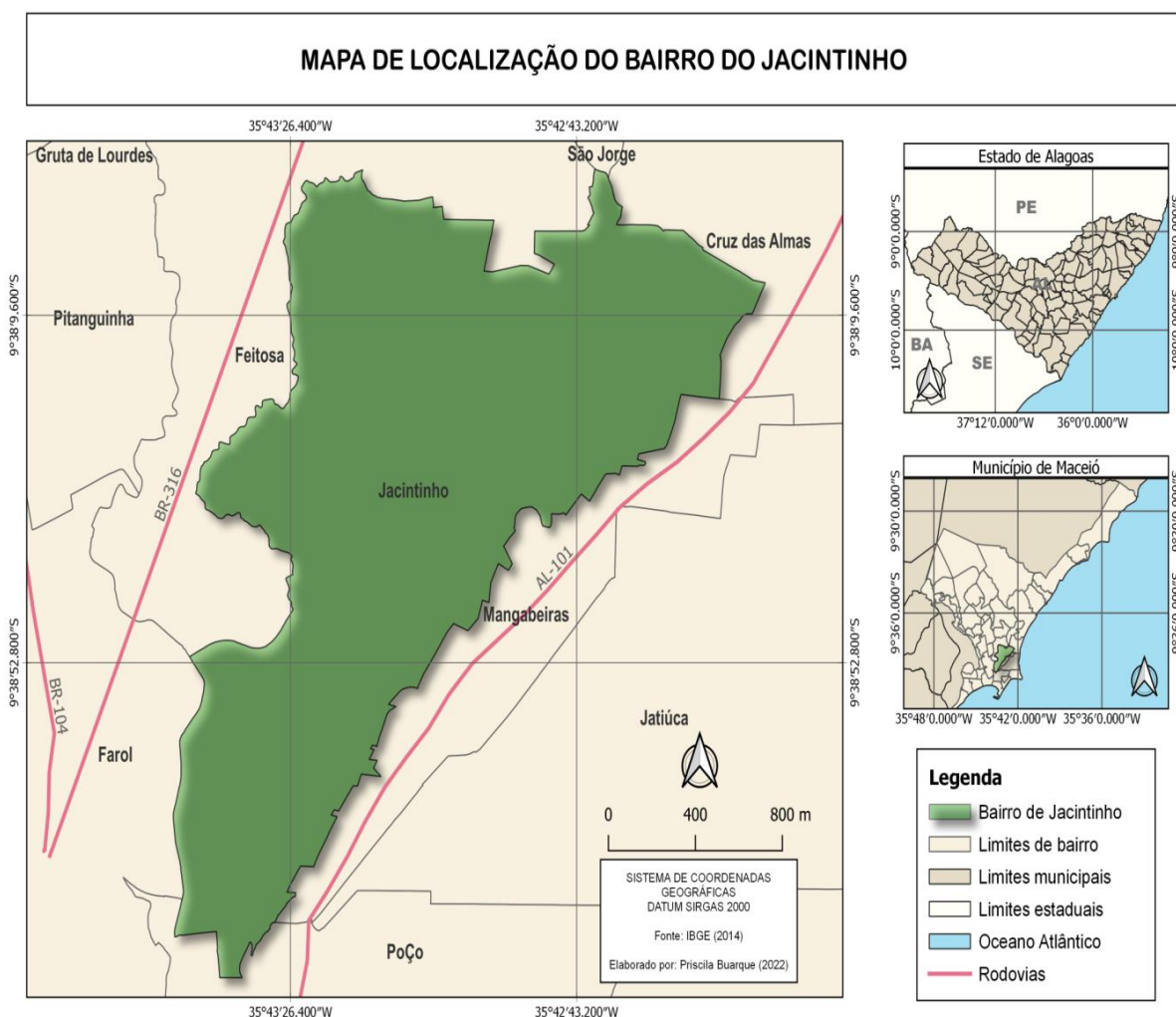
Essas breves observações expressas trazem a possibilidade de compreender os principais vetores que influenciaram e ainda influenciam o processo de expansão urbana de Maceió. Entender as origens desse crescimento torna-se o marco inicial para compreender a formação e crescimento dos bairros, assim como compreender a formação das subcentralidades, enquanto possibilidade de se reduzir o caótico fluxo de pessoas e mercadorias, através da descentralização de comércio e serviços, para esses novos espaços, alterando a mobilidade urbana e, sobretudo, criando um novo ambiente para o desenvolvimento da economia popular que, nesse momento, tem se tornado o subterfúgio para uma grande massa de trabalhadores impactada pelo desemprego estrutural.

QUARTA SEÇÃO

O SUBCENTRO DO BAIRRO DO JACINTINHO: AS
TRADIÇÕES E CONTRADIÇÕES DO TRABALHO

Para entender como o subcentro do Bairro do Jacintinho vem sendo utilizado pelo precariado, com ênfase nos feirantes e entregadores, foi necessário mergulhar em alguns marcos históricos relevantes para sua análise. No entanto, nota-se que existem poucas produções acerca da história do bairro, o que dificulta consideravelmente o seu aprofundamento analítico. Entre os autores encontrados que contribuem para a elucidação da história do Jacintinho, destacam-se: Resende (2001), Andrade (2012) e Carvalho (2012).

Mapa 4 - Localização do Bairro do Jacintinho



Elaboração: Priscila Andreza dos Santos Buarque, 2021.

Como é possível notar no mapa acima, o bairro do Jacintinho encontra-se entre duas rodovias de extrema importância para a dinâmica e mobilidade urbana de Maceió: a Leste encontra-se AL – 101 e a Oeste, a BR – 316. A existência destas rodovias atribui ao bairro uma localização geográfica privilegiada, deste modo, possibilitando o surgimento de um

significativo percentual de atividades urbanas, com ênfase para o setor terciário, criando uma verdadeira zona de polarização de atividades que se ligam a esse setor.

A gênese do bairro

Como parte do intenso processo de urbanização no Brasil, a partir da década de 1960, o bairro do Jacintinho, na cidade de Maceió, sofreu alterações significativas em sua estrutura urbana. Esse desenvolvimento foi principalmente motivado pelo êxodo rural de cidadãos alagoanos e também das regiões próximas, como estados vizinhos: Sergipe, Pernambuco e Bahia. Com isso, geraram-se sérias questões que se estabelecem como fatores que precisam ser solucionados, destacando-se, principalmente, as ocupações irregulares do espaço urbano, a exemplo do surgimento de aglomerações populacionais e ocupação de áreas escarpadas.

Até 1940, segundo Andrade (2012), o então bairro do Jacintinho era um sítio de propriedade do senhor José Jacinto. Naquele momento, o bairro que hoje conhecemos exibia uma variedade de vida selvagem, pois ainda conservava parte da sua cobertura florestal original: a Mata Atlântica, que foi sendo desmatada ao passo que o processo de ocupação desse território foi se aprofundando durante os decênios subsequentes. Hoje, segundo a ONG *Conservation International*, o bioma Mata Atlântica é considerado um *hot-spot*, região com alto grau de perturbações causadas pela ação humana, sobretudo no quesito desmatamento. Vale salientar que boa parte da madeira retirada da atual área do bairro, à época, serviu para a construção de casas, armazéns e outros estabelecimentos, iniciando, assim, a modelagem do perfil do bairro.

Como bem destaca Resende (2001), além do êxodo rural, o processo de gentrificação⁵⁵ foi um fator muito importante para a ocupação desse espaço, que, no fervor da década de 1950, contava com terrenos menos especulados, deste modo, sendo adquiridos ou ocupados por uma população que era, aos poucos, lançada às margens de uma urbanização “padrão ouro”⁵⁶, melhor dizendo, desarticulada, mas seletiva, sobretudo quando se direciona o olhar para a parte baixa de Maceió, o epicentro das atividades do desenvolvimento urbano ligado à importante dinâmica comercial em pleno vapor à época. A necessidade de moradia fez com

⁵⁵ O termo “Gentrificação” naturalmente é utilizado para fazer referência ao processo de segregação socioespacial nas áreas urbanas. Esse processo caracteriza-se pela valorização de áreas urbanas que, outrora, não tinham um grande valor agregado, deste modo, forçando a população residente a se mudar para áreas mais distantes do centro dinâmico, dando lugar às classes abastadas.

⁵⁶ A urbanização “padrão ouro” é uma ironia ao processo de ocupação e especulação do espaço antes ocupado pela população pobre, onde se inicia um processo de valorização dessas áreas, assim como o “despejo” de uma grande massa em detrimento dos interesses da classe alta maceioense.

que aos poucos esse espaço fosse sendo ocupado de forma desordenada, no contexto de técnicas urbanísticas.

Figura 3 - Grota Zé do Boi (Rua Santo Antônio no Bairro do Jacintinho)



Fonte: <https://maceio.al.gov.br/>, (2021).

A imagem acima representa uma das inúmeras ocupações irregulares presentes no bairro do Jacintinho. A ocupação de áreas de encosta é um problema que está presente em todo território brasileiro e, por isso, merece muita atenção. Os dois retângulos presentes na imagem destacam a colocação de lonas com a finalidade de amenizar o deslizamento de terra e possível soterramento das casas abaixo. É importante destacar que a erosão é um evento natural, ou seja, acontece independentemente da ação humana, contudo, ela pode ser acentuada a partir do processo de desmatamento, assim como através da ocupação de áreas propensas a esse evento que, como se pode notar, é o caso apresentado na imagem.

Em entrevistas realizadas por Resende (2001), foi constatado que o processo de ocupação do bairro se deu a partir da área mais próxima ao centro de Maceió por causa das necessidades apresentadas pelos habitantes, visto que, em seus primeiros anos de ocupação, não existia a presença de transportes públicos e nem saneamento básico.

As primeiras habitações surgiram nas regiões mais aproximadas do centro da cidade. Elas eram construídas entre os locais onde hoje se encontram o Canal 5 (antes um campo de futebol) e a 96 FM (na época, uma lavanderia), recebendo o nome de Jacintinho. Como não havia forma de transporte, era natural que o bairro fosse inicialmente se desenvolvendo na direção do centro da cidade, facilitando, principalmente, a locomoção aos locais de emprego. (RESENDE, 2001, p. 10)

Tomando como referências a instalação das primeiras habitações, por volta de 1940, o bairro só foi “contemplado” por linha de ônibus nos anos finais da década de 1960, através da empresa Santa Maria (RESENDE, 2001). O início da circulação de ônibus no bairro, embora insuficiente para atender à população residente, foi de fundamental importância para o aumento da mobilidade e dinâmica do bairro.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), hoje o bairro conta com uma população estimada de 86.514,00 habitantes; sua composição por gênero é dividida em 40.490 homens e 45.524 mulheres. Seu número populacional chama a atenção, haja vista que sua área é de aproximadamente 3.6 km².

Quadro 12 – Comparativo Populacional do Bairro do Jacintinho com Municípios Alagoanos

	MUNICÍPIOS ALAGOANOS	POPULAÇÃO (IBGE, 2021)
1	Maceió	1.031.597
2	Arapiraca	234.309
3	Rio Largo	75.662
4	Palmeira dos Índios	73.452
5	Penedo	64.005
6	São Miguel dos Campos	62.328
	BAIRRO DE MACEIÓ	POPULAÇÃO (IBGE, 2021)
*	Jacintinho	86.514

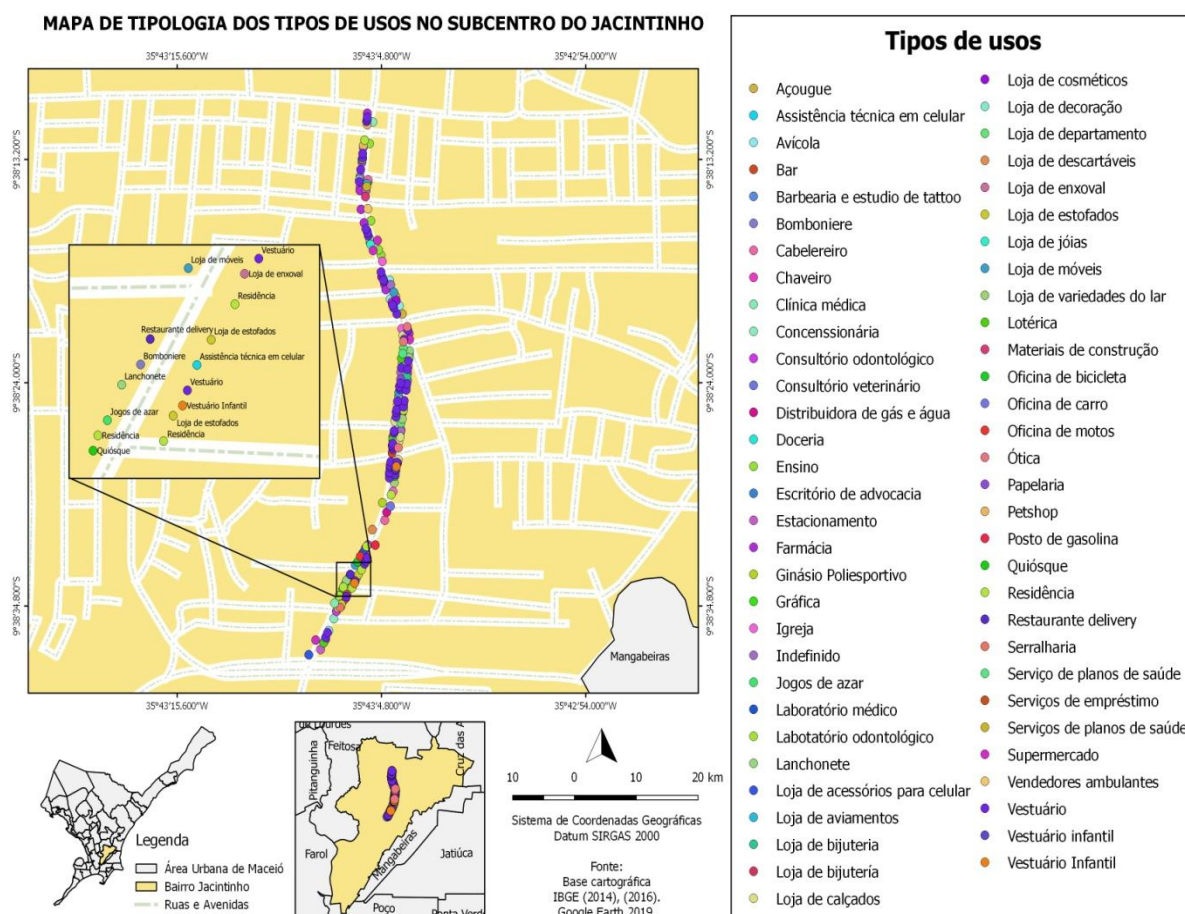
Fonte: IBGE (2021)

É notório que o bairro do Jacintinho apresenta um contingente e uma densidade populacional elevados, ultrapassando grande parte dos municípios alagoanos. A título de exemplo, o município com menor número de habitantes de Alagoas é Pindoba, contando com uma população de 2.905 habitantes de acordo com estimativa do IBGE (2021), com uma área de 117,6 km² e densidade demográfica de 24,7 habitantes por km². O Jacintinho é o segundo maior bairro de Maceió em número de habitantes, perdendo a primeira posição para o bairro Benedito Bentes, que conta com uma população estimada de 88.084 habitantes segundo o IBGE (2021).

O processo de descentralização das atividades vinculadas ao setor terciário fez surgir no bairro um importante subcentro com um considerável potencial de polarização das ruas: Cleto Campelo, São José e Alcides Ramos de Lima. Estas ruas delimitam uma significativa concentração de atividades ligadas ao comércio e prestação de serviço. Nelas é possível evidenciar os complexos usos do território pelos agentes ligados aos dois circuitos da economia urbana, contudo, predominantemente aqueles ligados ao circuito inferior em ação dialética com o circuito superior.

O processo de descentralização dos espaços urbanos, dentro da capital alagoana, fez surgir núcleos secundários, originados por meio da atração de unidades de empresas nos bairros, motivada pela busca de maiores rendimentos, por meio do crescimento do público consumidor e da redução de gastos com transporte e tempo. (CARVALHO, 2012, p. 46)

Mapa 5 - Tipos de usos do território no Subcentro do Jacintinho



Elaboração: Priscila Andreza dos Santos Buarque, 2020.

Como é possível observar no mapa anterior, a Rua Cleto Campelo conta com uma quantidade significativa de atividades ligadas aos mais variados seguimentos do comércio e serviços⁵⁷, gerando assim uma expressiva mobilidade econômica, além da quantidade de empregos diretos e indiretos para uma considerável parcela da população residente no bairro.

O desenvolvimento da economia popular do bairro ocorreu, essencialmente, devido à influência que o crescimento populacional e a sua localização geográfica exerceram sobre a necessidade da instalação de um mercado suficientemente dinâmico para atender a região. Assim, a Rua Cleto Campelo surgiu como alternativa aos próprios moradores do bairro e do seu entorno, permitindo que eles economizem tempo e dinheiro, pelo fato de agregar um grande número de estabelecimentos comerciais e contar com forte presença do setor informal. (CARVALHO, 2012, p. 46)

Quando analisamos a realidade do comércio do bairro do Jacintinho através das atividades formais e informais, é possível evidenciar que “o comércio ocupa um número considerável de pessoas. Em parte, pode-se explicar isso pelo fato de que, para entrar nessa atividade, só se tem a necessidade de pequena soma de dinheiro” (SANTOS, [1979] 2008, p. 209). Vale salientar que a definição de pequena soma toma como referência os valores exorbitantes empregados pelo circuito superior nas atividades que lhe compõem.

O segmento de vestuários, no bairro do Jacintinho, conta com um significativo número de lojas, assim como barracas, empregando uma considerável fatia da população do bairro e de regiões vizinhas. Outro segmento crescente é os *Petshops*, ramificando-se pela Rua Cleto Campelo e suas vértebras, inclusive na Rua São José. Além dessas atividades com significativa importância, é possível evidenciar o crescimento do número de açougues, farmácias, lanchonetes, barbearias e lojas de eletrônicos.

⁵⁷ Segundo Santos ([1979] 2008, p. 206) “Devido à má distribuição das rendas, é essencialmente por intermédio dos serviços que a massa da população participa da acumulação que se realiza na cidade. O consumo dos serviços pessoais é um dos elementos importantes do padrão de vida, e, nesse aspecto, as classes médias têm um comportamento semelhante ao das classes abastadas”.

Mapa 6 – Regiões Administrativas de Maceió



Fonte: Secretaria Municipal de Economia, 2023.

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	BAIRROS
RD - 1	Poço, Jaraguá, Ponta da Terra, Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca e Mangabeiras.
RD - 2	Centro, Ponta da Barra, Trapiche da Barra, Prado, Ponta Grossa, Levada e Vergel do Lago.
RD - 3	Farol, Pitanguinha, Pinho, Gruta de Lurdes, Canaã, Santo Amaro, Jardim Petrópolis e Ouro Preto.
RD - 4	Bebedouro, Chã do Bebedouro, Chã da Jaqueira, Bom Parto, Petrópolis, Sta. Amélia, Fernão Velho, Rio Novo, Mutange.
RD - 5	Jacintinho , Feitosa, Barro Duro, Serraria e São Jorge.
RD - 6	Benedito Bentes e Antares.
RD - 7	Santos Dumont, Clima Bom, Cidade Universitária, Santa Lúcia e Tabuleiro dos Martins.
RD - 8	Jacarecica, Garça Torta, Cruz das Almas, Riacho Doce, Pesqueira e Ipioca.

Fonte: (Plano Diretor de Maceió, Lei Municipal nº 5486 de 30/12/2005)

4.1 A feira livre e a formação do circuito inferior da economia urbana no bairro

As feiras livres manifestam-se como uma das tantas atividades que compõem o circuito inferior da economia urbana. Elas podem ser compreendidas a partir de vários olhares, a saber: lugar de encontro, espaço cultural, lugar de linguagens e formas; em um primeiro momento vista como um lugar onde a economia popular impera, e em um segundo; como o resultado de um processo estrutural da precarização do trabalho, o lócus do precariado, ou, pode se caracterizar como um lugar que engloba todas as características citadas e muito mais.

Os usos do território, em tempos de globalização, estão cada vez mais complexos, construídos por ideologias, perspectivas, olhares cada vez mais distintos. Neste momento, discutir-se-á a relação da feira livre com o circuito inferior da economia urbana, deste modo, aprofundando a perspectiva para uma análise empírica da atuação desta atividade e sua precarização no subcentro do Bairro do Jacintinho.

A feira e sua dialética de visões e realidades

Já se encontra enraizado em nosso entendimento que os arranjos do capitalismo sobre os territórios são seletivos, assemelhando-se a uma “partida de xadrez com duração indeterminada”. Este evento pode ser notado desde uma escala planetária, ao compararmos países, até a escala do lugar.

O modo como os sistemas de objetos e ações interagem, criando um determinado espaço, revela a complexidade de cada criação, trazendo às claras a contradição da globalização, assim como do próprio capital. Lembra-nos Santos (2008, p.15) “os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um continuum no tempo, mas variam quantitativamente e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão”.

Pensando a materialidade dessas construções singulares a parte da perspectiva do circuito inferior da economia urbana, com ênfase na feira livre, surge à necessidade de aprofundar-se um pouco mais nas principais características do circuito inferior, principalmente por sua manifestação tão acentuada no Bairro do Jacintinho. Logo abaixo, representamos, mais uma vez, a tabela que traz as características de cada circuito, portanto, tornando sua leitura mais prática, contudo, não menos complexa em sua materialidade analítica.

Quadro 13 - Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana

Variáveis	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade / fixo (em geral)	Pequena quantidade/ Submissão a negociações com compradores
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a Clientela	Impessoais e/ou com papeis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessário	Nulo
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda Governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Santos ([1979] 2008).

O circuito inferior da economia urbana apresenta conjunturas econômicas complexas e ao mesmo tempo interligadas e interdependentes, deste modo, fundando uma rede de comunicação que se modifica a todo o momento, metamorfoseando-se em conformidade aos interesses do modo de produção capitalista. Santos (2008) chama a atenção para algo muito importante ao analisarmos os dois circuitos da economia urbana tomando como ênfase as suas principais diferenças:

[...] a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização. [...] O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável. (SANTOS, 2008, p. 43)

A criatividade é um pilar central para o desenvolvimento das atividades do circuito inferior⁵⁸. Ao tomarmos a feira livre como referência, percebemos que esta característica é

⁵⁸ Segundo Santos (2008, p.187) “O atual modelo de crescimento econômico é responsável por uma distribuição de renda cada vez mais injusta [...] e impede a expansão do emprego, assim como o desenvolvimento de um

indispensável para o seu funcionamento orgânico. A ausência de capital intensivo, assim como alto grau de tecnologia, forçam seus agentes a desenvolverem métodos singulares para a comercialização de seus produtos, desde as publicidades até o modo de comunicação com a clientela.

Figura 4 - Banca de Feirante no Bairro do Jacintinho



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2023.⁵⁹

A banca representada na figura 4 pertence à feirante 01, uma das feirantes mais antigas do bairro. A feirante trabalha há 25 anos com essa atividade. Segundo ela, a resistência é uma das suas principais armas, pois criou seus filhos através dos recursos extraídos da feira. Mesmo com poucos recursos, é possível perceber que a sua criatividade é um dos motores que movimentam suas vendas. Atualmente, a utilização de placas para divulgação dos preços; máquina de cartão de crédito e conta bancária que possibilita movimentação de valores por meio de transferência na modalidade “PIX”, funciona como recursos indispensáveis para o desenvolvimento de sua atividade.

mercado interno para os produtos modernos. A existência do circuito inferior da economia urbana é uma das consequências principais dessa situação”.

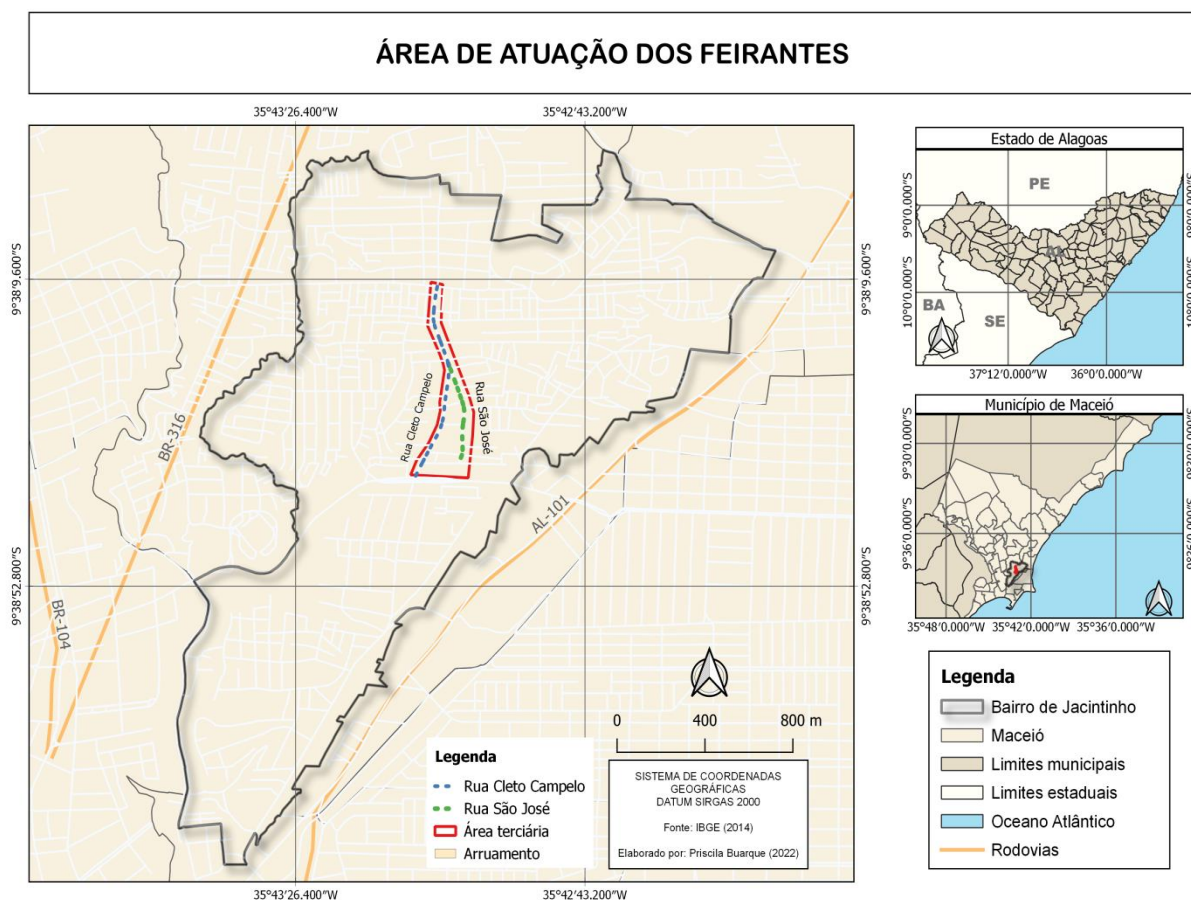
⁵⁹ Durante a entrevista, a feirante pediu para não colocar sua imagem, pois tinha medo de possíveis retaliações caso sua imagem aparecesse. “O medo de ser retirado do local é constante”.

Com base nas informações coletadas, e tomando como referência a atividade da feira, é possível perceber algumas mudanças significativas em atividades que estão no circuito inferior da economia urbana. A utilização de conta bancária, consequentemente, de máquinas de cartão de crédito e Pix é um exemplo do impacto da globalização em atividades pequenas, criando mobilidades nas vendas e nos gerenciamentos do negócio. Entretanto, encarecendo os valores dos produtos, pois, no caso da utilização da máquina de cartão, é preciso o pagamento de taxa pela utilização do serviço, muitas vezes, impactando a margem dos ganhos dos feirantes, tendo em vista que, com a finalidade de manter o regime concorrencial, prefere manter os preços das mercadorias baixos com estratégia de fidelização de suas clientelas.

De acordo com o quadro elaborado (SANTOS, 2008), uma das principais características do circuito inferior é sua intensividade, ou seja, trabalho intensivo, sobretudo, familiar, e isso pode ser visto na figura 4, pois não existe capital intensivo. Embora seja impactada pela variável apresentada no parágrafo anterior, cria uma grande conjuntura de estratégias.

A realidade da feirante 01 foi, intencionalmente, apresenta em desordem do restante da pesquisa, objetivando uma introdução ao estudo que será apresentado a partir desse momento. Tendo em vista esta perspectiva, trabalhar-se-á a teoria junto à prática, pois, a partir dos métodos analíticos apresentados por Santos (2008) e aplicações de questionários destinados aos feirantes, em um campo amostral de 20 entrevistados, poderemos compreender a teoria na prática. Deste modo, tratemos um pouco a respeito da feirinha do Jacintinho e a realidade do precariado atuante. É válido salientar que os questionários para esta pesquisa foram construídos com o objetivo de colher-se tanto informações pré-estabelecidas assim como questões abertas, no modelo de entrevista, ou seja, aplicou-se um questionário e, ao mesmo tempo, foram realizadas algumas entrevistas.

Mapa 7 - Área de Atuação dos Feirantes



Elaboração: Priscila Andreza dos Santos Buarque, 2021.

O processo de descentralização das atividades econômicas, principalmente, aquelas atividades ligadas ao setor terciário, em Maceió, contribuiu para o surgimento do que Villaça (1998) define como subcentro urbano⁶⁰.

Fator como aumento populacional, sobretudo, ligado as ocupações irregulares tão características do bairro, fez surgir um grande contingente de trabalhadores a postos para se submeterem ao intenso processo de exploração do trabalho que “escorregava” pelas ladeiras em construção até chegar ao centro da cidade; tem-se a linha tênue entre fome, desemprego, exploração, miséria, “escravidão” e o suor enquanto recompensa da tormenta. Essa realidade sem emoção retrata a verdade de uma evolução, mais do que nunca, representa o espaço do passado trajado de novas vestes/leis, mas como um bom “freguês” o trabalhador está sempre a esperar a vida melhorar, afinal de contas: que mal há?

⁶⁰ Segundo Villaça (1998, p. 293) “O subcentro consiste, portanto, muna réplica, em tamanho menor, do centro principal, com a qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar”.

Figura 5 – Feirantes do Bairro do Jacintinho



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

A organização

Uma das principais características do circuito inferior, no que toca ao emprego, é que essa modalidade, em geral, é intermitente, criando um círculo rotativo muito concentrado; já no âmbito do trabalho, o circuito inferior tem a capacidade de “absorção” considerável, haja vista a grande variedade de atividades que se ligam ao comércio e a prestação de serviços.

Ao pensarmos a respeito do segundo item do quadro 13 ‘organização’, tomando a feira livre do Jacintinho como referência, normalmente depara-se com uma significativa complexidade. Enquanto o circuito superior conta com uma organização burocrática, o circuito inferior conta com uma organização ainda primitiva, um verdadeiro reflexo da falta de capital intensivo inseridos na variável tecnologia, sobretudo, falta de um olhar cuidadoso e incentivador das autoridades municipais e estaduais, quiçá federais, possibilitando uma organização “minimamente” digna.

Figura 6 – Exemplo da organização da feira livre do bairro do Jacintinho



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

As margens e calçadas da Rua Cleto Campelo e Rua São José caracterizam-se como o território para o desenvolvimento das atividades do circuito inferior, sobretudo, a feira livre. A imagem acima reflete o nível de organização da atividade. Segundo a feirante 02⁶¹ a organização é um dos seus principais problemas, pois parte da estrutura que trabalha precisa ser desmontada diariamente, e a outra parte é fixa, contudo, ocupando um espaço “ilegal”.

A utilização de guarda-sol, estruturas metálicas enferrujadas e estruturas de concretos removíveis são uma das principais marcas de sua atividade. Essa organização primitiva é uma das evidências da precarização do trabalho, trazendo significativas inseguranças para o precariado. Segundo Santos ([1979] 2008, p. 218) “Os vendedores de rua constituem o nível inferior da pulverização do comércio, o último elo da cadeia de intermediários entre os importadores, industriais, atacadistas e o consumidor”.

⁶¹ A feirante identificada com o número 02 não quis que seu nome fosse divulgado. Diante disso, ela será identificada com esse número.

O descaso, o medo e a fome constituem “comorbidades” que afetam diretamente o modo como a feirinha do bairro do Jacintinho é desenvolvida. Segundo a feirante 02, além de não possuir recursos para investimentos em melhores estruturas, o medo, de um possível deslocamento de sua atividade para outro local, gera profunda insegurança, assim como a desestimula a investir em melhorias. Dos vinte entrevistados, apenas três demonstraram “ter” recursos e interesses em investir em infraestrutura e organização das suas atividades, ou seja, apenas 15% dos feirantes.

Ao pensar o medo a partir da realidade dos feirantes do bairro, dois âmbitos são marcantes. O primeiro é a escassez de segurança no bairro, sobretudo, durante o período noturno, deste modo, impactando diretamente a segurança da mercadoria que, em parte significativa, fica “guardada abaixo de banca e cobertas por lonas”. Alguns feirantes contratam o serviço de vigilância do bairro, empresa privada, contudo, ainda se sentem inseguros e acabam dormindo nas calçadas ou abaixo das bancas em dias que há maiores fluxos de pessoa: essas são formas encontradas para inibir roubos. O segundo medo é sustentado na possibilidade de marginalização de suas atividades através de um possível deslocamento para outra localidade.

Esse segundo medo tem um importante respaldo material. Em 17/03/2018, foi desenvolvida a ação de retirada dos feirantes da Rua Cleto Campelo. Segundo a publicação do AL TV 2ª Edição, a justificativa apresentada pelo município era diminuir os problemas das pessoas que passam pelo local, desafogando o trânsito e aumentando a mobilidade. Vale lembrar que a Rua Cleto Campelo e Rua São José delimitam uma importante área dinâmica de atuação desses feirantes e, por isso, suas localizações são de fundamental importância para existência e permanência deles.

Segundo relatos dos feirantes entrevistados, a ação de retirada de suas barracas foi feita sem aviso, além de ter sido exercida com violência, deste modo, causando-lhes grandes prejuízos, haja vista que algumas barracas foram destruídas e outras danificadas pela ação truculenta, sem mensurar as consideráveis perdas em suas mercadorias. A falta de regulamentação do uso do território para o desenvolvimento da atividade é um dos grandes problemas enfrentados por essa parte/feirantes do imenso precariado que atua no bairro.

Uma das principais ideias elaboradas pela prefeitura municipal de Maceió para solucionar o problema de localidade, foi estabelecer o descolamento da feirinha do Jacintinho para o mercado público, localizado na Rua Primeiro de Março, no bairro, contudo, os feirantes alegam profundas dificuldades nas vendas, pois a localidade não apresenta um intenso fluxo de pessoas, deste modo, reduzindo bastante seus rendimentos.

Figura 7 - Mercado Público do Jacintinho



Fonte: Google Maps, 2022.

Embora não disponham de nenhum sindicato, os feirantes defendem a regulamentação do uso do território no local atual (Ruas Cleto Campelo e São José). A idéia proposta é que seja estabelecida uma delimitação padronizada para que todos tenham direito de exercer suas atividades legalmente. A principal proposta é que seja criada uma área de 2 metros de largura por 1 metro de comprimento. Embora isso seja considerável, a falta de representatividade dos feirantes e interesse, por parte do município, tem deixado no plano das idéias, trazendo às claras a realidade de um precariado que clama por atenção, pois a fome bate a porta todos os dias e, em muitos momentos, é violenta.

Além desses fatores externos, internamente os usos do território ganham profundos significados e identidades. As disputas por espaço é uma marca significativa presente na feirinha do Jacintinho. Por não haver uma padronização na delimitação de ocupação e uso do território, muitos feirantes entram em atrito por alegarem que seus “vizinhos” de barraca invadem seus territórios ou têm barracas maiores que as suas. Há relatos de conflitos diretos com uso de violência.

Figura 8 – Ocupação das Calçadas e Rua



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

Outro problema recorrente, quanto à organização, é a utilização das calçadas para armazenamento de mercadorias, assim como a dificuldade de alocação de caixotes e partes de barracas. Segundo a prefeitura do município de Maceió, essa utilização indevida das calçadas gera profundas perturbações na mobilidade urbana do bairro. Para a prefeitura “Se as pessoas não conseguem trafegar pelas calçadas, elas são forçadas a trafegar nos locais de circulação dos veículos, deste modo, aumentando os índices de acidentes, assim como trazendo lentidão ao trânsito de uma rua tão movimentada quanto a Cleto Campelo”.

Quanto a esse fator apresentado acima, é possível identificar culpa/responsabilidade compartilhada. A organização é de fundamental importância para o funcionamento de qualquer atividade; desta forma, a feirinha do bairro do Jacintinho não foge à regra. Pelo que foi possível notar no fator organização, é necessário que a regulamentação da feira livre seja feita o mais rápido possível, pois trará benefícios para todas as áreas, sobretudo para a mobilidade urbana e feirantes, pois com a padronização do uso do território proporcionará benefícios para todos, sobretudo, no quesito segurança.

Os Capitais

Diferentemente da realidade apresentada no circuito superior da economia urbana, o circuito inferior apresenta um capital reduzido, apoiando-se diretamente no trabalho intensivo. O desenvolvimento de um trabalho familiar é uma das suas principais características, assim

como a execução da atividade, por longa jornada de trabalho, predominantemente ultrapassando oito horas.

As atividades do circuito superior dispõem do crédito bancário. Acontece frequentemente de as grandes firmas criarem e controlarem os bancos, o que é uma maneira de também controlar outras atividades e eventualmente absorvê-las. Uma boa parte dessas manipulações é feita por intermédio de papéis. (SANTOS, [1979] 2008, p. 44)

A maneira como o capital se desenvolve e mobiliza as atividades do circuito inferior⁶² é “atípica” quando comparada a perspectiva da noção apresentada na citação acima. A noção de crédito no circuito inferior apresenta tanto conotações quanto denotações singulares. Segundo Santos ([1979] 2008) as atividades do circuito inferior trabalham fortemente com o crédito pessoal direto, necessário, sobretudo, para os agentes que não dispõem da possibilidade de acúmulo de capitais que possibilitem a mobilidade de seus negócios. A dinâmica de compra e pagamentos no circuito inferior da economia necessita da presença maciça de dinheiro líquido.

Figura 9 – Banca do Feirante 3



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

⁶² Segundo Santos ([1979] 2008, p. 44) “As atividades do circuito inferior são baseadas simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido”.

Ao analisarmos essa perspectiva em lócus, tomando a feira livre do Jacintinho como exemplo, é possível chocar-se diretamente com escassez de capital. Os capitais empregados nas atividades são muitos reduzidos, dificultando a mobilidade e desenvolvimento da atividade. Santos esclarece que ([1979] 2008, p. 44) “As atividades do circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, enquanto que as do circuito inferior, tanto no comércio quanto na fabricação, trabalham com pequenas quantidades”.

A maioria dos produtos comercializados pelos feirantes (76,62%) é composta de gêneros alimentícios, tais como: verduras, frutas, peixes, raízes, caldo de cana e comércio de lanches (bolos, pizza, tortas). Adicionalmente a esses, são encontrados também CDs/DVDs e celulares, além de serviços de consertos em geral. (CARVALHO, 2012, p.47)

Como é possível notar na figura 09, o volume de mercadorias é muito reduzido⁶³. Em geral, por trabalharem com produtos com um alto índice de perecibilidade, a reposição das mercadorias acontece, em média, a cada dois dias. As dificuldades em acesso a créditos bancários é uma das principais dificuldades sinalizadas pelos feirantes. Segundo a feirante 03, quando questionada a respeito do capital investido, ela declara que vendeu uma motocicleta que tinha para investir em sua barraca.

Ela alega ainda que há muito tempo utiliza o benefício governamental bolsa família para mobilizar suas mercadorias e pagar parte de seus fornecedores. É válido salientar que essa realidade não é apenas dela, mas de grande parte dos feirantes entrevistados, haja vista que dos 20 feirantes entrevistados, 8 recebiam bolsa família e 12 receberam auxílio emergencial durante o período pandêmico.

Os feirantes argumentaram que durante o período de pandemia, caso não tivessem recebido o auxílio emergencial, teriam passado por profundas necessidades, sobretudo, fome, pois tiveram grandes perdas em seus volumes de venda, assim como perdas familiares, inclusive de pessoas que ajudavam financeiramente na economia familiar, sem falar em seus contágios através do Covid-19. Argumentam ainda que estão tendo grandes dificuldades para recuperar todas as perdas causadas pela pandemia.

⁶³ Segundo Santos ([1979] 2008, p. 45) “No circuito superior os capitais são comumente volumosos, em relação com a tecnologia utilizada. Ao contrário, no circuito inferior, as atividades “trabalho intensivo” utilizam capitais reduzidos e podem dispensar uma organização burocrática”.

O Trabalho

O circuito inferior da economia urbana tem uma grande capacidade de absorção de trabalhadores oriundos das mais diversas realidades. O desemprego dá origem ao subemprego tão característico desse circuito que, conseqüentemente, tem como um dos seus substratos, a pobreza⁶⁴.

O circuito inferior constitui também uma estrutura de abrigo para os cidadãos, antigos ou novos, desprovidos de capital e de qualificação profissional. Esses encontram bem rápido uma ocupação, mesmo que seja insignificante ou aleatória. A tendência das camadas média e abastadas de consumir mais serviços e pessoas quanto mais baixos forem os custos, assim como o fracionamento infinito das tarefas e das empresas, multiplicam os empregos: sapateiros, pequenos merceiros e vendedores ambulantes, carroceiros e motoristas de táxi, pedreiros e engraxates, carregadores de água, plantonistas, meninos de recados e domésticas de todo tipo. (SANTOS [1979] 2008, p. 203).

Figura 10 – Realidade do Precariado



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

⁶⁴ Segundo Santos ([1979] 2008, p. 193) “A pobreza é compatível com o crescimento rápido, se este é de origem recente” (E.A Johnson, 1970). Na realidade, a pobreza agrava-se por toda a parte, tanto nos países subdesenvolvidos que ingressaram recentemente “no caminho do progresso material”, como naqueles que começaram antes seu processo de integração nas ideias de progresso.

A feira livre e, em específico, a feirinha do Jacintinho é o resultado material dessa tendência observada pelo autor. Apesar de exercerem um trabalho honesto, o princípio da dignidade entra em um debate significativo, pois as faltas de condições materiais, sobretudo, no âmbito legal, organizacional, financeiro, entre outros, mostram a falta dessa dignidade tão desejada pelo precariado que se reveste na atividade dos feirantes do bairro do Jacintinho.

Cem por cento dos entrevistados desenvolvem a atividade/feirante em regime familiar. Alguns feirantes intercalam o horário de trabalho, ao dividir horários de trabalho para seus familiares ou, então, dias distintos. Tomando como referência a feirante 03, ela trabalha com suas duas filhas. Segundo ela, na segunda, quarta e sexta trabalha mais de doze horas, chegando à sua banca às 4h e 30 min da madrugada e saindo por volta da 6h da tarde. Na terça, quinta, sábado e domingo, as suas filhas intercalam entre si para estabelecerem os dias de trabalho de cada uma. Segundo a feirante, não é necessário que duas pessoas fiquem responsáveis pela banca durante o dia, pois a banca é pequena, deste modo, otimizando o tempo.

Aprofundando um pouco na perspectiva da informalidade e sua materialidade na vida do precariado estudado, foi possível colher importantes relatos dos feirantes entrevistados. Dos 20 feirantes entrevistados, 8% gostariam de trabalhar com carteira assinada e deixar de trabalhar na feira, os demais argumentam, de modo geral, que preferem trabalhar na feira por conseguirem uma renda superior a um salário mínimo ao final do mês. Contudo, há um fator interessante nessas respostas, pois consideram seus ganhos sem os dividir com as demais pessoas que trabalham com eles, a exemplo de filhos e cônjuges, pois, como já apontado, desempenham atividade familiar.

O ingresso nas atividades do circuito inferior geralmente é fácil, na medida em que, para isso, é mais necessário o trabalho do que o capital. E como a mão-de-obra é barata, não é difícil começar um negócio. Os empregados, se necessários, são encontrados com facilidade, porque a notícia de oportunidade de trabalho circula rapidamente. (SANTOS [1979] 2008, p. 205).

A grande “esponja” materializa a grande miséria que se confirma como um dos pilares do circuito inferior. A realidade do trabalho, vista do lado de cá, revela o descaso, a incerteza, a vulnerabilidade de uma população padecida ao interesse de uma minoria cada vez mais inserida em um mundo paralelo, o mundo cada vez mais técnico-científico-informacional, ao passo que a maioria, em sua considerável porção, ainda está longe de alcançá-lo, quiçá entendê-lo, mesmo que de longe.

Os usos do território pelos feirantes, ambulantes, carroceiros, entre outros, criam um subsistema de atuação que, por conseguinte, configura uma ou várias morfologias na constituição socioespacial que não se confunde com reproduções semelhantes, ou seja, tem sua identidade e, por mais que existam organizações parecidas em outros bairros, nunca serão iguais.

O trabalho no circuito inferior da economia reflete-se em várias rugosidades, basta ver a realidade dos feirantes e ambulantes no bairro do Jacintinho e compará-los com trabalhos ligados ao mesmo setor terciário, que são providos de capital e tecnologias em alto grau. Para Santos (2012, p.140):

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.

Quando Santos (2012) se referiu à perspectiva de rugosidade a ligou diretamente as formas, ao espaço construído e, conseqüentemente, a suas reconstruções. Contudo, posso e devo ir além e imprimir esse conceito em um âmbito do trabalho como o principal motor provedor da construção desse espaço que apresenta elementos do passado convivendo e sendo ressignificado por elementos do presente. *Deste modo, o precarizado estudado apresenta-se na condição de rugosidades que convive diretamente com o presente e constantemente sofre ressignificações, recebe novas vestes, contudo, ainda são feirantes, ambulantes, engraxates, domésticas, etc.*

Essa é a natureza do trabalho nesse circuito. É válido deixar claro que os feirantes não são feirantes porque sentem a necessidade de manter uma tradição familiar ou porque acham uma atividade de extrema rentabilidade, pelo contrário, em sua predominância, desenvolvem esse tipo de atividade pela necessidade de se manterem vivos, sendo esta atividade o meio rápido e mais acessível para que possam sobreviver; desta forma, confirmando mais uma vez as proposições feitas por (SANTOS, [1979] 2008).

O emprego, no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital. O contrato frequentemente assume a forma de um acordo pessoal entre patrão e empregado, mas a importância do trabalho familiar, como nos lembre McGee (1972), e do trabalho autônomo ou *Sef employment*, é grande. A média de ocupação por unidade de ocupação é baixa; mas, em compensação, o número global de pessoas ocupadas é considerável. (SANTOS, [1979] 2008, p. 45)

Embora a feira livre exerça grande importância para a dinâmica econômica do bairro do Jacintinho, é importante compreender a realidade do trabalho de seus agentes. Os usos do território não encontram respostas em si ao não ser que lhes atribuamos um olhar analítico alicerçado em um objetivo central e por isso é válido evidenciar o grande estado de miséria que o precariado “travestido” de feirantes tem enfrentado constantemente. *A grande variedade de cores presentes nas bancas e os sorrisos forçados para agradar a clientela camuflam a dor da falta de esperança de um dia melhor, de uma mudança de vida.*

Alguns Dados e Relatos

Tabela 1 - Nível Educacional dos Feirantes Entrevistados

Nível Educacional dos Feirantes EA ⁶⁵ (20)	Número
Analfabetos	6
Anos Iniciais (4º e 5º anos) apenas	0
Fundamental Incompleto	3
Fundamental Completo apenas	7
Médio Incompleto	2
Médio Completo	2
Superior	0

Elaboração: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

A realidade apresentada acima não pertence apenas aos feirantes do bairro do Jacintinho, mas, a uma grande massa de pessoas que exercem algum tipo de atividade que esteja ligada ao circuito inferior da economia, sobretudo, atividades que estejam alicerçadas na informalidade, tendo em vista que a necessidade de se possuir um nível escolar mais avançado, a exemplo do ensino médio ou graduação é, consideravelmente, menor.

Muitos feirantes entrevistados falaram um pouco sobre suas histórias de vida e muitas delas são impactantes assim como são o reflexo de tantas realidades que coexistem no circuito. O feirante 06, juntamente com sua esposa, relata dificuldades em conciliar a atividade realizada com o estudo, mesmo em período noturno. Eles trabalham mais de 12h diárias, além disso, têm dois filhos que estão no ensino fundamental. Segundo os mesmos, preferem oportunizar a educação dos filhos com a finalidade de lhes proporcionar uma vida melhor, distante da atividade de feirante.

⁶⁵ “EA” significa espaço amostral da pesquisa. Ou seja, os questionários/entrevistas foram aplicados a um quantitativo de 20 feirantes. Não foi possível ampliar o espaço amostral dada à dificuldade de recepção dos mesmos, pois sentem medo em responder as perguntas e se comprometerem tendo em vista uma “possível” represália por parte do órgão e pessoas responsáveis pela fiscalização.

Imagina-se que existam alguns colegas geógrafos que, ao chegarem até este momento da leitura, chocaram-se com a realidade apresentada, sobretudo, por elaborarem alguns trabalhos “romantizados”, onde consideram a atividade em detrimento dos agentes que a realiza. Isso é resultado do fato de direcionarem-se, exclusivamente, para as formas e estruturas em detrimento dos processos e formações, esquecendo-se do laço dialético existentes entre essas instâncias. Contudo, continuemos a análise.

A feirante 07, após responder o questionário/entrevista, continuou conversando e compartilhando sobre seu desejo em cursar veterinária em uma Universidade Pública, contudo, argumenta que se deixar a feira não terá como alimentar sua família que precisa dos rendimentos propiciados pela venda de frutas e legumes para sobreviverem. Segundo ela, a sua mãe trabalhou mais de 40 anos nessa atividade; após sua morte, ela teve que assumir sua função, pois não tinha outra opção melhor ou quem pudesse a substituir para que buscasse um trabalho melhor, haja vista que já concluiu o ensino médio.

Tabela 2 - Renda Mensal dos Feirantes Entrevistados

Renda Mensal EA (20)	Número
Menos de 1 Salário Mínimo	2
De 1 a 2 Salários Mínimos	11
De 3 a 4 Salários Mínimos	4
De 5 a 6 Salários Mínimos	3
De 7 a 8 Salários Mínimos	0
Mais de 8 Salários Mínimos	0

Elaboração: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

No circuito inferior, a acumulação de capital não constituiu a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna. (SANTOS, [1978] 2008, p. 46)

A margem de lucratividade apresentada pela maioria dos feirantes ainda é muito baixa quando comparada as horas trabalhadas. Se considerarmos os trabalhadores que ganham de um a dois salários mínimos, é possível compreender o quanto a sua hora de trabalho é desvalorizada. Essas pessoas trabalham no mínimo 12h por dias. Se considerarmos seus ganhos com um total de dois salários mínimos com base no valor de R\$1.302,00 um salário mínimo, é possível compreender que o valor de sua hora trabalhada equivale a aproximadamente R\$ 7, 24 reais em 30 dias de trabalho.

Se fizermos o mesmo calculo considerando o mês trabalhado de uma pessoa com carteira assinada trabalhando 8 horas por dia e, aproximadamente, 4 dias de folga ao mês e

ganhando o mesmo valor do feirante do exemplo acima, é possível evidenciar uma grande distorção, vejamos: a hora de trabalho terá um valor aproximado de R\$12,52 reais, além disso, trabalhará 26 dias, além dos benefícios estabelecidos em lei, a exemplo férias periódicas, décimo terceiro salário, entre outros.

O objetivo de apresentar essas duas realidades não é de valorizar o trabalho com carteira assinada, mas apresentar um dos pilares da precarização do trabalho que é alicerce no desenvolvimento do trabalho dos feirantes: jornada de trabalho, pois trabalham o dobro, ganhando teoricamente o mesmo valor, não tendo direitos aos benefícios governamentais que protegem o trabalhador, assim como convivem diariamente com o medo de não vender seus produtos e, consequentemente, perder o valor investido.

A feirante 11, quando questionada a respeito das horas de trabalho, argumenta que boa parte da sua vida se esvai nas transições dos dias na Rua Cleto Campelo. Segundo ela, chega a casa geralmente entre 19h às 20h. Enfatiza que deixa as atividades do lar divididas para seus filhos. Ao chegar em casa, o jantar, conhecido como “café”, já está pronto, após isso, confere quanto vendeu e quais produtos precisam ser repostos no dia seguinte. Após conferir, entra em contato com seu fornecedor no mercado público municipal para que separe suas compras com a finalidade de, no dia seguinte, as repor.

Tabela 3 - Aspectos de Funcionamento da Atividade

Aspectos de Funcionamento EA (20)	
Mecanismos de Gerenciamento	Número
Utilizam Máquina de Cartão de Crédito	18/20
Utilizam Pix	13/20
Possuem Estoques	20/20
Empregam Parentes	20/20
Utilizam Serviços de Entrega próprio	5/20
Utilizam Serviços de Entrega Secundário	0/20
Têm bancas em outro bairro	3/20
Interesse em expandir a atividade	7/20
Pretensão em parar com a atividade	8/20
Pagamento na “modalidade” “fiado”	20/20

Elaboração: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

Segundo Carvalho (2012), 81% dos feirantes têm procedência no bairro do Jacintinho, desta forma, atribuindo-lhes um convívio e história com a maioria das pessoas que frequentam a feira diariamente. Esse estreitamento de relações cria a possibilidade de abertura de uma maior clientela, todavia gera um problema que é pilar nas atividades do circuito inferior: *tickets*, o fiado, caracterizado como compra para pagamento em uma data

determinada; ou, como geralmente funciona, quando os clientes tiverem dinheiro para pagar o que outrora comprou.

A falta de controle de recebimentos afeta diretamente os pagamentos aos fornecedores, criando barreiras para a reposição dos produtos, assim como criando dívidas que se acumulam ao longo do tempo. A feirante 07 argumenta que o fiado tem “dois lados de uma mesma moeda”, o primeiro é que cria certa fidelidade com a clientela, o outro lado é a demora para recebimento dos valores, afetando diretamente seus repasses e controle de lucros por mercadoria comprada. Segundo a feirante citada, uma das maneiras que encontrou para amenizar o impacto gerado pelo fiado foi a utilização de máquina de cartão de crédito e o pix. Apesar disso, a predominância de suas vendas ainda são feitas por meio do fiado.

Quanto à existência de estoques, os feirantes entrevistados argumentam que possuem pequenos estoques, pois, como já mencionamos, eles trabalham com produtos com um alto índice de perecibilidade, desta forma, impossibilitando a criação de grandes reservas para reposição. Contudo, existe a armazenagem de curto prazo, geralmente para o mesmo dia. Tomando a banca da feirante 11 como exemplo, é possível visualizar alguns caixotes para reposição de suas mercadorias.

Figura 11 – Caixotes de reposição de Mercadoria



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

Tratando-se do serviço de entrega de suas mercadorias à clientela, apenas cinco feirantes apresentaram o serviço. Eles possuem motocicletas próprias, além disso, firmam parcerias com carroceiros. Para esses feirantes, embora o valor de suas mercadorias fique

acima da concorrência, cria-se uma fidelidade com a clientela que procura esse tipo de serviço, justamente pela comodidade que ele proporciona.

Como é possível notar em todas as informações apresentadas até o momento, a realidade dos feirantes do bairro do Jacintinho não é fácil, pois enfrentam uma conjuntura muito complexa que se apresenta desde o território utilizado, conflitos internos, conflitos externos com a administração pública, até questões de gerenciamento de produtos perecíveis. Todas as circunstâncias afetam diretamente seus ganhos e, conseqüentemente, suas motivações, para permanecerem na atividade.

Empreendedor sem capital.

A sua luta pela sobrevivência é a sua grande rival que prescinde de beleza.

Vender os frutos da natureza é um paradoxo em uma contramão.

Os seus sorrisos e brincadeiras escondem a sua desilusão de uma vida.

É triste pensar que a sua riqueza se materializa em um pedaço de pão sem bebida.

Não existe suavização!

Isto é o retrato dos oprimidos de uma vida que não é mais sua,

O labor da feira revela a sua cara nua e crua sem rodeios.

Então qual o segredo para superar todos os anseios de um povo sem “classe”⁶⁶?

Talvez a resposta seja encontrada em “Por uma outra globalização”, (Santos, [2000] 2015).

⁶⁶ Sugere-se que após a leitura do trabalho, retorne-se para o poema e o leia novamente. Assim será possível compreender o significado do termo destacado.

4.2 Da totalidade ao lugar: o precariado digital encapuzado de entregador

Antes de investigar o contexto da precarização do trabalho dos entregadores conectados às plataformas digitais, é preciso abordar algumas questões conceituais, bem como examinar a questão sob uma perspectiva mais ampla, a fim de permitir uma análise comparativa significativa, destacando as semelhanças e discrepâncias entre os usos e abusos do trabalho e dos territórios. Assim, começaremos com o conceito de "uberização do trabalho".

Segundo Abílio (2020a, p. 112):

A uberização do trabalho define uma tendência em curso que pode ser generalizável pelas relações de trabalho, que abarca diferentes setores da economia, tipos de ocupação, níveis de qualificação e rendimento, condições de trabalho, em âmbito global. Derivado do fenômeno social que tomou visibilidade com a entrada da empresa Uber no mercado, em realidade o termo uberização se refere a processos que não se restringem a essa empresa nem se iniciam com ela, e que culminam em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho

Embora seja uma tentativa de definição muito importante para a compreensão da realidade do trabalho digital, o termo “uberização do trabalho”, nesta pesquisa, sofrerá alteração. A fim de melhor compreender a realidade do trabalho digital, abordar-se-á o conceito de "Capitalismo de Plataforma" como uma grande engrenagem de gestão do trabalho digital em substituição ao conceito “uberização do trabalho”. Além disso, para examinar o trabalho ligado a este capitalismo, utilizar-se-á o termo "precariado digital"⁶⁷, acreditando que ele melhor captura a discussão sobre a precariedade do trabalho inserida no controle do trabalho analisado.

Não se deseja desconsiderar a percepção abordada pelo autor; de fato, concorda-se com a caracterização que ele expõe em relação à uberização. No entanto, acredita-se que esse significado encontrará maior aplicabilidade no conceito que já foi proposto.

O precariado digital é um dos principais pilares que dão vida ao funcionamento de plataformas digitais como a Uber entregador, Ifood, 99, Rappi, entre outras. É válido lembrar que essas plataformas, embora exerçam atividades semelhantes, apresentam organizações singulares que perpassam circuitos espaciais de produção⁶⁸ distintos, deste modo, carecendo

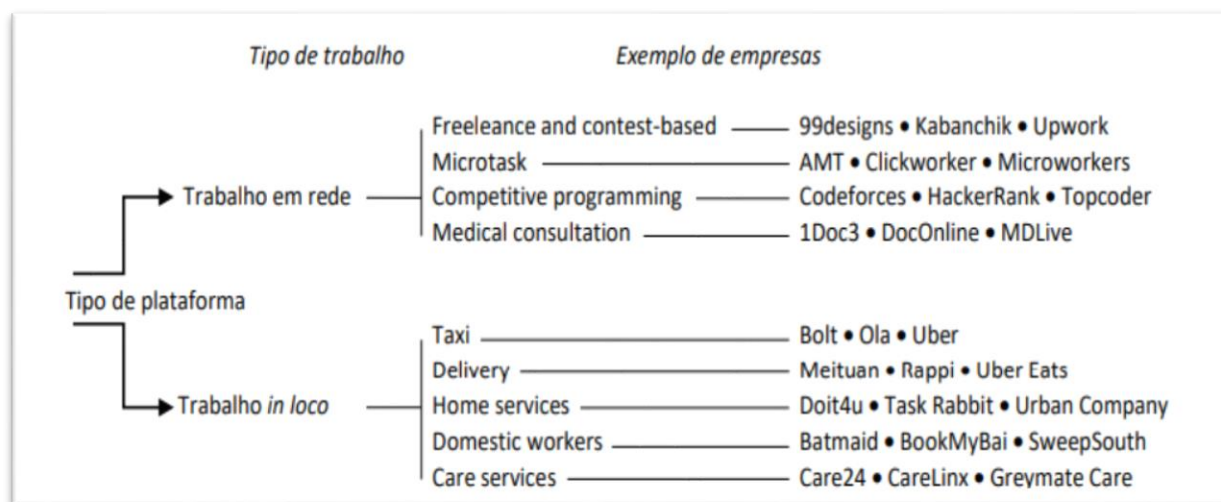
⁶⁷ O termo “Precariado Digital” surge como possibilidade de classificação e identificação dessa nova modalidade de trabalho.

⁶⁸ Segundo Santos ([1988] 2014, p. 55) “O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Já não podemos falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos de falar de circuitos espaciais da produção. Esses seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”.

um olhar analítico que apresente suas singularidades e similaridades, por fim, evitando erros analíticos que geralmente as coloca em um só modelo, como se os produtos, trabalhadores e consumidores fossem os mesmos. A Uber entregador oferece transporte de passageiros por meio do aplicativo, assim como entrega de produtos das mais variadas especificidades, diferentemente do ifood, que disponibiliza serviços de publicidade e *delivery* de produtos diversos, sobretudo, alimentícios.

Com base em um estudo recente realizado por Cipolla, Aquino, Giorgi, (2022), a partir do relatório da série “*World Employment and Social Outlook da OIT (2021)*”⁶⁹ é possível evidenciar que as plataformas digitais agregam uma significativa variedade de trabalhos, além disso, conta com uma importante divisão gerencial e operacional. Segundo o relatório, uma parte significativa do trabalho digital é desenvolvido na modalidade *cloud work*, ou seja, trabalho em rede, o qual pode ser executado de qualquer lugar do planeta, já a outra modalidade é definida como *ground work*, ou seja, trabalho local; essa modalidade, embora seja mobilizada por aplicativo, necessita de uma execução em locais específicos, é o caso do trabalho realizado pelos entregadores (CIPOLLA; AQUINO; GIORGI, 2022).

Quadro 14 - Tipos de Plataformas Digitais Segundo o *International Labor Organization*



Fonte: Cipolla, Aquino, Giorgi, (2022)⁷⁰

Seja no trabalho em rede ou no trabalho *in loco*, o precariado digital tem como uma das suas principais características a superexploração do trabalho que se materializa na quantidade de horas trabalhadas, geralmente ultrapassando doze horas de efetivo serviço, ausência de direitos trabalhistas, utilização de seus bens para realização do trabalho, assim

⁶⁹ Cipolla, Aquino, Giorgi, (2022, p. 672)

⁷⁰ A imagem foi adaptada pelos autores citados.

como exposição aos perigos proporcionados pelo trânsito caótico das cidades; esses mecanismos de precarização/subordinação são gerenciados por múltiplas plataformas digitais que entraram em um estado de ascensão através da manipulação de todas as máquinas públicas em todo mundo.

O capitalismo de plataformas está atravessando seu zênite global. De acordo com o último relatório de economia digital da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), divulgado em 2019, a exportação de serviços digitais somou US\$ 2,9 trilhões ou o equivalente a 50% das exportações globais de serviços. Entre países de renda média, os serviços digitais responderam por 16% do total das exportações de serviços, que mais do que triplicaram entre 2005 e 2018. (FERRARIO; SANTANA, 2021, p. 01)

As plataformas digitais são responsáveis por uma significativa dinâmica econômica que se engendra “como erva daninha” na economia mundial, criando um ou muitos espaços de negociações que transcende a realidade material e aporta-se no ciberespaço. Ainda segundo Ferrario e Santana (2021), a expansão desse novo modelo econômico é resultado do que definem como “*capitalismo de vigilância*”, que tem como uma de suas características a degradação da individualidade e privacidade; tudo se torna conhecido a partir de uma pesquisa qualquer feita em um buscador como o Google; os interesses são codificados, criam-se perfis de consumo, direcionando anúncios e propagandas “do seu interesse”.

Nos últimos anos, respaldado por todo desenvolvimento tecnológico e fragilização das legislações de muitos países, colocando em discussão suas soberanias, o capitalismo de plataforma tem adentrado os territórios e normatizado seus usos com base em seus interesses, essa é a verdadeira força do neoliberalismo em ação. Segundo Ferrario e Santana (2021, p. 01):

Alguns mastodontes da economia de plataformas se destacam: a Google monopoliza 90% do mercado de buscas pela internet, o Facebook responde por 2/3 do mercado global de mídias sociais e é a principal plataforma de mídia social em mais de 90% das economias em todo o mundo, enquanto a Amazon controla 40% do comércio varejista online mundial, o mesmo percentual controlado pelo seu braço no mercado de serviços de infraestrutura de nuvem, o Amazon Web Services. As plataformas digitais chinesas e estadunidenses respondem por 90% do valor de capitalização de mercado das 70 maiores plataformas digitais do mundo.

Ao se direcionar os olhares para plataformas ligadas ao comércio varejista online, segundo o CETIC⁷¹ aproximadamente 43 milhões de brasileiros realizam compras pela internet (FERRARIO; SANTANA, 2021). Plataformas como Ifood, Rappi e 99 são lideranças do mercado de vendas por aplicativo em seus segmentos, contando com uma

⁷¹ Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação.

imensa quantidade de vendas diárias, assim como de entregadores cadastrados, contudo, sem vínculo empregatício, caindo diretamente no ideário do empreendedorismo digital, ou *empreendedorismo dos miseráveis*⁷².

O mundo produtivo contemporâneo, particularmente a partir do amplo processo de reestruturação do capital desencadeado em escala global no início da década de 1970, vem apresentando um claro sentido multiforme. Por um lado, acentuando as tendências de informalização da força de trabalho em todo o mundo e de aumento dos níveis de precarização da classe trabalhadora. No outro lado do pêndulo, as tendências em curso nas últimas décadas estariam sinalizando traços que seriam vistos como mais “positivos”, em direção a uma maior intelectualização do trabalho, sobretudo nos ramos dotados de grande impacto tecnológico-informacional-digital. (ANTUNES, 2015, p. 76)

Em um âmbito paradoxal, os donos dos meios de produção sempre forneceram os instrumentos de trabalho para que o proletariado pudesse exercer a atividade a qual foi empregado, assim como estabeleciam horas de trabalho fixas; não é que essa relação de trabalho não exista ainda nos dias atuais, mas estamos acompanhando profundas alterações no cenário descrito acima, sobretudo, nos pilares organizacionais desse novo capitalismo informacional que fez surgir novos tipos e organizações de trabalho, que têm descaracterizado, cada vez mais, a dignidade humana, tornando a “natureza” do trabalho cada vez mais precária e análoga ao escravismo sustentada nos tentáculos de legislações mais “flexíveis”.

Em uma matéria publicada pela Carta Capital (2021)⁷³, Renan Kalil argumenta que:

Nas relações de trabalho, por exemplo, “colaborador” pretende transmitir a imagem de que existe uma relação horizontal entre empregado e empregador, sem hierarquias. Mas sabemos que a realidade é outra: as relações de trabalho são caracterizadas pela subordinação. E quando a empresa passa por dificuldades a corda arrebenta do lado mais fraco.

A fictícia ideia de empreendedorismo⁷⁴ tem se tornado base para a ilusão da autogestão de tempo de trabalho, volume de ganhos ligados a metas diárias, assim como liberdade de realizações de trabalhos paralelos. Tomando como exemplo os trabalhadores ligados ao serviço de entrega do Ifood, Rappi, é possível compreender a fragilidade da

⁷² O termo “Empreendedorismo dos miseráveis” representa uma ironia, deste modo, fazendo uma reflexão ao modo como o capitalismo realmente entende a noção que criou: empreendedorismo, e como ela se aplica na realidade, não como fábula “possibilidade de ascensão econômica e social dessas pessoas”, mas como um verdadeiro aprisionamento que às segam, criando um processo singular de alienação.

⁷³ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/capitalismo-de-plataforma-o-conceito-que-melhor-explica-as-relacoes-de-trabalho-digitais/>

⁷⁴ Segundo Alves (2007, p. 170) “A ideologia do auto-empresendedorismo é a solução fictícia à crise estrutural do mercado de trabalho capitalista. Nesta ótica ideológica, cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos”.

atividade, vejamos: para que o “colaborador”/entregador possa se cadastrar é necessário possuir motocicleta ou bicicleta, ou então alugar tais meios; todos os custos com manutenção, abastecimento do veículo e alimentação é de inteira responsabilidade do “colaborador”.

Esses trabalhadores não têm direito a nenhuma garantia de proteção legal ao trabalho; deste modo, é importante questionarmos que tipo de empreendedorismo é esse?

Quanto mais avança o receituário imposto pelo capital financeiro, mais se esparrama essa pragmática *letal* para o trabalho. Consequência: proliferam, em todos os cantos, as mais diversas formas de trabalho terceirizado, *part time*, desprovidas de direitos ou “pejotizadas”. A precarização do trabalho se expressa ainda na disseminação das falsas cooperativas, no apelo ao voluntariado, assim como no incentivo ao empreendedorismo – uma espécie de empregador e assalariado de si próprio. (ANTUNES, 2015, p. 195)

O precariado encapuzado de entregadores ligados a plataformas como as citadas, representam uma pequena parte do cenário miserável do trabalho no mundo e em especial no Brasil. A perspectiva de uma ascensão econômica pautada na liberdade: ideias de trabalho sem paredes, sem “supervisão” e com rendas consideráveis quando comparados com a base salarial brasileira esconde a verdadeira face da corrosão dos direitos trabalhistas, assim como o aumento da desarticulação de classes, sobretudo; dos sindicatos, pior que isso: corrói-se a ideia de classe-em-si e consequentemente de classe-para-si. Resultado de um reconhecimento cada vez mais escasso e que vai se perdendo pela fragmentação do trabalho imposta pelas plataformas.

A uberização⁷⁵ já tem atingido diversas categorias profissionais, como motoristas, por meio da plataforma uber, por exemplo; motofretistas, por plataformas como Rappi, Ifood e Uber eats; professores, que já podem ser contratados em plataformas como a eduqi; e empregadas domésticas, com a plataforma parafuzo, por exemplo – e tende a se expandir. A ideia é a mesma, independentemente da profissão: gerar um suposto empreendedorismo ilimitado, capaz de baratear a mão de obra e isentar o tomador de serviços - no caso, a plataforma digital - de qualquer ônus previdenciário ou trabalhista. Assim, o trabalhador, como exposto, está submetido a um controle por algoritmos, sem qualquer proteção social e, consequentemente, é o responsável pelos riscos do que se tenta caracterizar como sendo seu negócio. (COELHO; JESUS; SILVA, 2021, p 41).

Algoritmos e Entregadores

Além de toda precariedade do trabalho já apresentada no âmbito legislativo, os entregadores ainda enfrentam a brutal desvalorização do seu trabalho materializada nos preços

⁷⁵ Lembramos que adotamos a noção de **Capitalismo de Plataforma** e com relação aos trabalhadores inseridos nela utilizaremos o termo **precariado digital**.

de entregas estabelecidos pela plataforma. Esses preços são criados por meio de algoritmos que “teoricamente” calculam o valor da entrega com base na distância, valor do combustível, valor do trabalho de locomoção do entregador, entre outras circunstâncias que são analisadas, contudo, apesar da grande variedade de variáveis que são teoricamente “analisadas” pelas plataformas, os valores estabelecidos são bem abaixo do esperado pelos entregadores, que alegam, em muitos momentos, não compensar seu deslocamento.

Existem vários caminhos para explicar a tamanha desvalorização dos preços das entregas, contudo, o que mais chama atenção é o grande volume de entregadores que se ligam às plataformas diariamente, deste modo, não diferente do que ocorre naturalmente com a lei da oferta e procura, cria-se uma zona de desvalorização do preço da entrega, tendo em vista que além do considerável volume de entregadores já “parceiros” das plataformas, existe um número tão grande quanto de *exército de reserva digital* esperando o aceite da plataforma para iniciarem a atividade.

Ora, a diminuição dos fretes beneficia as plataformas, pois permite um aumento da escala de operações com o mesmo capital inicial adiantado e, assim, um aumento da lucratividade. Como são as plataformas que realizam todas as operações de comunicação, determinação do frete e pagamentos às partes envolvidas na relação de compra e venda, não é de estranhar que o protesto dos trabalhadores se dirija contra elas. (CIPOLLA; AQUINO; GIORGI, 2022, p.674)

Nos últimos anos, tem-se acompanhado importantes movimentos de paralisação dos entregadores com finalidades diversas, dentre elas, proteção de um valor de entregas que realmente leve em consideração todo valor do trabalho empregado pelos entregadores, principalmente em relação às recentes flutuações do preço do combustível. Segundo matéria publicada⁷⁶ em 2021, por Gabriela Mancau, no site Brasil de Fato, nas cidades Paulínia, de São Carlos, Bauru, além de **Maceió**, trabalhadores vinculados ao Ifood fizeram paralisações solicitando atenção da empresa em relação a melhores condições de trabalho, sobretudo, melhores valores das entregas.

O valor da sua força de trabalho está agregado a cada entrega realizada após retirada de todos os custos agregados. A cada entrega, a plataforma estabelece porcentagens de ganhos diferentes com base, sobretudo, na distância. Para o cliente, aparece na tela de seu celular um valor específico da entrega que se agregará ao valor final do seu produto. Plataformas digitais como Ifood estabelecem relações de *intermediações* sem possuir uma motocicleta; sem

⁷⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/11/greves-de-entregadores-contras-apps-de-delivery-se-espalham-e-ja-duram-dias>

produzir um lanche e sem ter custos diretos no circuito espacial de produção, isso realmente é chocante.

Segundo o Ifood, o valor da entrega é calculado com base na distância, logística da cidade, volume de pedidos. A empresa ainda acrescenta que quando o estabelecimento opta pela entrega via Ifood, geralmente os custos por quilometragem são estabelecidos da seguinte forma: 1km até 2 km = R\$ 5,00; 3 km até 5 km = R\$ 8,00; 5km até 7km = R\$ 10,00. É importante falar que os valores são meramente exemplificativos, pois, na prática, sofrem alteração a partir da realidade de cada localidade.

Ainda segundo a plataforma⁷⁷, em setembro de 2020, em média, os entregadores passaram a ganhar R\$ 23,43 por hora trabalhada. Teoricamente, esses trabalhadores ganhariam mensalmente, trabalhando de domingo a domingo, doze horas por dias, o valor de R\$ 8.434,8, o que é uma falácia. Essa pregação de valores exorbitantes reflete a máscara do “empreendedorismo de miséria”.

Ter a liberdade de contratar trabalhadores autônomos, usar o trabalho intermitente, transformando o empregado num empreendedor de si mesmo, por tempo parcial, por teletrabalho, bem como todas as formas precárias de trabalho com nuances e vulnerabilidades intencionalmente ocultadas pela nova legislação, permite aos empresários desresponsabilizar-se pelos custos de direitos do trabalho. É exatamente isso o que já acontece com a terceirização. (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019, p. 299).

Plataformas digitais como Ifood, atuam diretamente no gerenciamento de mediações das atividades dentro dos circuitos espaciais de produção, tornando-se verdadeiros *atravessadores sanguíneos* entre os estabelecimentos, entregadores e consumidores, extraindo o máximo do trabalho humano com gastos mínimos. Alguns entregadores estão optando pela substituição de motocicletas por bicicletas motorizadas ou não motorizadas com a finalidade de diminuir seus custos, ou por não conseguirem manter os gastos com manutenção e abastecimentos de suas motocicletas, contudo, proporcionalmente, diminuem-se seus ganhos.

Como se toda essa precariedade não fosse o bastante, tem crescido, consideravelmente, o regime concorrencial entre as duas categorias de entregadores, motociclistas e ciclistas. Os resultados disso são catastróficos, pois quem trabalha com bicicletas, além de um maior desgaste físico, geralmente recebe um volume menor de pedidos. O raio de entrega dos ciclistas, geralmente, está condicionado a sua região de atuação, ou seja, suas entregas estão atreladas a trajetos menores quando comparados com o

⁷⁷ Disponível em: <https://news.ifood.com.br/taxa-de-entrega-ifood/>

raio de alcance dos *motoboys*, pois a ideia de entrega rápida tem que ser preservada, sendo um dos eixos centrais para a fidelização da *clientela digital*.

Em maio de 2019, Leonardo Machado publicou uma matéria na BBC News Brasil intitulada: “Dormir na Rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos”⁷⁸. Nela, ele traz uma importante contribuição para o entendimento da realidade dos entregadores que optam pela utilização bicicletas. Segundo Leonardo, os horários dinâmicos para entrega ligam-se ao “horário em que milhares de pessoas chegam em casa, olham a geladeira, desistem de cozinhar e resolvem pedir comida por alguma das plataformas disponíveis”.

Durante o período de ociosidade, os entregadores espalham-se pelas calçadas, praças, ruas, em suma, o conforto da espera é um banco de concreto, submetidos aos perigos das ruas, além de não receberem pela espera; a ansiedade pelo chamado é o seu pior inimigo, pois sabem que se não recebem chamados não ganham nada e perdem todo o dia em meio a uma espera “maldita”.

O Ifood e o operador logístico, terceirização⁷⁹?

Após a instalação da Reforma Trabalhista estabelecida pela Lei 13.429 de 2017 no território brasileiro, as máscaras de terceirizações “sanguinárias”⁸⁰ ficaram mais consolidadas e difíceis de serem rebatidas tendo em vista o suporte legislativo que se tornou vigente, descaracterizando relações trabalhistas, afastando vínculos empregatícios e, conseqüentemente, fazendo os direitos trabalhistas “evaporarem” em meio aos trâmites de uma flexibilização fraudulenta do trabalho.

Como comprovação desse fato, tem-se como referência o gerenciamento do trabalho estabelecido pelo Ifood. Essa plataforma estabeleceu dois sistemas de gerenciamento do trabalho digital: os entregadores que estão ligados ao sistema “Nuvem” e os trabalhadores que se ligam ao sistema “Operador Logístico” “OL”. As diferenças dessas duas modalidades são

⁷⁸ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil>

⁷⁹ Segundo Antunes e Druck (2014, p. 13) “Na última década a terceirização vem se convertendo em instrumento central das estratégias de gestão corporativa. A importância desse mecanismo de contratação, entre outros aspectos, deve-se ao fato de, ao dissimular as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho, convertendo-as em relações interempresas, viabiliza maior flexibilidade das relações de trabalho, impondo aos trabalhadores contratos por tempo determinado, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, auxiliando também, de forma importante, na desestruturação da classe trabalhadora”

⁸⁰ O termo “sanguinárias” tem o sentido de “exploratórias”, ou seja, que promovem um processo acentuado de superexploração do trabalho que agora se reveste em leis que descaracterizam a dignidade do trabalhador, deste modo, sucateando direitos trabalhistas que materializam lutas sem fim, trazendo com cicatrizes: mortes, violência e outras “mazelas” que permanecem em aberto.

estranhadoras tendo em vista o processo de exploração do trabalho, assim como o regime concorrencial que cresce entre os entregadores que fazem parte de cada modalidade.

O trabalho em “Nuvem” é o mais comum e menos interessante para a plataforma. Vejamos: para participar dessa modalidade, o entregador precisa se cadastrar na plataforma “Ifood Entregador” e apresentando toda documentação necessária. Após aprovação, ele começará a atividade de entregas. A plataforma direcionará os pedidos pagos online a partir de sua localização, ou seja, não existe a intermediação de um operador logístico que direcionara suas entregas e prestará conta com a plataforma, ou seja, existe uma ligação direta entre entregador e a plataforma.

Outra característica do trabalho em “Nuvem” é a capacidade que o entregador tem de estabelecer seus horários de trabalho de acordo com suas análises diárias de momentos mais dinâmicos, ou seja, horários que haverá maiores ocorrências de pedidos. Embora existam alguns diferenciais de cidade para cidade, os horários de maior ocorrência de pedidos está entre 10h às 14h e 18h a meia noite, pois são horários de pico: almoço e jantar. Além disso, esses entregadores possuem a possibilidade de *logar*⁸¹ na plataforma a qualquer momento, bastando acessar o *App* e iniciar a espera para realização de entregas.

Até então, essa realidade já é bem conhecida, contudo, ao direcionarmos o olhar para o trabalho “OL”, gerido por Operador Logístico, cria-se uma significativa discussão a respeito de sua natureza, visto que sua estrutura operacional muito se assemelha a um trabalho CLT, mas sem todas as garantias que esse último fornece, pousando assim em uma discussão a respeito de um possível modelo de terceirização “ilegal”, contudo, difícil de ser combatido, devido ao “grande muro” de proteção ao trabalho flexibilizado imposto pela Lei 13.429 de 2017.

O Operador lógico pode ser compreendido como uma empresa parceira do Ifood contratada para gerenciar um grupo específico de trabalhadores da plataforma. Os entregadores que fazem parte dessa modalidade apresentam uma série de especificidades que os diferencia do trabalhador “Nuvem”. Vejamos, os “OL” como são mais conhecidos, desenvolvem um modelo de trabalho muito semelhante ao trabalhador amparado pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, mas com significativas distorções no sentido protetivo.

O “OL” tem uma rotina semanal de trabalho a ser cumprida, com horário de entrada e saída do aplicativo, vemos aí a primeira diferença da modalidade “Nuvem” e semelhança ao

⁸¹ Momento em que o entregador habilita o aplicativo e põe-se a disponibilidade de entrega.

modelo de trabalho CLT. As suas folgas semanais ficam a rigor da concordância do operador logístico representado pelo que conhecem como “dono de praça”, sobre esses falar-se-á em breve; via de regra, estabelece dias menos dinâmicos para suas realizações. Outro ponto muito importante é a proibição de ficar offline, ou seja, com o app desligado durante o horário de trabalho, pois, se caso acontecer, o entregador poderá receber avaliações negativas e isso impactará suas chamadas e, conseqüentemente, seus ganhos.

Essa modalidade estabelece uma conjuntura de regras para seus entregadores com a finalidade de mantê-los sempre à disposição da clientela, com isso, oferecendo-lhes uma conjuntura de vantagens em relação à modalidade “Nuvem”. O site Dues Contabilidade⁸² apresenta algumas vantagens e desvantagem dessa modalidade:

[...]a primeira grande diferença é que quanto você vincula seu cadastro a um Operador Logístico, você recebe sua máquina de cartão, às vezes Bag de entregas do iFood, a blusa como brinde, além de ser, normalmente, aprovado imediatamente pra rodar (no caso da nuvem, isso pode levar até 6 meses alguns casos até 1 ano), além disso, quem está vinculado a uma O.L recebe orientações e prioridade em pedidos, pedidos esses enviados pelo próprio iFood, o que muda é o nível de avaliação de cada entregador, que já tem sua pontuação maior também no APP. do iFood.

A modalidade de trabalho “OL” não passa de uma tentativa, até o momento, eficaz, de implantar uma terceirização fraudulenta, alicerçada nos moldes de um trabalho formal. Mas descaracterizada pelo processo de flexibilização que tem se tornado regra no território brasileiro. O maior direcionamento de chamadas é um atrativo para a nova escravidão digital. A concorrência desenfreada, irracional, desleal é a grande carta na manga de um capitalismo imoral que tem subjugado a humanidade e a colocado em uma nova caverna de espelhos que não refletem mais nenhuma imagem singular, somente a imagem do fruto de uma alienação do trabalho com precedentes; do chão da fábrica para o chão de um território sem paredes, mas cheio de prédios e avenidas.

Existe muita coisa a apontar, contudo, não se tem a intenção de acabar-se com a discussão em relação ao evento estudado aqui e agora. As teorizações a respeito do capitalismo de plataforma ainda são quase inexistentes, sobretudo, no âmbito da geografia. Apresentar-se-á, logo após o poema, a análise do evento em seu acontecer no subcentro do bairro do Jacintinho, deste modo, detalhar-se-á os caminhos analíticos que se percorreu até aqui. Embora seja uma análise sucinta, ela retrata a realidade desse precariado escravo de um desenvolvimento técnico-científico-informacional de miséria.

⁸² Disponível em: <https://duescontabilidade.com.br/entregador-nuvem-ou-ol-entenda-a-diferenca/>

A análise feita até esse momento gera uma significativa conjuntura de sentimentos que perpassam desde angústias até o inconformismo diante da sua materialidade a nível global. Contudo, quando se investiga essa realidade, a partir dos seus impactos em uma determinada escala e a partir de determinados agentes, que no caso desta pesquisa, toma-se como exemplo o entregador, é possível entender que esses sentimentos reverberam através de suas intensificações. Embora este parágrafo seja o menos científico de todos, não poderia ser deixado de lado.

Que dilema é o meu?

*Entre as avenidas, ruas e vielas da solidão, com fome, carrego em minhas costas “o pão”
que não posso comer.*

*Não posso comprar, não posso parar, tenho que correr, pois a fome bate a porta e ela não
espera.*

*Sou o novo empreendedor dessa nova era, mas com fome e outras mazelas decorrentes do
que não me falaram.*

*Eles afirmaram: você será um homem caro, além do seu tempo,
Mas o que não proclamaram é que eu seria o novo modelo de escravo pilotando no relento.*

*Entre a cruz e a espada, entre a fome e a escravidão, o que fazer?
Vendo o mundo do lado de lá é muito fácil escolher, mas do lado de cá, a única escolha que
há, é “matar o morrer”:*

Matar a fome ou ser morto por ela...

4.2.1 O Lugar: a realidade dos entregadores no bairro do Jacintinho

Antes de mostrar um pouco da realidade dos entregadores no bairro do Jacintinho, é essencial elucidar o processo metodológico escolhido para a sua análise. Isso nos permitirá destacar algumas escolhas críticas baseadas na teoria dos "Dois Circuitos da Economia Urbana", bem como algumas omissões, tendo em vista o rigor metodológico adotado durante todo o caminho até este momento. Para o propósito desta pesquisa, selecionamos modalidades de entregadores: “Nuvem”, “OL” e aqueles que exercem as duas modalidades de entrega, ou seja, estão ligados a plataformas e a estabelecimentos.

A análise da atuação dos entregadores vinculados a plataforma tem como objetivo revelar como sua atividade está conectada aos Dois Circuitos da Economia Urbana, destacando o estágio de precarização do trabalho enfrentado por alguns dos entrevistados na vida cotidiana. Vejamos: a plataforma Ifood, por exemplo, em atenção aos critérios de classificação apresentados por Santos ([1979], 2008) encontra-se no Circuito Superior da Economia Urbana, contudo, estabelece fortes laços com atividades ligadas ao Circuito Inferior da Economia, deste modo, bastando observar a grande quantidade de estabelecimentos pertencentes ao circuito inferior cadastrados nessa plataforma, tendo em vista que muitos desses estabelecimentos são materializados em cozinhas comuns de várias casas e apartamentos presentes no bairro do Jacintinho, uma verdadeira ironia.

O precariado digital encapuzado de entregadores são os pivôs desta disputa dialética de mediações e superexplorações que impulsionam a ação das plataformas como o *IFood*, *Rappi*, *99*, entre outras. Já os entregadores ligados a estabelecimentos comerciais específicos, na maioria das vezes, são limitados ao campo inferior da economia, manifestando características comuns, assim como atributos únicos que configuram o processo de precarização do seu trabalho. Contudo, ainda existem aqueles que exercem atividades de entrega do tipo *misto*⁸³, ou seja, estão vinculados a plataformas digitais e, ao mesmo tempo, a estabelecimentos comerciais. Há uma extensa variedade de gestão e modalidade de atividades de entregadores, contudo, escolheram-se essas três por serem mais características em atuação no bairro.

Outro rigor metodológico que precisa ser destacado é que não é válido falar em "entregadores do Bairro do Jacintinho", ou, "entregadores do Subcentro do Jacintinho", pois isso induziria à falsa impressão de que eles exercem suas funções somente nessa localidade.

⁸³ A definição apresentada foi entendida como a melhor forma de classificação da atividade do entregador que se liga a plataformas digitais e, ao mesmo tempo, a estabelecimentos comerciais.

Por isso, o correto é falar de "entregadores que atuam no Bairro do Jacintinho" para destacar que eles desempenham suas tarefas também em outras áreas. Pela dificuldade de aplicação de questionários e realização de entrevistas, devido à agitação desses trabalhadores, requer cautela na escolha do espaço de abordagem, desta forma, o espaço amostral se reduziu em seis entregadores entrevistados: 2 entregadores ligados somente a plataforma digitais, 2 ligados apenas a estabelecimento comerciais e 2 entregadores do tipo *misto*.

Contudo, é importante mencionar que essa definição de campo amostral se vincula a entregadores que foi possível aplicar o questionário e desenvolver entrevistas ao mesmo tempo. Contudo, a aplicação de questionários se estendeu para além desse campo amostral, desta forma, possibilitando uma visão ampliada da materialidade da realidade desses entregadores. Também é importante mencionar que esta redução tem o objetivo de apresentar, de modo detalhado, algumas realidades que estão presentes no bairro, contudo, tem a clareza de não tomá-las por generalizações, que fique claro.

Destarte, a segunda parte deste trabalho tem como objetivo abordar a realidade dos entregadores que atuam no bairro, a fim de realizar uma comparação com o cenário de precariedade a nível nacional. Não se pretende, de forma alguma, estabelecer generalizações ou impor um padrão ao método de estudo, mas sim oferecer algumas perspectivas para compreender melhor esta situação tão instável.

Quem sou eu entre as avenidas, ruas e vielas?

Este momento da pesquisa torna-se singular, tendo em vista o choque que se tem em ver a realidade de perto, como ela realmente é. A busca pela sobrevivência deixa profundas marcas que se apresentam em âmbito subjetivo, assim como em âmbito material. Os entregadores que atuam no bairro do Jacintinho não são tão diferentes dos entregadores que atuam nesse imenso país, contudo, apresentam o âmago de suas subjetividades frente à realidade enfrentada diariamente.

O precariado digital encapuzado de entregador apresenta uma dualidade no modo como ver a execução do seu trabalho e isso não é estranho dado ao intenso processo de alienação. Então, é importante que se conheça e tenha a moderação de uma análise que realmente considere as questões apresentadas, pois, aquilo que é precário em uma visão crítica, muitas vezes, é o único caminho para fugir da fome que bate à porta perenemente na visão dos agentes. Adianta-se que não se tem a pretensão de se legitimar a atuação das

plataformas digitais, contudo, tem-se o compromisso de apresentar os relatos dos entregadores de modo mais fiel possível.

Este momento da pesquisa tomou como ponto analítico a Rua Alcides Ramos de Lima, localizado no bairro do Jacintinho, por se apresentar como uma importante zona de atividades ligadas a bares e lanchonetes, deste modo, concentrando um número significativo de entregadores, sendo uma área de intenso fluxo de atividades ligadas ao *delivery*, por fim, representando uma extensão do subcentro do Jacintinho.

Mapa 8 – Zona de Atuação dos Entregadores no Subcentro do Jacintinho



Elaboração: Priscila Andreza dos Santos Buarque, 2021.

Figura 12- Atividades Comerciais da Rua Alcides Ramos de Lima



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2022.

O entregador “Nuvem”

Os entregadores, que são ligados a plataformas como o Ifood, como já apresentamos, atuam em duas modalidades mais significativas: os que trabalham com operador logístico “OL” e aqueles que trabalham diretamente com a plataforma, “os Nuvens”. O grupo de entregadores analisados está dividido três modalidades: entregadores que trabalham na modalidade “OL”, entregadores que trabalham na modalidade “Nuvem” e entregadores que trabalham na modalidade mista (que atuam em estabelecimentos e aplicativos ao mesmo tempo). Essa divisão tem como objetivo apresentar essas realidades a partir de ângulos diferentes, contudo, não tem a pretensão de tornar os dados colhidos em generalizações. Em cada modalidade, foram selecionados dois entregadores para representar a atividade desenvolvida.

A primeira realidade analisada é a dos entregadores que trabalham na modalidade “Nuvem”. O entregador 01 tem 26 anos e é residente do bairro do Jacintinho, tem um filho e

mora com sua família na casa dos seus pais. Há três anos e seis meses, trabalha na plataforma do Ifood e há dois anos na plataforma Rappi.

Quando questionado a respeito do que teria motivado a sua entrada nessa modalidade de trabalho, argumenta que, por não ter um curso superior, os trabalhos que conseguiu não davam um salário que lhe proporcionasse o sustento de sua família. Diante disso, optou pela entrega porque, segundo relatos de entregadores veteranos, teria a possibilidade de, mensalmente, tirar um valor superior a um salário mínimo. Tendo em vista essa possibilidade, com ajuda dos seus pais, financiou a sua motocicleta e cadastrou-se na plataforma Ifood e, após, na plataforma Rappi.

Segundo ele, esperou quatro meses para receber autorização da plataforma Ifood para iniciar suas atividades na modalidade “Nuvem”. Durante o tempo de espera de aceite, fazia atividades paralelas, como entregas em uma galeteria do bairro, onde ganhava comissão por entrega; não recebia diárias por ser um entregador recém vinculado ao estabelecimento. Ou seja, geralmente, entregadores que se ligam a esse tipo de estabelecimento ganham diárias que variam entre 30 á 45 reais, além da comissão por entregas. No caso do entregador 01, ele tinha que passar por um determinado período de experiência, no caso deles, 15 dias, para que pudesse ser “contratado pelo estabelecimento” para finalmente ganhar as diárias.

Há algo muito interessante nisso, vejamos: estabelecimentos comerciais, como essa galeteria, estabelecem relações de trabalho informais, contudo, com algumas semelhanças ao trabalho amparado pela CLT, a exemplo da experiência para contratação, contudo, não garantem nenhum tipo de direito trabalhista. No quesito contratação, ela, nesta situação em específico, foi feita através de um acordo selado por um aperto de mãos após 15 dias trabalhando. É importante salientar que não são todos os estabelecimentos comerciais que fazem esse tipo de contratação, existem aqueles que formalizam o trabalho de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e ainda paga comissões por entrega aos seus funcionários; essa realidade será apresentada em outro momento.

Após o período de espera de aceitação na plataforma Ifood, o entregador optou por trabalhar exclusivamente em entregas vinculadas à plataforma do Ifood e após a Rappi, tendo em vista a possibilidade de estabelecer seus horários de trabalho, conforme os picos de entrega. Para ele, não seria interessante permanecer na galeteria, pois teria que trabalhar das 10h da manhã até as 15h e após realizar entregas pelo Ifood, pois seria muito cansativo, embora tivesse a oportunidade de ganhar mais.

Atualmente, o entregador trabalha, em média, 13h por dia, iniciando sua atividade às 11h da manhã e encerrando a meia noite. Quando indagado a respeito dos seus ganhos diários

e mensais, argumenta que se comparado aos entregadores que trabalham na modalidade “OL”, ganha menos, mas considera seus ganhos razoáveis para manter seus gastos. Segundo ele, em média, ganha 100 reais por dia, obviamente que existem dias que ganha mais e outros menos, mas mensalmente seus ganhos, após retirar os gastos com combustível e manutenção de sua motocicleta, ficam entorno de R\$ 2.700,00 reais.

Figura 13 – Entregador “Nuvem” na espera da chamada



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

Tratando-se dos malefícios da atividade, algumas observações muito interessantes foram feitas pelo entregador 01. Segundo eles, durante os primeiros meses de trabalho na plataforma, teve problemas significativos quanto a sua ansiedade, tendo em vista os longos períodos de espera, pois, como opera na “Nuvem” a prioridade de entrega era e é destinada ao entregador “OL”. Argumenta que, nos primeiros dias, ficava em frente a um estabelecimento que tinha um número considerável de chamadas pelo Ifood, contudo, mesmo esperando a uma distância próxima, não recebia os pedidos, ao contrário dos entregadores “OL” que vinham de longe para pegarem os pedidos no estabelecimento e efetuarem as devidas entregas.

Fala 01 do entregador 01:

“Esperava mais 30 minutos para receber o chamado enquanto os outros eram chamados em sequência; às vezes faziam fila para pegar os pedidos e eu nada. Isso me criou um trauma, fiquei muito ansioso pela espera e tive que fazer um tratamento, mas não parei de trabalhar, continuei fazendo entrega. Depois as coisas foram melhorando e comecei a receber mais entregas. Ainda recebo menos do que alguns colegas “OL”, mas mesmo assim consigo ganhar o pão”

Como é possível notar, a espera é uma grande inimiga para os entregadores que não são priorizados pela plataforma, os “Nuvens”. O regime concorrencial é estabelecido pela própria plataforma já que os entregadores “OL” têm jornada de trabalho diária, garantindo uma segurança de operacionalidade à plataforma, enquanto os entregadores da “Nuvem” podem realizar suas atividades em qualquer horário, desligar o aplicativo quando quiserem, assim como trabalhar com outras plataformas⁸⁴ ao mesmo tempo. Essa flexibilidade, segundo o entregador 01, é que o faz não optar pela modalidade “OL”, embora renda maiores ganhos.

Outro problema apresentado pelo entregador é o valor das corridas. Para ele, a plataforma tem desconsiderado um conjunto de fatores muito importante que estão atrelados a cada corrida, como exemplo: relação da distância com o valor do combustível e o valor do seu trabalho; manutenção da motocicleta enquanto instrumento de trabalho e, sobretudo a valorização da atividade do entregador. Argumenta que, durante a pandemia, além da comodidade dada aos clientes de receberem seus pedidos em casa, acredita que salvou muitas vidas e por isso merece o reconhecimento do seu trabalho, inclusive, nos valores das entregas.

Fala 02 do entregador 01:

⁸⁴ Os entregadores “OL” também podem trabalhar em outras plataformas, mas, geralmente têm que adquirir outro aparelho celular para realizarem suas atividades em outra plataforma durante o horário de trabalho no Ifood, já que, quando cadastrados nessa plataforma como “OL” têm que manterem o aplicativo aberto durante a jornada de trabalho, caso não, segundo alguns entregadores, recebem algum tipo de punição, a exemplo de: menores quantidades de chamadas durante o dia, assim como, a possibilidade de desligamento da modalidade “OL” por não cumprimento de jornada.

“No período de pandemia, arrisquei minha vida para salvar as vidas dos outros. Não estou dizendo que sou um herói, mas que sou uma pessoa que arriscou tudo que tinha para salvar o outro de um vírus enquanto me submeti a ele, inclusive fui contagiado, para que pudesse colocar a comida em minha mesa. Não estou me desfazendo da empresa, pelo contrário, agradeço muito pela oportunidade, mas ela precisa valorizar mais o entregador e a primeira coisa que tem que fazer é valorizar as entregas”

Durante a entrevista/conversa que foi desenvolvida com o entregador 01, foi possível perceber uma dualidade em sua maneira de enxergar o trabalho que exerce. Ele demonstra muita gratidão à plataforma Ifood e Rappi por ter a oportunidade de conseguir trabalhar e ter uma renda, mesmo que variável, ao final do mês. Contudo, legitimamente, tem profundas reclamações. Para ele, a quantidade de horas trabalhadas é menos importante do que a valorização das corridas.

O segundo entregador, que trabalha na modalidade “Nuvem” no Ifood, tem 32 anos e está ligado a plataforma do Ifood e Uber Moto. Há cinco anos é cadastrado no Ifood e a seis meses na Uber Moto. O entregador tem dois filhos e mora em casa própria nas imediações do bairro do Jacintinho.

Um dos primeiros questionamentos que foram feitos a esse entregador foi sobre quais atividades realizava antes de se cadastrar na plataforma do Ifood. Respondeu que sua profissão anterior era de açougueiro em um estabelecimento comercial localizado no bairro do Jacintinho. Argumentou que trabalhou durante oito anos nesse estabelecimento, contudo, com a chegada do segundo filho, seus ganhos não conseguiram dar conta de toda despesa que tinha. Segundo ele, tinha um salário de R\$ 1.780,00 reais mensais.

Ele iniciou a atividade no Ifood ainda quando estava trabalhando com carteira assinada, como forma de complementação de renda, contudo, pelo horário que saía do trabalho, por volta das 19h e 30min, a atividade de entrega tornava-se extremamente cansativa, pois fazia entrega até 1h da madrugada. Entretanto, não tinha outra forma de complementar sua renda.

Com o tempo, através da experiência que ganhou, pelo cansaço diário e por entender que poderia ganhar um valor superior ao que ganhava quando estava exercendo a atividade de açougueiro, optou por permanecer no Ifood e se cadastrar em outra plataforma, no caso, a Uber Moto recentemente. Para o entregador, o trabalho com carteira assinada trazia uma

maior segurança para ele e sua família, contudo, não lhe proporcionava condições financeiras suficientes para mantê-la.

Fala 01do entregador 02⁸⁵:

“Nos últimos anos, o preço das coisas ficou muito caro. Ter filho, ao invés de ser motivo de alegria, se tornou um problema, infelizmente. Comprar leite caro, alimentação, tratamento da mulher depois de parir e tudo mais, principalmente quando só você trabalha em sua casa, não é fácil e um salário não dá. Eu sei que quem trabalhar com carteira assinada tem seguro desemprego e tudo mais, mas é vantajoso para quem ganham bem, dos seus trem mil para frente, mas para mim, que trabalhava de açougueiro, não compensava. Ou teria feito o que fiz ou estava passando necessidade e devendo o mundo e o fundo⁸⁶”

A busca por maiores ganhos está entre as principais justificativas apresentadas pelos entregadores e isso não é diferente diante da realidade do entregador 02. Segundo o entregador, trabalhando de domingo a domingo no Ifood, consegue o valor aproximado de R\$ 3.200,00 reais bruto, trabalhando das 9h da manhã até aproximadamente meia noite, isso totaliza 15 horas de trabalho diárias. Segundo ele, em um cálculo médio de gastos com a moto, feitos por muitos entregadores, a base entre combustível, manutenção e alimentação fica entre 20 a 25% dos ganhos totais. Se consideramos o último percentual, 25%, totalizará um ganho líquido de R\$ 2.400,00 na plataforma Ifood.

Contudo, ele ainda presta serviços de entrega e transporte de passageiros para a plataforma Uber, na modalidade de Uber Moto. Essa é uma nova modalidade da Uber que se semelha ao serviço de moto taxi, mas com algumas características adicionais, a exemplo de entrega de objetos/mercadorias de pequeno porte, ou seja, objetos que consigam ser transportados na motocicleta, além do serviço de transporte de passageiros. Segundo o entregador 02, sua entrada nessa nova modalidade foi um meio para complementar a renda, rendendo-lhe, mensalmente, um valor, aproximado de R\$ 1.300,00 reais brutos. Segundo o mesmo, os custos permanecem, pois são atividades distintas. Se considerar-se algum tipo de

⁸⁵ Na escrita da fala, tentou-se preservar a maior originalidade possível diante da fala do entregador. A fala foi escrita no papel durante a entrevista, por isso, tem algumas adaptações para que seja melhor compreendida.

⁸⁶ Por eu ser uma pessoa autista, em muitos momentos, quando não há uma tradução específica, não entendo algumas expressões como: “Mundo e Fundo”, então, minha mamãe, enquanto o melhor dicionário do vocabulário nordestino, falou que significa: *dever a todas as pessoas conhecidas*. Gostaria de pedir desculpas aos leitores por essa parte não científica, mas não poderia retirá-la do presente trabalho por sua importância, pois minha mãe participou.

amenização de seus custos, e colocar-se o percentual de 20% de gastos a partir do valor de 1.300,00 reais, terá um ganho líquido de aproximadamente de R\$ 1.040,00 reais. A somatória dos seus ganhos brutos é de, aproximadamente, R\$ 4.500,00 brutos e líquidos 3.440,00 reais mensais.

Embora seja motivo de satisfação, para o entregador, ganhar esse valor e conseguir manter sua família alimentada e em condições minimamente dignas de existência, existe a parte sofrida dessa atividade. Assim como o entregador 01, ele reclama da falta de priorização das entregas e desvantagens de ser “Nuvem” frente aos benefícios que são direcionados aos “OL”. Para ele, após verificar que a modalidade “OL” tem sido mais vantajosa do que trabalhar em duas plataformas, irá solicitar mudança de modalidade. Argumenta que experimentará, entretanto, se não compensar, voltará para a modalidade “Nuvem”.

Figura 14– Entregador “Nuvem” Esperando o Pedido



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

O entregador 02 exclama que a espera não o incomoda tanto, pois, por esperar em um lugar dinâmico, consegue bater sua meta diária. Contudo, o que mais lhe aflige é o perigo da atividade. A violência em Maceió ainda continua muito alta. Segundo o site Gazeta de

Alagoas⁸⁷, Maceió é a nona capital mais violenta do Brasil. Ainda segundo o site, de 2020 a 2021, o número de roubos de motocicleta aumentou exponencialmente. O medo do entregador 02 é uma realidade constante que só aumenta, pois, em suas palavras: “não faz entrega apenas em bairros chiques, onde o policiamento é constante, também faz entrega em comunidades, que muitas vezes são mais inseguras do que tais bairros”.

A realidade dos entregadores 01 e 02 traz uma carga muito significativa de emoções. Não é uma tarefa fácil analisar essas circunstâncias através de uma olhar crítico. Mas não é possível deixar de notar a precariedade dessa atividade, sobretudo, no modo como ela corrói aos poucos a vida dessas pessoas que lutam pela sobrevivência. A satisfação desses entregadores sustenta-se na emoção de ter o alimento em suas mesas. Alguns falaram que são inimigos da fome. Como não seriam? A realidade é dual, isso é muito claro. A questão não se encontra em ser trabalhador CLT ou não, mas sim na base de sustendo dessas famílias que, muitas vezes, dependem de apenas uma pessoa que trabalhe para que possam sobreviver, não falo de viver com qualidade, mas sim: “sobreviver”. Então, o que pode ser feito para trazer dignidade para o trabalho dessas pessoas? Tal resposta se encontra nas considerações finais.

Os entregadores vinculados a plataformas: o “OL”

A segunda modalidade de entregadores do Ifood é a “OL”, gerenciados por operadores lógicos. Nela, os entregadores têm horários fixos de atividades, geralmente são horários corridos ou fragmentados, vai depender do tipo de combinação de horários que o entregador vai escolher. Os entregadores “OL” entrevistados no bairro do Jacintinho têm três horários fixos disponíveis para entrega. O primeiro horário inicia das 10h30min às 14h30min; o segundo: das 14h30min às 18h; e o terceiro: das 18h a meia noite; estes três horários de atividade são executados de segundo a sexta-feira, já nos finais de semana, acontecem algumas alterações o primeiro horário para 11 e finaliza às 15h, assim sucessivamente.

A cada turno de efetivo serviço, os entregadores têm direito a vinte minutos de pausa, é importante mencionar que as chamadas estão vinculadas a zona de atuação (não é uma limitação de distância de entregas, mas sim de localização, pois estas zonas são estabelecidas com base na maior presença de estabelecimentos cadastrados na plataforma) com base nessas informações, cada grupo de entregadores são posicionados de modo estratégico, com a finalidade de demarcar e cobrir o maior espaço possível.

⁸⁷ Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/358368/maceio-e-a-nona-capital-mais-violenta-do-pais-aponta-anuario>

Esse tipo de sistematização de trabalho, para quem está desempregado, pode parecer muito atrativo, entretanto, esconde a sua verdadeira natureza diante de uma exploração desmedida, subordinando esses trabalhadores a uma estrutura de trabalho que toma como referência a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contudo, sem suas garantias. A tentativa de instalação desse tipo de modelo tem a intenção de dar a sensação ao trabalhador que ele tem estabilidade, uma tranquilidade que, na verdade, não passa de uma ilusão, pois, em casos de acidentes, por exemplo, o Ifood não presta nenhum tipo de ajuda ao seu “colaborador”, desvincilhando-se totalmente de obrigações normais de empresas que são obrigadas a tomarem a CLT como base regulamentadora do trabalho.

A empresa terceirizada⁸⁸ pelo Ifood estabelece um gerenciamento específico, incluindo supervisão da atividade de grupos específicos de entregadores por região. Por exemplo, a região do Jacintinho tem um supervisor, conhecido como “dono de praça” que faz o gerenciamento das atividades do seu grupo de entregadores, desta forma, direcionando entregas; contato direto com os entregadores para solicitar informações de tempo (Por que demorou?), assim como estabelecer avaliações e penalidades que interferirá no volume de entregas que esse entregador irá receber.

As mudanças de horário, faltas, atrasos e demais eventualidades que ocorrem no dia a dia de qualquer trabalhador, no caso dos entregadores “OL”, tais informações têm que ser reportadas ao supervisor do seu grupo e não diretamente a plataforma do Ifood. Temos aí o disfarce de uma terceirização ilegal e difícil de ser combatida devido aos afrouxamentos legislativos que tocam diretamente as relações de trabalho, com ênfase, a reforma trabalhista manifesta na Lei 13.467/2017, sancionada por Michel Temer, no dia 13 de julho de 2017.

Existem mais especificidades no trabalho gerenciado pelos entregadores “OL”. Quando habilitados, ganham uma máquina de cartão de crédito personalizada do Ifood, essa maquininha não pode ser utilizada pelos entregadores “Nuvem”, sendo de uso restrito daqueles, algo muito interessante falado pelos dois entregadores “OL” é que, caso ela seja utilizada pelo entregador “Nuvem”, pode acontecer o bloqueio da conta desse entregador e, a posteriori, seu desligamento. Além disso, ganham uma bag/mochila personalizada da empresa e uma camisa.

Todos estes benefícios, obviamente, serão extraídos aos poucos do trabalho desses entregadores, pois a plataforma não foi constituída para perder dinheiro ou formalizar-se

⁸⁸ Não foi possível saber qual empresa ou empresas oferecem o serviço terceirizado para o Ifood, pois o e-mail enviado com a solicitação dessa informação não foi respondido pela plataforma, deste modo, impossibilitando a apresentação da informação.

enquanto uma instituição de caridade, pelo contrário, a instalação dessa modalidade é um mecanismo de aprisionamento desses trabalhadores precarizados. Talvez para alguns, a dualidade da discussão ainda persista: afinal de contas, o trabalho com entregas pela plataforma é benéfico ou maléfico? É precário ou não?

A resposta para essa pergunta é encontrada a partir do ângulo que se olha para o evento. Obviamente que se for do ângulo de lá, ou seja, do ponto de vista da empresa, a atividade é extremamente benéfica, pois cria uma significativa quantidade de ocupações, mobilizando a economia do lugar e, conseqüentemente, do país, o que não é totalmente errado, mas em contrapartida, existe um intenso processo de exploração do trabalho que é camuflado em perspectivas puramente econômicas como essa. Deste modo, quando se olha a realidade do lado de cá, é possível evidenciar a extrema alienação e exploração que esse tipo de atividade submete ao trabalhador.

O primeiro entregador da modalidade “OL” tem 37 anos e trabalha na plataforma a seis anos; tem um filho e mora em casa alugada no bairro do Feitosa, bairro vizinho ao Jacintinho. A sua atividade é desenvolvida “em tempo integral”, em suas palavras. Pois inicia às 10h30min e estende-se a meia noite de segunda a sexta. Nos finais de semana, por apresentar um maior fluxo, inicia a atividade às 11h e vai até 1h da madrugada.

Originalmente, atuou em várias atividades como: ajudante de pedreiro, pintor e serviços gerais. A sua última atividade foi de vendedor de acarajé (autônomo), segundo ele, “os maceioenses ainda não estão acostumados com o tempero baiano”⁸⁹ por isso não prosseguiu com a atividade por não ter uma lucratividade que lhe proporcionasse o sustento. Ao logo da entrevista, quando questionado a respeito do que representa essa nova atividade, argumenta que não é o que esperava, mas que foi a melhor alternativa encontrada a seis anos de atividade.

É interessante notar que as justificativas se repetem, contudo, não surpreende. A grande massa de trabalhadores que se vinculam ao subemprego, dentro do circuito inferior da economia urbana, compartilham de realidades muito semelhantes, principalmente os entregadores. Em suas palavras, “estrategicamente”, optou pela modalidade “OL” pela “segurança” que outros entregadores falavam, pois tinha como objetivo crucial fazer o maior número de entregas possíveis em um dia e “ganhar muito dinheiro”. Contudo, afirma que, através do amadurecimento do dia a dia de trabalho, entendeu quais são os pontos negativos e

⁸⁹ Ao longo da entrevista, falou que o seu tempero foi o grande vilão das vendas, pois para ele era excelente, mas para a clientela não era tão bom assim. Em ar de brincadeira, falou que quem comia uma vez “não voltava nunca mais”.

positivos da vida de um entregador “OL” assim como as melhores estratégias para o desenvolvimento da atividade no dia a dia.

Ele aponta que realmente consegue ter um ganho significativo ao final do mês. Afirma que, em média, consegue “garimpar”⁹⁰ o valor bruto de R\$ 4.800,00. Se considerarmos o cálculo já feito nesta pesquisa, considerando 25% de gastos com combustível, manutenção e alimentação, possivelmente, terá um valor líquido de R\$ 3.600,00, todavia, é importante mencionar que ele trabalha 15 horas por dia, 7 horas a mais do que aqueles que atuam em iniciativas privadas, trabalhando 8 horas por dia.

Figura 15 – Entregador “OL”



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

Um ponto crucial precisa ser lembrado: muitos entregadores argumentam que um dos motivos que os atraem para essa atividade é o gerenciamento de tempo, assim com a possibilidade de fazer quantas entregas quiser e for possível, entretanto, na modalidade “OL”, essa perspectiva vai se perdendo aos poucos. Vejamos: estes trabalhadores, por mais que

⁹⁰ O termo “Garimpar” significar extrair aos poucos. Traduzindo para a realidade do entregador, significa que aos poucos, através de cada entrega, vai acumulando valores até se chegar a um montante final.

tenham a possibilidade de combinarem horários, não sendo necessário atuarem nas três seções do dia, precisam aturar, no mínimo, durante um dos horários estabelecidos pelo operador logístico; assim como precisam justificar o dia que não for possível trabalhar. Além disso, precisam manter seus celulares logados à plataforma durante o horário escolhido para trabalhar. A falsa concepção de empreendedorismo recai na obrigatoriedade de execução das entregas, pois, caso recuse⁹¹ além do limite esperado pela empresa, terá seu desligamento efetuado sem garantias de retorno.

O entregador “OL” 01 nunca atuou na modalidade “Nuvem”, mas pelo que observa diariamente, entende que não existe tantas diferenças de ganhos entre as duas modalidades, pois, todos os entregadores “Nuvem” que conhece trabalham em duas plataformas e, em alguns casos, acabam ganhando um valor mensal maior do que ele. Esse tipo de observação realmente é real, alguns entrevistados, que não apareceram nos relatos, afirmam que não tem interesse de se tornarem “OL” pela rigidez do compromisso e por ter a possibilidade de trabalhar em mais de uma plataforma e, com isso, ter a possibilidade de ganhar mais.

O segundo entregador “OL” trabalha a dois anos no Ifood; tem 24 quatro anos, solteiro e mora com os pais. Antes de iniciar a atividade de entregas, trabalhava em uma lanchonete com carteira assinada. Após ser desligado do estabelecimento, fez o cadastro no Ifood. Segundo ele, esperou o prazo de três meses para ser aceito. Após dois meses de atividade, solicitou mudança de modalidade e recorda que ficou pasmo, pois foi aceito após dois dias. Ele argumenta que não tem a pretensão de passar muito tempo nessa atividade, pois quer cursar Engenharia Civil.

Quando questionado sobre sua visão a respeito da atividade que exerce, argumenta que se sente explorado, pois estava acostumado a ter direito a folgas remuneradas, férias e outros benefícios. Fala que embora ganhe um valor maior, não se sente seguro, tanto em questões financeiras, quanto em sua segurança física, pois já foi assaltado duas vezes enquanto realizava entregas.

⁹¹ O limite de recusa não foi repassado pelos entregadores, mas afirmam que durante o dia não podem recusar muito.

Fala 01do entregador 02 “OL”:

“Mano, fizeram um pedido onde você mora, lá no Feitosa. Quando cheguei lá, o endereço estava dando dentro de um beco estreito, “bicho”, fiquei com o medo da “gota”, mas mesmo assim parei a “moto” lá na principal e desci, quando chamei lá, não tinha ninguém, então voltei, mas quando ia saindo, o cara me chamou e disse para eu passar o que tinha. Perdi meu celular novinho “pow”. A partir disso, quando vejo que é nesse tipo de localidade, nem entrego, devolvo o pedido para a loja e justifico para o dono da praça”.

Partindo desse relato, foi questionado sobre quais foram as medidas tomadas pela empresa ligada ao Ifood, a central do operador logístico. Afirmou que desde o cadastro, o entregador é ciente que o Ifood não se responsabiliza nem por perdas e nem por danos causados a motocicleta ou ao entregador. Isso chama muito atenção, vejamos: esse entregador tem jornada de trabalho pré-estabelecida, além disso, tem que prestar os devidos esclarecimentos quanto ao tempo de entrega, faltas, folgas, entre outros, contudo, não tem direito a proteção ao trabalho, tendo em vista que é “colaborador” da plataforma.

Este empreendedorismo de miséria, que se apóia em uma falsa liberdade, é refutado pela realidade vivida por esses entregadores. Eles trabalham mais de doze horas por dia, e, por muitas vezes, não se dão conta que passam tanto tempo trabalhando. Quando questionado sobre quanto tempo trabalha, ele falou que, geralmente, atua nos três horários da semana, quando não pode, combinada com o “dono de praça”, gerenciador da atividade, e assim estabelece o horário que irá trabalhar se houver vagas no dia.

Os donos de praça assumem o papel de coordenadores dessas atividades, ou seja, a partir do perímetro estabelecido como dinâmico, essas pessoas estabelecem a organização da atividade a partir do quantitativo de entregadores cadastrados. Sendo assim, estabelecem ligações diretas com o entregador.

Segundo o entregador “OL” 02, seus ganhos mensais variam, mas, em média, ficam em torno R\$ 4.000,00 reais brutos e líquidos aproximadamente R\$ 3.000,00 mensais. Quando questionado sobre os pontos negativos, argumenta que são vários, dentre eles: trânsito estressante, valores baixos das corridas, avaliações rigorosas e injustas que tem prejudicado não só ele, mas muitos outros entregadores e exposição à rua. Contudo, argumenta que,

embora seja uma atividade cheia de riscos e perdas, ainda sim é a que garante, mesmo que momentaneamente, o direito de ganhar o seu dinheiro e ter sua liberdade.

Fala 02 do entregador 02 “OL”:

“Já participei de vários movimentos contra o Ifood. Pedimos mais consideração com o entregador. Que a empresa olhe para a gente, porque ela precisa da gente e nós precisamos dela. Queremos que ela melhore com a gente. Mas, mesmo pensando em sair para estudar, eu não encontrei outra opção para ganhar o valor que eu ganho. Consigo comprar minhas roupas, sair para outros lugares etc. Se você perguntar se o trabalho é bom, te direi que não é, na verdade é um trabalho exploratório, mas entre ser explorado com um salário, prefiro ser com quatro salários.”⁹²

Esse tipo de relato torna-se muito chocante, pois, por mais que se tenha uma leitura econômica e se entenda as reais circunstâncias do seu trabalho, que se assemelha a condições análogas a escravidão, também é possível compreender o seu ponto de vista. Cada realidade apresentada tem uma conjuntura muito complexa diante do cenário de vida de cada indivíduo que se encontra inserido. Contudo, esse primeiro momento de exposição foi destinado a apresentar a realidade dos entregadores, desta forma, evitando um direcionamento analítico particular, pois para isso, após apresentar a próxima realidade “Entregadores do tipo Misto”, será destinada uma parte intitulada: “Considerações Finais”.

Os entregadores tipo misto⁹³

Neste trabalho, classificam-se os entregadores do tipo misto como aqueles que estabelecem ligações com plataformas e, concomitantemente, com estabelecimentos comerciais, que neste caso específico, pertencem ao circuito inferior da economia urbana. É válido mencionar que, durante a pesquisa, foi possível classificar dois tipos de entregadores

⁹² A presente transcrição tem como objetivo representar o mais próximo possível do que foi falado pelo entregador. Deste modo, erros de concordância, regência ou qualquer outro estão sendo desconsiderados, pois entende-se que, deste modo, o leitor conseguirá compreender melhor a realidade do modo que esse entregador enxerga a sua realidade.

⁹³ É importante deixar claro que, possivelmente, haverá outras modalidades, contudo, essas duas foram as que despertaram mais interesse para os fins desta pesquisa. Além disso, a definição “tipo misto” também foi entendida como a mais adequada para a caracterização da modalidade.

do tipo misto: aquele que é cadastrado na plataforma de entrega e, simultaneamente, é contratado formalmente (carteira assinada) pelo estabelecimento comercial e aquele que é cadastrado na plataforma de entrega e exerce a função de entregador diarista. Para esta análise, foram desenvolvidas duas entrevistas, cada uma direcionada a um representante de um tipo, sendo assim, dois entregadores.

O primeiro caso é do entregador formalizado (carteira assinada) que também está vinculado à plataforma digital de entregas. O entregador “A”⁹⁴ tem 30 anos e trabalha na atividade da plataforma Ifood há quatro anos e há dois no estabelecimento comercial⁹⁵ localizado na Rua Alcides Ramos de Lima. Antes de ser contratado pelo estabelecimento comercial, o entregador já desenvolvia a atividade de entrega pelas plataformas Rappi e Ifood, no último caso, na modalidade “Nuvem”.

Durante a entrevista, quando questionado sobre as mudanças em realizar o trabalho apenas pela plataforma em comparação com a sua atuação no momento, ele esclarece algumas questões que são muito interessantes. Vejamos: para ele, o fato de ser um entregador com carteira assinada faz toda a diferença, ainda exclama que “é sem comparação” palavras do entregador. Ele trabalha das 17h às 1h da manhã. Além do salário fixo, ganha os auxílios garantidos pela lei como: adicional noturno e periculosidade. Somado a isso, a cada entrega, ganha comissão no valor de R\$ 2,80, que segundo ele, por mais que seja um valor menor, se comparado a taxa do Ifood, ajuda com os custos da manutenção da moto, pois recebe uma ajuda de custo no valor de R\$ 300,00 reais para o combustível.

Segundo o entregador “A”, esse foi o melhor trabalho que conseguiu até o momento. Pois, embora a ajuda com o combustível não consiga pagar por todo o volume que utiliza para as entregas, as comissões, além de cobrirem, ainda agregam-se no valor do trabalho. O entregador, mensalmente ganha o valor, em média, de R\$ 4000,00. Acrescenta ainda que ganha lanche durante o horário de trabalho, o que reduz significativamente seus gastos mensais. Esse valor é a somatório do salário mais todos os benefícios, inclusive, as comissões por entrega.

Quanto a sua atividade em plataforma do Ifood, é cadastrado na modalidade “Nuvem”, iniciando suas atividades às 11h às 15h. Fala que permanece trabalhando no aplicativo como

⁹⁴ A partir desse momento é preciso que se altere a referência ao entregador, visto que, diferentemente dos casos anteriores, existe diferença na forma como trabalham. Deste modo, será compreendido como entregador “A” aquele está vinculado formalmente a um estabelecimento e vinculado a plataforma digital de entregas e o entregador “B” como aquele que está vinculado a plataforma digital de entregas e exerce função de diarista em estabelecimento comercial.

⁹⁵ Não será mencionado o nome do estabelecimento por motivos de autorização. Mesmo sendo explicando os devidos fins da pesquisa, o estabelecimento não autorizou a publicação de sua imagem e menção, deste modo, não será seu nome apresentado.

forma de complementação de renda, pois, recentemente comprou um apartamento nas imediações do Benedito Bentes, por isso, destina parte do que ganha na plataforma para pagar as parcelas de sua aquisição. Seus ganhos na plataforma variam, pois não trabalha aos finais de semana e, em alguns dias, não vai por cansaço. Então, ele não precisou quanto recebe, mas falou que, em média, faz R\$ 1.100,00 mensais.

Quando questionado sobre o tempo de trabalho, argumenta que é muito cansativo, muitas vezes lhe faltando tempo para a família, entretanto, precisa da atividade para sobreviver. Em conversa, prosseguiu dizendo que os problemas das “ruas” são os inimigos que andam lado a lado, mas que se focar nisso, provavelmente passará fome.

Figura 16 – Entregador Misto “A”



Fonte: Vinícius Ferreira Viana, 2023.

O entregador ainda acrescenta que, quando trabalhava apenas com aplicativos, era bem mais complicado do que agora. Hoje conta com a seguridade trabalhista e por isso se sente

protegido, além de não ganhar apenas um salário mínimo, que para a realidade de Maceió, se fosse apenas isso, passaria fome. Somando-se a isso, consegue fazer a atividade paralela de entregas, o que lhe garante “um coro a mais” em suas palavras, o que quer dizer: um adicional a sua renda. Finaliza dizendo que, embora o serviço de entrega seja difícil, é ainda a única alternativa para receber um valor considerável que lhe possibilite conseguir coisas como a casa e alimentação.

A partir de um olhar crítico a respeito da realidade apresentada acima, entende-se que a modalidade de entrega exercida pelo o entregador “A” é uma exceção quando comparada as demais realidades estudadas, uma verdadeira atipicidade, embora crescente, mas em um número reduzido se comparado a grande massa de entregadores que não têm vínculo empregatício normal. Contudo, é muito interessante do ponto de vista de mudança tendo em vista uma possível regularização do trabalho desses entregadores.

O segundo⁹⁶ caso de tipo misto manifesta-se na realidade apresentada pelo o entregador “B”. Sua atividade muito se assemelha a do entregador “A”, contudo, com algumas especificidades, sobretudo, no quesito estabilidade. O entregador “B” trabalha há três anos com a plataforma Ifood e, no mesmo período, trabalha como entregador diarista. Ele, na plataforma do Ifood, trabalha na modalidade “Nuvem” das 17h às 00h. Durante o período das 11h às 15h trabalha em um pequeno estabelecimento que serve almoços.

Segundo o entregador “B”, trabalha no estabelecimento de segunda a domingo e recebe R\$ 45,00 reais por dia, totalizando assim: R\$ 1.350,00 reais mensais, ou seja, R\$ 48,00 reais a mais do que a base salarial brasileira, uma verdadeira ironia. Não conta com ajuda de custo para combustível, mas recebe comissão por entrega no valor fixo de R\$ 3,00 reais independentemente da distância. O entregador fala que, quando as distâncias são muito longas, tem prejuízos, mas quando a distância é curta, compensa. Segundo ele, este segundo fato acontece com maior frequência porque o estabelecimento recebe mais pedidos dos moradores do bairro.

Com relação às entregas vinculadas ao Ifood, o entregador diz que, em média, ganha R\$ 3.200,00 reais ao mês. Sem adicionar os descontos e a taxa de entrega de R\$ 3,00 reais, o entregador recebe mensalmente um valor bruto, aproximado, de R\$ 4.050,00 reais trabalhando mais de 12h por dia, juntado as duas atividades. Como se pode notar, esta realidade é diferente da realidade do entregador “B”. Esse tipo de estabelecimento realiza

⁹⁶ Por estar com muita pressa, algumas perguntas não foram feitas, como idade e localidade onde mora. Contudo, as principais perguntas foram realizadas e deram respaldo para uma análise de sua atuação.

“contratos” via boca a boca e aperto de mão. Não dá nenhum tipo de segurança ao entregador, embora estabeleça uma relação bem semelhante a do trabalhador “celetista”.

Não foi possível colher informações a respeito de suas impressões da atividade quanto aos pontos positivos e negativos, desta forma, partiremos para um momento muito importante, as considerações finais.

Nota do autor

Para que fique claro, antes de iniciar as “Considerações Finais”, entende-se, nesta pesquisa, que elas, na verdade, ainda são iniciais, isto pelo fato de tratar de uma temática que não deveria ser tão nova nos estudos geográfico, contudo, ainda é uma lacuna que precisa ser sanada. Ainda é válido afirmar que esta pesquisa não tem a intenção de sanar toda a lacuna que se aponta, pois isso não seria possível, contudo, tem a intenção de contribuir, sobretudo, com a comunidade geográfica brasileira e lembrá-los da importância de se estudar o trabalho em seus mais variados âmbitos, com destaque para o seu teor precário. Desta feita, que se possa prosseguir com as devidas considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se for possível pensar em considerações finais para este trabalho, não seria estranho iniciá-las a partir da constatação da existência de um intenso processo de alienação do trabalho⁹⁷ que é um dos principais pilares para o seu estágio atual de precarização. A análise dialética do âmago da precarização do trabalho, sobretudo, em meio ao período técnico-científico-informacional, revela as metamorfoses perenes que este mundo⁹⁸ tem passado, sendo impactado pelos periódicos processos de reestruturações dos *modus operandi* do capitalismo em sua atuação mais mesquinha, exploratória, cada vez mais complexa, sendo ela o desfecho de um gerenciamento da minoria humana, diante disso, chega-se novamente ao paradoxo existencial da humanidade (a auto-eliminação em detrimento da ambição desmedida/irracional).

Acompanhar o processo de burocratização do trabalho e suas readaptações ao longo dos processos de reestruturação do capitalismo, a partir do recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, foi a principal trilha analítica para se entender o momento atual que, diga-se de passagem, passa por um processo de “desburocratização” e intensificação de uma surperexploração do trabalho. Os modelos de produção Fordista/taylorista e Toyotista foram os pontos analíticos que propiciaram uma análise mais profunda do impacto do processo “irracional de burocratização do trabalho” travestido de racionalidade produtiva.

O Fordismo alicerçado nas ideias apresentadas por *Frederick Winslow Taylor*, considerado o pai do taylorismo, operacionaliza as concepções de organização criadas por esse e inicia uma verdadeira revolução na sistematização do trabalho no chão da fábrica, com ênfase para a inserção de esteiras rolantes, mecanizando o trabalho e “especializando o trabalhador” mantendo-os em posições pré-determinadas, verdadeiros robôs do início do século XX, resultando na criação do tempo de produção, que, a posteriori, resultou no pilar da crise de 1929, ou seja, uma crise de super produção, pois, em períodos de instabilidades econômicas, o consumo não acompanha a produção, e isso, ironicamente, não foi previsto diante de todo mecanismo criados à época, mais uma vez a razão dar lugar para uma irracionalidade sustentada na ambição desmedida.

Embora o modelo fordista tenha sido impactado por esse momento, ele não foi extinto, ao contrário, espalhou-se pelo mundo acompanhando um intenso processo de globalização, deste modo, “racionalizando” a produção industrial de muitos países que estiveram no início de seus processos de industrialização, foi justamente o que ocorreu como o Brasil em meados de 1930 até os dias atuais, convivendo com outro modelo de produção: o Toyotismo, que não

⁹⁷ O termo “Alienação do Trabalho” (MARX, 1996).

⁹⁸ “Mundo do Trabalho”.

é menos preocupante que o primeiro, pelo contrário, talvez seja possível dizer que o processo de sucateamento do trabalho tenha se intensificado e criado novos mecanismos para a corrosão da dignidade do trabalhador.

O modelo toyotista surgiu no Japão em meados da década de 1970 idealizado pelo engenheiro Taiichi Ohno. Este modelo apresentou uma significativa conjuntura de modificações no processo de “racionalização do trabalho” quando comparado ao modelo fordista/taylorista. Uma das suas principais diferenças em relação ao modelo fordista/taylorista, foi a criação do conceito produtivo *just in time*, ou seja, produzir de acordo com a demanda, invertendo diretamente a mecanismo produtivo apresentado pelo primeiro modelo. Contudo, é válido lembrar que se criou um intenso processo de desemprego estrutural como resultado de todas essas inovações, sobretudo, com a implementação da robótica no processo produtivo.

A década de 1970 marca um momento crucial para processo de reestruturação do modo de produção do capitalista, concomitantemente, também marca a criação de um novo mecanismo de exploração, ou melhor, superexploração do trabalho humano sustentado nos novos pilares promovidos pelas inovações tecnológicas. O desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional é um marco para esta época assim como a representa em todos os sentidos. Um dos resultados desse processo de inovação na produção e reprodução do espaço geográfico, a partir das reestruturações e, conseqüentemente, da implantação de modelos produtivos como o Toyotismo, é a criação de um precariado em expansão no mundo, fruto de um intenso processo de desemprego estrutural e sucateamento das legislações do trabalho no mundo.

O processo de flexibilização do trabalho implantado pelo neoliberalismo, sobretudo, a partir da década de 1970, foi responsável pela criação do que Guy Standing (2017) define de precariado, que não se confunde com uma classe trabalhadora ou proletária, pois está para além disso, contudo, manifesta-se na materialidade de um novo fenômeno que pode ser representado por trabalhos de logos e pequenos prazos, estáveis e não estáveis, com representatividades ou não, ou seja, pode-se pensar na sua definição a partir da junção dos termos “precário” e “proletário” representando duas estações distintas, ou a partir da concepção de formação de uma nova classe produzida por esse momento que vivemos Guy Standing (2017).

O precariado pode ser compreendido como uma classe, significativamente, fragmentada. Para Guy Standing (2017), embora o precariado possua uma natureza de classe, não conta com os amparos legais que minimamente trazem segurança para o proletário, ou

seja, em muitos momentos, não existe o contrato social e os demais direitos que dele emanam, deste modo, caracterizando uma maior subordinação e exploração que se vincula aos mandos e desmandos dos agentes que colocam em curso esse neoliberalismo enquanto provedor da fome e da miséria, logo, cria-se uma classe *sui generis*.

Tendo em vista essa perspectiva, a análise e compreensão da realidade do trabalho exercido pelos feirantes e entregadores perpassam pelo reconhecimento de que, embora sejam atividades diferentes, são verdadeiras representações do passado e do presente usando o mesmo território e lhe atribuindo novas funções e significados distintos, ao passo que são usadas e abusadas⁹⁹ das mais variadas formas, logo, são verdadeiras representações desse precariado fragmentado e distinto tendo em vista as suas representações. A feira livre, sendo um dos principais pilares do processo de urbanização brasileira, após centenas de anos, permanece atuante em todo território Brasileiro, exercendo grande importância na cidade de Maceió-AL e, sobretudo, no subcentro do Bairro do Jacintinho.

As rugosidades que o tempo lhe atribuiu ganharam novos significados e fizeram com que permanecesse em meio às marcas temporais e espaciais, contudo, o que não foi possível transformar foi o seu processo crônico de precarização enquanto realização. Nesta pesquisa, não se teve a intenção de negar a idéia de que a feira é um lugar de encontros e reencontros, um verdadeiro espaço de culturas e de povos. Contudo, buscou-se proporcionar uma visão da feira, não a partir de um olhar dos consumidores, mas sim, daqueles agentes que são a base inicial para o seu acontecer: os feirantes.

A feirinha do Jacintinho que está presente nas Ruas Cleto Campelo e São José traz consigo as marcas da resistência que se materializa em sua precariedade. Embora seja muito importante para o desenvolvimento e dinâmica da economia popular, tem sofrido pela negligência do poder público, sobretudo na regulamentação dos usos do território, proporcionando assim uma insegurança na sua permanência e pertencimento a um território dinâmico e que há décadas é base de sua existência.

Quiçá apresentado nesta pesquisa, esses agentes necessitam de uma grande conjuntura de fatores para que seja possível viabilizar o desenvolvimento de suas atividades, contudo, a primeira delas é a legitimação e normatização do território que ocupam e que, até o momento, é usado de modo ilegal. As várias tentativas de retirada ou alocação da feirinha do Jacintinho resultaram em violência, frustrações, medos e desenganos dos feirantes que não tem outra atividade para sobreviverem.

⁹⁹ A palavra “abuso” carrega o sentido de exploração desmedida.

As ações promovidas pela a administração pública buscam justificativas na flexibilização do trânsito resultando no aumento da mobilidade urbana, sobretudo na Rua Cleto Campelo, assim como a promoção da segurança das pessoas. Contudo, esquecem-se do estabelecimento de um diálogo com os feirantes para que seja possível a construção de um projeto viável para ambas as partes. Foi possível perceber que muitos feirantes se negaram a responder os questionários por medo de possíveis retaliações, ou seja, possíveis retiradas por parte da administração pública. Esse medo é o resultado da falta de reconhecimento da importância desses agentes para a dinâmica da economia popular do bairro.

Os feirantes entrevistados que atuam no bairro do Jacintinho é uma pequena parte de todo o precariado que atua neste território e que encontraram no circuito inferior da economia urbana uma tentativa de resistência e sobrevivência às tendências, ou melhor, as ações bem sucedidas que resultam em todo o desemprego estrutural enquanto desfecho desta grande máquina de manipulação e aniquilação da humanidade: o capitalismo.

Os recursos limitados ou inexistentes, destes agentes, são maquiados por um trabalho intensivo e criativo, próprio deste circuito. O empreendedorismo reluzente, utilizando-se do eufemismo: é a materialidade da miséria para a sobrevivência de muitos inocentes que não reconhecem o espaço/tempo que atuam e que lhes consomem, sendo a auto-exploração o único meio que lhe promove o pão para não morrerem em meio à desilusão de mudanças de vida de uma classe baixa para uma classe rica, um sonho que não encontra partida e que se estaciona na triste tentativa.

Destarte, foi possível identificar que os feirantes entrevistados enfrentam um árduo processo de desarticulação e sucateamento de suas atividades que caminham por dois âmbitos mais significativos. O primeiro deles é a falta de recurso para investirem em suas atividades, refletindo em sua organização, com ênfase nas estruturas precárias que são recursos matérias para a sobrevivência da atividade. As tão características barracas de madeira e lona; os baldes e botijões para armazenamento de água, assim como os caixotes para armazenamento das suas mercadorias, além da ausência de um banheiro, mesmo que químico, são fatores que contribuem para sua fragilização e desestímulo.

O segundo é a ausência de políticas públicas que viabilizem e estimulem o desenvolvimento da atividade, deste modo, reconhecendo e dando notoriedade a esses agentes tão importantes para o desenvolvimento da economia popular (CARVALHO, 2012). Milhares de pessoas semanalmente passam pelas Ruas Cleto Campelo e São José com destinos variados, sobretudo, motivadas pela feirinha do Jacintinho, mobilizando a economia não só dos feirantes, mas de grande parte das atividades ali presentes.

Tendo em vista essa realidade e em atenção à problemática desta pesquisa, entende-se que o primeiro passo a ser dado ao se idealizar a desarticulação dessa precariedade enfrentada pelos feirantes, é o estabelecimento de uma normatização do uso do território, deste modo, reconhecendo a importância da atividade; a segunda medida é a criação de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento da feira, legitimando o respeito à dignidade do feirante e de seu trabalho. É evidente que não são apenas essas medidas que iram acabar com todo o mecanismo de precariedade enfrentada por esses agentes, mas é o passo inicial para uma possível superação deste estado calamitoso.

Com relação aos entregadores, foi possível acompanhar um processo de precarização do trabalho que é diferente da realidade dos feirantes, contudo não mesmo ofensivo e desumano. As marcas do desemprego estrutural criam cicatrizes novas, que desafiam a racionalidade humana. O processo de alienação do trabalho intensifica-se por meio de um neoliberalismo avassalador, criando impressões de libertação, quando na verdade, cria amarras mais fortes e desresponsabilizadas de conjunturas legislativas que outrora legitimava direitos ao trabalhador.

O serviço de entrega ligado às plataformas digitais camufla uma terceirização desregulamentada, contudo, difícil de ser combatida devido às ações não nacionalistas manifestadas, por exemplo, na Reforma Trabalhista brasileira sancionada pelo governo Michel Temer, no dia 13 de Julho de 2017, manifesta na Lei 13.467/2017, criando assim um processo de flexibilização do trabalho cada vez mais precário e exploratório.

Ao longo do corpo do trabalho, apontou-se para a capacidade de absorção do circuito inferior da economia urbana de grandes massas de trabalhadores, isso porque, boa parte de suas atividades prescindem de grandes investimentos para inicialização de atividades que tragam algum tipo de rendimento, garantindo a essas pessoas mantimentos para, minimamente, manterem-se vivas, prontas para um novo ciclo de exploração. É o caso dos entregadores que atuam no subcentro do bairro do Jacintinho.

Através da compra ou alugueis de motocicletas e uma habilitação para pilotar o veículo, essas pessoas se submetem a condição de entregadores de plataformas digitais como Ifood e Rappi com o ideário de gestão de tempo e ganhos acima da base salarial que o país estabelece. Além disso, cria-se a ideia de que são empreendedores, ou seja, seus próprios patrões, organizando tempo de trabalho e meta de ganhos diários vinculados às demandas de entregas e oferecimento de excelentes serviços tendo em vista a avaliação dos clientes e da plataforma.

Durante a realização da aplicação dos questionários e entrevistas, embora o campo amostral tenha sido reduzido de modo significativo dado a dificuldades encontradas, foi possível colher informações muito importantes para a compreensão da materialidade da precarização dessa nova modalidade de trabalho em ascensão. A primeira delas alicerça-se no não reconhecimento da exploração do trabalho por alguns entregadores, figurando assim o teor sombrio de uma alienação cada vez mais acentuada.

Os entregadores que se propuseram a participar da pesquisa, em média, trabalham mais de 12h por dia. Não contam com nenhum tipo de segurança trabalhista tendo em vista a desregulamentação de sua atividade, não obrigando a plataforma assegurar a estes trabalhadores direitos trabalhistas legitimados na Constituição Federal de 1988, assim como na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Como resultado, todos os custos com a atividade são de sua responsabilidade, desde a aquisição da motocicleta até à sua manutenção. Como se não fosse o suficiente para este estado calamitoso, são submetidos a um regime concorrencial de entregas que tem como objetivo o aprisionamento destes agentes tendo em vista a manutenção da qualidade do serviço prestado pela plataforma.

Logo, foi evidenciado que existe um intenso processo de precarização do trabalho com base nos serviços de entregas vinculados às plataformas digitais no subcentro do bairro do Jacintinho em Maceió, Alagoas. A forma como esses serviços são gerenciados revela uma forte exploração do trabalho humano sustentada em uma fragilização legislativa, assim como na falta de expectativas dos agentes que se vinculam à atividade. As avenidas, ruas e vielas da cidade de Maceió, não diferem das de muitas metrópoles brasileiras, pois são caóticas e recheadas de perigos. A exposição ao trânsito, às praças e calçadas, muitas vezes, passa despercebida diante da necessidade de se ganhar o “pão”¹⁰⁰ como forma de manutenção da vida.

Foi possível evidenciar, nesta pesquisa, a existência de algumas modalidades de entregadores, sobretudo na plataforma Ifood: entregadores “Nuvem” e os, “OL”. Seja em qual for a modalidade, o nível de exploração do trabalho continua em pleno vapor. Contudo, a modalidade “OL” chama a atenção para sua similaridade gerencial em relação à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contudo, desobrigada de obediência as regulamentações impostas por esta lei, configurando assim a fase áurea do sucateamento do trabalho em todo território brasileiro, materializado no estudo apresentado que toma os entregadores que atuam no subcentro do bairro do Jacintinho como exemplo dessa materialidade.

¹⁰⁰ A expressão “Pão” pode ser traduzida para recurso, dinheiro.

Por fim, foi possível evidenciar a existência de um pilar dialético que se fundamenta na materialidade da exploração do trabalho em confronto com sua alienação. É evidente que o processo de tomada de consciência, por parte destes trabalhadores, não acontecerá do dia para a noite, assim como não será compreendido por todos aqueles que estão submetidos a esta modalidade de trabalho, haja vista que muitos entendem que não existem outras opções trabalhistas com base em circunstâncias particulares de vida, além do medo de perder essa ligação e ficar “desempregados” mais uma vez.

Nas considerações iniciais uma pergunta foi feita com a perspectiva de resposta ao final desta pesquisa: ***Se o país não é liberto, então, de que modo o seu povo será?*** Talvez seja possível lhe atribuir um emaranhado de respostas possíveis que atendam a essa pergunta, entretanto, a que mais tem potencial para uma libertação de um povo e, consequentemente, a libertação deste país seja encontrada nas reflexões abaixo:

A partir da premissa de uma união de perspectivas otimistas para uma possível transformação do mundo, e em específico, do mundo do trabalho, torna-se importante trazer a memória proposições que são uma possibilidade de transformação das sociedades e, em específico, da realidade destes trabalhadores que não têm mais esperanças diante do cenário mundial em colapso.

É possível iniciar uma mudança a partir da injunção feita por Marx e Engels ([1998] 2005, p. 237): “Proletário de todos os países, uni-vos”, interessante dizer que essa união, como bem esclarecem os autores, perpassa por uma ideologia de classe. O reconhecimento de classe-em-si, e a posteriori, de classe-para-si é o primeiro caminho a ser seguido não só pelos feirantes e entregadores que atuam no bairro do Jacintinho, mas por todo o precariado que sustenta os meandros econômicos deste país prestes a cair em um abismo sem fim.

Contudo, tendo ciência que as mudanças não se iniciam apenas das generalizações para o particular, mas também, do particular para o geral, parafraseando Marx e Engels ([1998] 2005), afirmo: “Feirantes e Entregadores do subcentro do Bairro do Jacintinho, uni-vos”. Sabendo-se que “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta”¹⁰¹ formam a base material do período atual, consequentemente, torna-se alicerce para uma “globalização perversa”, sendo ela, neste trabalho, símbolo de uma superexploração do trabalho, afirma-se neste pesquisa a necessidade de uma redefinição do gerenciamento desta globalização, convertendo essa base material em benefícios que, por ventura, venham beneficiar todos os trabalhadores do mundo, consequentemente, os

¹⁰¹ Santos ([2000] 2015, p. 20).

trabalhadores que atuam no subcentro do Bairro do Jacintinho, sobretudo os **Feirantes** e **Entregadores** que lá estão.

Logo, inflama-se nesse trabalho a necessidade de uma revolução que tenha como ponto de partir agentes como os estudados. Acredita-se que a verdadeira revolução se dá a partir das camadas mais pobres e por isso, uni-vos, busquem mudança, lutem, pois a aurora do tempo é agora. Que comece a mudança! Que se conheça uma outra globalização (SANTOS, [2000] 2015).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. **Uberização e juventude periférica**: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 579-597, 2020.

ABÍLIO, L. C. **Plataformas digitais e uberização**: a globalização de um Sul administrado?. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, 2020.

ABÍLIO, L. C. **Uberização**: a era do trabalhador just-in-time? 1. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.

ANDRADE, J. A. V. de. **Economia urbana e articulação dos setores populares**: o caso do centro comercial e de serviços populares do bairro do Jacintinho, Maceió, AL. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Maceió, 2014.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis; Bauru; Canal, 2007.

_____. Reforma trabalhista, modernização catastrófica e miséria da república brasileira. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 2017.

ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. P. 387-446

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. DRUK, G. A terceirização como regra? **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. São Paulo, v.79, n.4, p. 214 – 231, out/dez. 2013.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: Trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1997.

BAUMAN, Z. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2008.

BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. IN: CAVALCANTI, J.S. (org.). **Globalização, trabalho e meio ambiente**. Recife: UFPE. P. 47/94.1999.

BOTELHO, A. Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço em um contexto de mudança das estratégias de acumulação de capital. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 113-126, 2001.

BUENO, P. H. C. Centralidade interurbana: uma abordagem conceitual. **Revista Equador** (UFPI), Vol. 5, Nº 5, p. 71-93, 2016.

BRASIL. **Ministério do Trabalho. Boletim Informativo Gfip**: indicadores do mercado de trabalho formal das empresas. Brasília: MTB, 2013.

_____. **Manual de orientação da Rais**. Ano-base: 2015. Brasília: Cget/DES/ SPPE/MTB.

CAMPOS, A. G. **A atual reforma trabalhista: possibilidades, problemas e contradições**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Tradução: Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CATAIA, M; SILVA, S. C. da. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p.55-75, ago. 2013.

CIPOLLA, F. P; AQUINO, D. C; FERNANDO, de G. Capital de comércio de vendas: o trabalho de *delivery* sob o jugo dos capitais de plataforma. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 3 (76), p. 671-699, setembro-dezembro 2022.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da. C; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org.) **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004. v.2.

_____. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007. Disponível em: . Acesso em: 2 dez. 2007.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

COELHO, B; P. de M; JESUS, A. B. Bueno de; SILVA, M. E. P. S de. A luta coletiva dos entregadores latino-americanos contra a pandemia do capitalismo-movimentos grevistas em tempos de Covid-19. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, v. 4, n. 3, 2021.

COSTA, C. **Maceió**. 2. ed. Maceió: SARGASA, 1981.

COSTA, M, da. S. Os sistemas de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 54, p.112-131, out. 2005.

COSTA, V. R. **Corredores de atividades múltiplas**: uma nova definição para os espaços terciários?. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2008.

CONCEIÇÃO, J. J. LIMA, C. R. Empresários e trabalhadores diante da regulamentação da terceirização no Brasil: é possível um acordo mínimo. **Âmbito Jurídico**, n. 69, ano XII, out. 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2005.

CORIAT, B. **Pensar pelo Averso**. Rio de Janeiro: Revan. 1994.

CARVALHO, C. P de. Alagoas: 2000-2018. **BNB Conjuntura Econômica**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, edição especial, 2019.

_____. (Orientador) **As feiras livres de Maceió**. Maceió. Desenvolve, 2012.

_____. **Economia popular**: uma via de modernização para Alagoas. 6. ed. Maceió: EDUFAL, [2006] 2014.

_____. **Formação histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, [1982] 2015

DEDECCA, C. S. **O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil**. Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia, Anpec, dez. 1996.

DINIZ, H. E. **Correspondentes bancários e microcrédito no Brasil**: tecnologia bancária e ampliação dos serviços financeiros para a população de baixa renda. Relatório de Pesquisa. FGV/EAESP/GVPesquisa. 2010.

DRUCK, G; DUTRA, R; SILVA, S. C. **A contrarreforma neoliberal e a terceirização**: a precarização como regra Caderno CRH, vol. 32, núm. 86, 2019, Maio-Agosto, pp. 289-305.

FERRÁRIO, M.N; SANTANA, C.H.V. Capitalismo de plataformas, corrosão democrática e a consolidação do cibertariado no Brasil. In: XXVI Encontro Nacional de Economia Política – “Centralidade do trabalho e crise do capital no mundo pos-pandêmico”, Universidade Federal de Goiás | **Evento Virtual** | 8 a 11 de junho de 2021.

LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 523-545, 2012.

GORENDER, J; ALMEIDA, M. **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Editorial Vintória Ltda. 1961.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HAMBURGER, R. R. **Flexibilização do mercado de trabalho no Brasil**: o contrato de trabalho por prazo determinado é uma solução satisfatória em termos de flexibilização do mercado de trabalho do Brasil?. 1998. 119 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas), Fundação Getúlio Vargas, 1998

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. Tradução Dail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 9. Ed. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

LEONARD, A. **A história das coisas- da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos**. São Paulo: Jorge Zahar, 2011.

LEFEBRVE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo, 2001.

LIPIETZ, A; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, São Paulo, ed.25, p. 12-29. 1988.

LINS, L. M. da. N. **O Maceió Shopping como nova centralidade no espaço urbano**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia: Organização do Espaço Geográfico). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2018.

MACHADO, V. G; ALBUQUERQUE, C. R de; CURTY, E. de S. Microempreendedor individual: Possível roupagem na ocultação de relação empregatícia. **Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC**, v. 13, n. 1, 2018.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Miséria da Filosofia**, sem indicação de tradutor, S. Paulo, Grijalbo, 1976.

_____. **O Manifesto Comunista**. São Paulo, Boitempo, 1998.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARASCHIN, C. Reflexões acerca da descentralização do comércio. In: **Anais IV CINCCi - Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade**. São Paulo: FauUSP. 2013.

MENEZES, S. O. **O trabalho nas fissuras da crítica geográfica**. 2016. 421 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MENEZES, M.M. **Precarização do Trabalho do Entregador por Aplicativo e a Reforma Trabalhista Brasileira (2017)**: Associações Apontadas pela Mídia. 2021. 110f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2021.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTENEGRO, M. R. **Globalização, Trabalho e Pobreza no Brasil Metropolitano. O Circuito Inferior da economia Urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo, Cortez: 2007. 258 p.

RESENDE, S. E. M. de. **O drama das grotas: violência e o cotidiano no Jacintinho**. Dissertação de Graduação em Ciências Sociais Maceió – Alagoas. 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, [1996] 2014.

_____. Da política dos Estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 6, jul/dez. 1997.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, [2005] 2012.

_____. **Espaço e método**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, [1985] 2014.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, [1988] 2014.

_____. O dinheiro e o território. **Revista GEOgraphia**. Niterói, v 1, n. 1, p. 7-11, 1999.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. ed. 1. reimpressão. São Paulo: EDUSP [1975] 2008.

_____. O papel ativo da geografia, um manifesto. **Revista Território**, ano V, nº 9, julho/dezembro 2000, p. 103-109.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; ANPUR, 1996. p. 15-20

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2015.

_____. **Sociedade e espaço:** a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, nº 54, 1977, p. 81-100.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, [1994] 2008.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, [2001] 2016.

STANDING, G. **O Precariado** – A Nova Classe Perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SILVA, M.D.P. **Subcentro do jacintinho:** gênese e caracterização do comércio e serviços. 2019. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, Alagoas.

PAIM, G. **Industrialização e Economia Natural.** Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

PRADO, Jr. C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1945.

PELATIERI, R.; MARCOLINO, A.; HORIE, L.; COSTA, L. A. R.; CAMARGOS, R. C. As desigualdades entre trabalhadores terceirizados e diretamente contratados: análise a partir dos resultados de negociações coletivas de categorias selecionadas. In: CAMPOS, A. G. (Org). **Terceirização do trabalho no Brasil:** novas e distintas perspectivas para o debate, 2018, p. 33-48.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização:** a herança renunciada. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

_____. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva.** 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

SOUSA, M. J. L, de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: SPOSITO, M.E.B. **Lógicas econômicas e práticas espaciais: cidades médias e consumo.**[Projeto Temático], 2011.

SILVEIRA, M. L. Da Pobreza Estrutural à Resistência: Pensando os Dois Circuitos da Economia Urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVI, 2010, Porto Alegre, **Anais...**, Porto Alegre: AGB, 2010

SINGER, P. **Para entender o mundo financeiro.** São Paulo: Contexto, 2000.

SILVEIRA, M. L. Circuitos de la economía urbana y nuevas manifestaciones del comercio metropolitano. **Cidades**, v. 11, n.8, p. 79-91. nov. 2014.

SOUSA, C. N. Os mecanismos de precarização do trabalho no Brasil: terceirização e informalidade do trabalho. **Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia**. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 32. 2014.

SPÓSITO, M. E. B. Novas formas de produção do espaço urbano no estado de São Paulo. In: REIS, N. G. (Org). **Brasil – estudos sobre dispersão urbana**. São Paulo: FAU – USP, 2007. 7-27.

_____. Centralidade intra-urbana. Conjuntura Prudente. Número especial, p 49-52.

Presidente Prudente: GASPERR, FCT, UNESP. 2002.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; SILVA, M. P. (Orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. 61-93.

THOMAZ, J. A. “Por Uma Geografia do trabalho”, **Revista Pegada Eletrônica (Geografia)**, Vol.3 (edição especial), Presidente Prudente, CEGET, 2002.

TROTSKI, Leon. **As lições de outubro**. Lisboa: Edições Antídoto, 1979.

_____. **História da revolução russa**, tomo II, partes 2 e 3. São Paulo: Sundermann, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP:Lincoln Institute, 1998.

VIEITES, R. G. Do fordismo ao pós-fordismo: a transformação em curso do capitalismo. Rio de Janeiro: **Revista Perspectiva Geográfica**. 2008.

WOOD JR., T. Fordismo, toyotismo e volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**, 1992.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE A

PESQUISA DE CAMPO – QUESTIONÁRIO GERAL PARA OS FEIRANTES E ENTREGADORES

1. Qual o motivo que levou a escolha desse trabalho

- ☐ Não quer trabalhar na iniciativa privada
- ☐ Falta de oportunidade no mercado de trabalho
- ☐ Ficou desempregado (a)

☐ Outro motivo: _____

2. Há quantos anos trabalha nessa modalidade

- ☐ Menos de um ano
- ☐ De um a três anos
- ☐ De três a cinco
- ☐ Mais de 5 anos

3. Atualmente trabalho com carteira assinada?

- ☐ Sim: Empresa: _____
- ☐ Não

4. Qual a sua escolaridade?

Grau de escolaridade

- ☐ fundamental incompleto

- ☐ fundamental completo
- ☐ médio incompleto
- ☐ médio completo
- ☐ superior incompleto
- ☐ superior completo

5. Quantas horas trabalha diariamente?

- ☐ Entre três a Cinco horas
- ☐ Entre Cinco a oito horas
- ☐ Entre Oito a doze horas
- ☐ Mais de doze horas

6. A atividade que desempenha possibilita segurança em caso de acidentes?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. A atividade que desempenha possibilita segurança de renda?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Qual sua expectativa diante do trabalho desempenhado?

- ☐ Expandir a atividade
- ☐ Encerrar a atividade por não ter expectativas e relação ao futuro
- ☐ Continuar no estado de desenvolvimento atual
- ☐ Nenhuma das alternativas

9. Existe um sindicato que luta em defesa de seus direitos?

- ☐ Sim. Qual? _____
 - ☐ Não. Por quê? _____
- _____

10 Gostaria que existisse um sindicato que lutasse em defesa de seus direitos?

- ☐ Sim. Por quê? _____
- _____

() Não. Por quê? _____

APÊNDICE B**PESQUISA DE CAMPO – PERGUNTAS COMPLEMENTARES DESTINADAS AOS FEIRANTES****1. Tem acesso ao crédito bancário?**

() Sim: Qual _____

() Não: Por quê? _____

2. Volume de Mercadoria.

() Pequena, Por quê? _____

() Média, Por quê? _____

() Grande, Por quê? _____

3. Quanto à reposição de Mercadorias.

() Diária, Por quê? _____

() Semanal, Por quê? _____

() Quinzenal, Por quê? _____

() Bimestral. Por quê? _____

() Trimestral. Por quê? _____

() Nenhuma. Por quê? _____

4. Tecnologias utilizadas durante a atividade (Enumerações exemplificativas)

() Computador

() Celular

() Máquina de Cartão

() Motocicleta para Entrega

Outros: _____

5. Existem pessoas trabalham na atividade?

Quantas? _____

6. Utiliza serviço de entrega?

() Sim. Qual? _____

() Não. Por quê? _____

7. Os preços são fixos?

☐ Sim.

☐ Não.

8. Recebe algum tipo de ajuda governamental para o desenvolvimento da atividade?

☐ Sim, qual? _____

Não ☐

9. Exerce a mesma atividade em outro bairro?

☐ Sim. Qual bairro? _____

☐ Não _____

APÊNDICE C**PESQUISA DE CAMPO – QUESTIONÁRIO DESTINADO SOMENTE AOS ENTREGADORES****1. De que forma você trabalha?**

É cadastrado em Plataformas Digitais?

☐ Não

☐ Sim:

☐ Ifood ☐ Uber entregador ☐ Rapp ☐ Bee Delivery

☐ Outra: _____

2. Quanto ganha mensalmente com as entregas?

☐ Menos de um salário mínimo

☐ Entre um a dois salários mínimo

☐ Dois salários mínimos

☐ Mais de dois salários mínimos

3. Além do serviço de entrega, exerce outro trabalho?

☐ Sim, qual? _____

☐ Não

4. Você tem carteira de habilitação?

☐ Sim

☐ Não

5. Você contribui INSS?

☐ Sim

☐ Não

6. Você é formalizado como autônomo?

☐ Sim

☐ Não

7. Quantas viagens você faz por dia?

Menos de 10 ()

Entre 10 a 20 ()

Entre 21 a 30 ()

Entre 31 a 40 ()

Entre 41 a 50 ()

Mais de 50 ()

8. Existe algum benefício no serviço de entrega?

() Sim, qual? _____

() Não

9. Qual a relação de entrega é mais lucrativa?

() Trabalhar através das Plataformas digitais

() Trabalhar diretamente com o estabelecimento sem a intermediação das plataformas

() Trabalhar no tipo Misto

() Não sei

10. Utiliza celular no trabalho?

() Sim - () próprio ou () empresa

() Não

11. Quais as formas de aquisição do veículo?

() Empréstimos

() Financiamento

() Consórcio

() À vista

12. Na compra de peças para a manutenção quais as formas de pagamentos?

() cartão de crédito

() crediário

() fiado

() à vista

13. Quais os principais bairros de destino das entregas?
